

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

ICMBio



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2018

ICMBio

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE

Lista de siglas e abreviações

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ACADEBio	Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
ALA	Autorização para o Licenciamento Ambiental
ARPA	Áreas Protegidas da Amazônia
CGU	Controladoria-Geral da União
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
CGTIC	Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
DISAT	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação
DIMAN	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
DIPLAN	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
FLONA	Floresta Nacional
GEF-Mar	Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MIF	Manejo Integrado do Fogo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAN	Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção
PARNA	Parque Nacional
PCBA	Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PLANAF	Planejamento de Ações de Fiscalização
PMFS	Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário
PMG Licenciamento	Programa para Melhoria da Gestão do Processo Organizacional de Autorização para o Licenciamento Ambiental
PRIM	Plano de Redução de Impactos à Biodiversidade
POSIC	Política da Segurança da Informação e Comunicações
REBIO	Reserva Biológica
RVS	Refúgio da Vida Silvestre
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAMGE	Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão
Sisbio	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIG-ICMBio	Sistema Integrado de Gestão
SIMRPPN	Sistema de Gestão da Categoria RPPN
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
UAAF	Unidade Avançada de Administração e Finanças
UC	Unidade de Conservação federal

USAID

United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

Sumário

1- Mensagem do dirigente máximo da unidade	7
2- Visão geral da unidade prestadora de contas.....	9
2.1- Identificação da unidade da unidade prestadora de contas.....	9
2.2- Missão e visão	10
2.3- Estrutura Organizacional.....	11
2.4- Ambiente externo	19
2.5- Modelo de Negócios e Cadeia de Valor	20
3- Planejamento estratégico e governança.....	20
3.1- Principais objetivos estratégicos.....	20
3.2- Descrição das estruturas de governança	22
3.3- Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas.....	23
4- Gestão de riscos e controles internos.....	26
4.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos.....	26
5- Resultados da gestão	27
5.1- Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética	28
5.2- Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação	32
5.3- Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das unidades de conservação.....	35
5.4- Envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade.....	40
6- Alocação de recursos e áreas especiais da gestão.....	46
6.1- Gestão Orçamentária e Financeira.....	46
6.2- Gestão de pessoas.....	53
6.3- Gestão de licitação e contratos.....	55
6.4- Gestão patrimonial e infraestrutura	57
6.5- Gestão da tecnologia da informação	59
6.6- Gestão de custos	62
6.7- Sustentabilidade ambiental	63
7- Demonstrações contábeis.....	63
7.1- Declaração do Contador.....	63
7.2- Demonstrações contábeis.....	63
7.3- Notas explicativas.....	68
8- Outras informações relevantes.....	74
8.1- Determinação da materialidade das informações.....	74
8.2- Tratamento das determinações e recomendações do TCU.....	74
9- Anexos e apêndices.....	75
10- Outros itens de informação	76

10.1. Rol de Responsáveis:	76
10.2- Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna:	76
10.3- Relatório de Instância ou Área de Correição:	76
10.4- Declaração de Integridade:	76
10.5- Relatório Anual sobre o Sistema de Controles Internos:	76
10.6- Relatório Espelho do Monitoramento - Simplificado do PPA 2016-2019:.....	76
10.7- Informações sobre a Gestão do Orçamento do Fundo:.....	76

1- Mensagem do dirigente máximo da unidade

Com seis biomas continentais e vários ecossistemas marinhos, o Brasil concentra a maior biodiversidade do mundo e detém o maior número de espécies conhecidas. Como parte das estratégias de conservação desse patrimônio, o país tem parcela significativa de seu território protegido em Unidades de Conservação, gerenciadas nos diferentes níveis de governo.

No âmbito federal, há atualmente 334 Unidades de Conservação que protegem áreas que correspondem a 9,1% do território continental e 24,4% de áreas marinhas geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

O ano de 2018 trouxe grandes oportunidades e novos desafios ao Instituto que se apresentam na forma de novas Unidades de Conservação e de novos mecanismos e instrumentos de aprimoramento da gestão.

Nesse sentido, o território protegido por Unidades de Conservação Federais foi ampliado em mais de 96 milhões de hectares, com a criação de 12 Unidades de Conservação e a ampliação de uma já existente.

A sociedade mostra cada vez mais interesse em conhecer este patrimônio e a cada ano registram-se aumentos sucessivos na visitação das Unidades de Conservação. Em 2018, foram computadas 12,4 milhões de visitas, que representam um acréscimo relevante se comparado ao registro observado no ano de 2017, que foi da ordem de 10,73 milhões de visitas.

Também em 2018, houve importantes alterações na legislação que propiciaram ao ICMBio aprimorar alguns mecanismos de gestão que são estruturantes para a autarquia, entre esses a autorização para a criação do Fundo de Compensação Ambiental e para a concessão de serviços de apoio à visitação nas Unidades de Conservação.

A partir dessa autorização operada pela Lei nº 13.668/2018, o ICMBio realizou os procedimentos para a criação do Fundo de Compensação Ambiental, o qual, em 2019, estará apto a receber os recursos que serão destinados, prioritariamente, para a regularização fundiária nas Unidades de Conservação federais.

Também em decorrência dessa Lei, o ICMBio realizou a concessão de serviços de apoio à visitação nos Parques Nacionais do Pau Brasil e da Chapada dos Veadeiros, além de iniciar os procedimentos licitatórios para o Parque Nacional do Itatiaia. Espera-se, com as concessões, oferecer estruturas mais adequadas à visitação e, com isso, ampliar o turismo junto à natureza.

Outro importante avanço trazido pela nova legislação foi a ampliação do escopo das atividades e do prazo para contratação de empregados temporários que atuam no Instituto, de até seis meses para até três anos, o que amplia a capacidade operacional e fortalece a gestão.

Em busca de maior eficiência e efetividade na gestão das Unidades de Conservação, o ICMBio deu continuidade ao estabelecimento de Núcleos de Gestão Integrada – NGIs, que consistem no gerenciamento de um conjunto de Unidades de Conservação a partir de uma perspectiva territorial/regional, com a racionalização do modo de trabalho de forma que as equipes se especializem e foquem em áreas temáticas. Em 2018, foram criados mais 17 NGIs.

Outro avanço refere-se à consolidação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGE como importante instrumento interno para o acompanhamento da efetividade da gestão das UCs federais. Destaca-se, no período, a inserção de informações referentes a 313 Unidades de Conservação

Na conservação e monitoramento da biodiversidade, destaca-se que o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção ganhou uma nova versão em 2018, resultado do maior esforço sobre a temática já realizado no mundo. Ao todo, mais de mil cientistas se reuniram sob a coordenação do ICMBio para avaliar o estado de conservação e o risco de extinção de mais de 12.000 espécies, tanto vertebrados quanto invertebrados.

Registram-se também os avanços no processo de autorização para o Licenciamento Ambiental com a definição de procedimentos e padronização de análise técnica dos empreendimentos de

significativo impacto, com o propósito de diminuir a discricionariedade, aumentar a segurança e reduzir o tempo de análise.

Não se pode deixar de mencionar alguns resultados alcançados no exercício, ainda que estes apontem para importantes desafios para os próximos anos, dentre os quais destacam-se a regularização de 145.493 ha com a aquisição e incorporação de áreas, a redução de 28% do desmatamento no interior das Unidades e a redução em 62,4% no registro de áreas atingidas por incêndios.

Por fim, é importante destacar que o Relatório de Gestão do ICMBio do exercício de 2018 apresenta os principais resultados alcançados pela autarquia num documento transparente e objetivo. Dessa forma, este relato espelha fielmente os nossos esforços no cumprimento de nossa missão institucional de proteger o patrimônio natural e de promover o desenvolvimento socioambiental de nosso país.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade da unidade prestadora de contas

ICMBio

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente	Código SIORG: 1927	
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia	CNPJ: 08.829.974/0001-94	
Principal atividade: Regulação, Controle, Definição de Política e Coordenação do Meio Ambiente; Administração Federal, Estadual, Municipal	Código CNAE: 8412-4/00	
Código SIORG: 91842	Código LOA: 44207	Código SIAFI: 44207
Contatos		
Telefones/fax: (61) 2028-9001		
Endereço postal: EQSW 103/104, bloco C, 1º andar - Complexo Administrativo Sudoeste, CEP: 70.670-350, Sudoeste, Brasília-DF		
Endereço eletrônico: presidencia@icmbio.com.br		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome	Código SIAFI	Nome
443032	INSTITUTO CHICO MENDES	443033	ICMBIO/CGFIN
443034	UAAF CABEDELO	443035	UAAF ATIBAIA
443036	UAAF TERESÓPOLIS	443043	UAAF SALVADOR
443048	UAAF FOZ DO IGUAÇU	443054	UAAF MANAUS
443055	UAAF RIO DE JANEIRO	447157	KFW FLONA

Identificação dos administradores			
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Presidente	RICARDO JOSE SOAVINSKI	420.044.700-20	01.01.2018 a 25.04.2018
Presidente	PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO	178.946.228-26	15.06.2018 a 31.12.2018
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de conservação (DIMAN)	PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO	178.946.228-26	01.01.2018 a 14.06.2018
Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de	CLAUDIO CARRERA MARETTI	045.699.298-77	01.01.2018 a 31.12.2018

conservação (DISAT)			
Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)	MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA	394.981.744-15	01.01.2018 a 31.12.2018
Diretor de Planejamento, Administração e Orçamento (DIPLAN)	SILVANA CANUTO MEDEIROS	552.228.890-68	01.01.2018 a 31.12.2018
Substitutos			
Substituto (Presidente)	SILVANA MEDEIROS	CANUTO 552.228.890-68	02.01.2018 a 14.01.2018; 15.01.2018 a 26.01.2018; 26.04.2018 a 14.06.2018; 16.07.2018 a 20.07.2018
Substituto (DIMAN)	RICARDO ALVGES DA SILVA	BROCHADO 137.674.758-00	22.06.2018 a 31.12.2018
Substituto (DIMAN)	LUIZ FELIPE DE SOUZA	DE LUCA DE 086.722.247-60	15.06.2018 a 21.06.2018
Substituto (DISAT)	BRUNA DE SANTOS	VITA SILVA 805.516.701-00	29.01.2018 a 03.02.2018; 05.03.2018 a 10.03.2018; 08.04.2018 a 16.04.2018; 21.06.2018 a 26.06.2018; 24.09.2018 a 29.09.2018
Substituto (DISAT)	ELIANI MACIEL LIMA	196.034.952-04	27.06.2018 a 29.06.2018; 02.07.2018 a 13.07.2018
Substituto (DIBIO)	FERNANDO DAL'AVA	162.509.826-04	29.01.2018 a 07.02.2018; 21.05.2017 a 30.05.2018
Substituto (DIPLAN)	FLAVIA CRISTINA DE OLIVEIRA	GOMES 072.980.097-02	05.02.2018 a 08.02.2018; 19.03.2018 a 30.03.2018; 02.05.2018 a 02.05.2018; 09.07.2018 a 13.07.2018

2.2- Missão e visão

As finalidades e competências do ICMBio estão especificadas na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, no Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017 e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria ICMBio nº 1.162, de 27 de dezembro de 2018.

Ademais, foram estabelecidos em planejamento estratégico, a Missão, a Visão e os Valores para orientar a atuação institucional, conforme apresentado a seguir:

Missão	Visão de futuro	Valores
Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.	Ser reconhecido pela sociedade brasileira como referência na conservação da biodiversidade e na gestão de unidades de conservação.	Cordialidade, Impessoalidade, Compromisso com o resultado, Transparência, Ética, Cooperação, Criatividade, Profissionalismo, Determinação.

Normas da UJ	
Norma	Endereço para acesso
Constituição Federal, art. 225	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
Lei nº 11.516, de 28/08/2007	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm
Decreto nº 8.974, de 24/01/2017	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D8974.htm
Regimento Interno	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/RI_PORTARIA_N_1162_de_27_de_DEZEMBRO_de_2018.pdf
Outros documentos	
	Endereço para acesso
Mapa estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf
Planejamento estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica
<i>Scaling Up</i> Programa	- http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/planoestrategico5.1.pdf
<i>Scaling Up</i> Resultados	- http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Relatorio_final_scaling.pdf
Painel Dinâmico de Informações	http://qv.icmbio.gov.br/
Organograma	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/organograma_icmbio_2019.pdf
Macroprocessos finalísticos	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/LISTA_MACROPROCESSOS_E_PROCESSOS_SIGE-2.pdf

2.3- Estrutura Organizacional

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio é responsável pela gestão de cerca de 78,9 milhões de hectares - ha terrestres (aproximadamente 9,1% do território brasileiro) e 92,5 milhões de ha marinhos (distribuídos nas faixas de Mar territorial, Zona contínua e Zona econômica exclusiva), compreendendo 334 Unidades de Conservação federais - UCs.

A estrutura descentralizada do Instituto é formada ainda, por 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação - CNPCs, 11 Coordenações Regionais - CRs e 06 Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAAFs. A Autarquia apoia também a gestão de 681 Reservas Particulares do Patrimônio Natural federais - RPPNs.

ICMBio no Brasil

Por Bioma



Figura 1: ICMBio no Brasil.

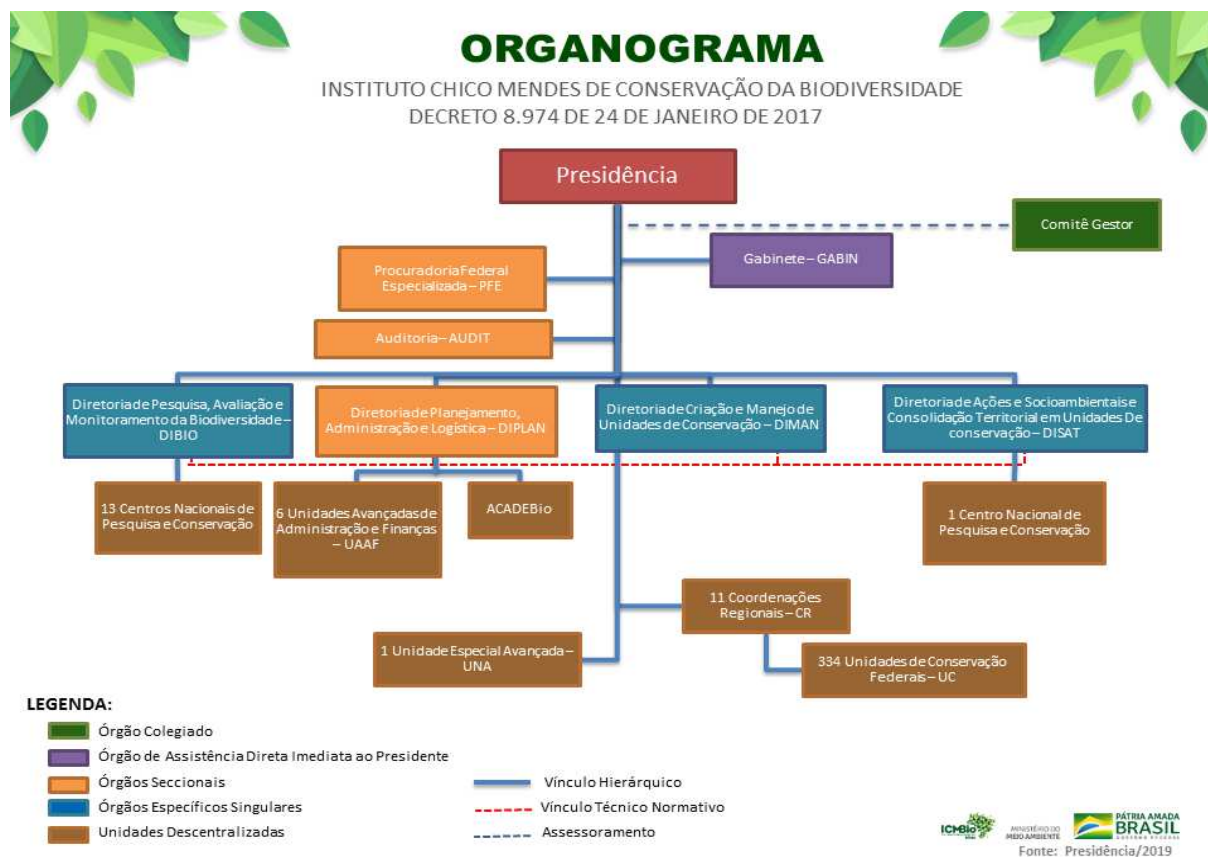


Figura 2: Organograma do ICMBio.

Ressalte-se que, o ICMBio se caracteriza por uma grande capilaridade, estando presente permanentemente em mais de 1.000 municípios, sendo a maioria deles, de pequeno porte, remotos, que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e de difícil acesso, alguns também se localizam em áreas fronteiriças. Por apresentar tais traços e, em muitos casos, ser a única entidade pública federal presente, inevitavelmente, o ICMBio é demandado a apoiar diversas ações que aproximem a população das políticas públicas.

Nesse contexto, as unidades de conservação são supervisionadas pelas Coordenações Regionais de sua vinculação e, os processos de trabalho em todas elas são orientados pelas Coordenações-Gerais; as UAFs e ACADEBio são acompanhadas diretamente pela DIPLAN; os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação são supervisionados pela DIBIO, e pela DISAT no caso do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT. As Coordenações Regionais são diretamente acompanhadas pelo Gabinete do Presidente do Instituto.

Segue a lista dos representantes da alta administração do Instituto:



Adalberto Sigismundo Eberhard
Presidente



Leandro Mello Frota
Diretor de Planejamento,
Administração e Logística



Luiz Felipe de Luca de Souza
Diretor de Criação e Manejo de
Unidades de Conservação



Gabriel Henrique Lui

Diretor de Ações Socioambientais e
Consolidação Territorial em UCs



Regis Pinto de Lima

Diretor de Pesquisa, Avaliação e
Monitoramento da Biodiversidade

A Portaria ICMBio nº 1.162, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 28 de dezembro de 2018, aprovou o Regimento Interno do Instituto, detalhando as unidades administrativas e suas vinculações; e estabelecendo as suas denominações, competências e atribuições de seus dirigentes.

2.3.1- Ambiente de atuação das unidades descentralizadas do ICMBio

Coordenações Regionais - CRs

Descrição geral

Existem 11 Coordenações Regionais - CRs, implantadas a partir de 2009 e distribuídas por macrorregiões. Elas são a instância técnica que supervisiona as atividades desenvolvidas pelas unidades de conservação vinculadas; e de representação política e interinstitucional à nível regional. De acordo com o Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, compete às CRs:

- I - executar as atividades administrativas e técnico-finalísticas relacionadas à gestão ambiental de responsabilidade do Instituto Chico Mendes e exercer a representação institucional;
- II - apoiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de programas, projetos e ações técnicas de competência do Instituto Chico Mendes;
- III - coordenar, articular, integrar, determinar a execução, monitorar e avaliar as ações de gestão desenvolvidas nas unidades de conservação federais, com base nas orientações e nas normas definidas pelo Presidente e pelas Diretorias do Instituto Chico Mendes; e
- IV - requerer ao Presidente ou aos Diretores do Instituto Chico Mendes apoio técnico e administrativo, orientações e recursos.

Mudanças ocorridas

Em 2017 e 2018, houve uma reorganização da circunscrição das Coordenações Regionais com o intuito de aprimorar o atendimento das necessidades das unidades de conservação vinculadas. Foram considerados para estas reformulações, os critérios de biomas, os limites de unidades da federação e os limites territoriais de unidades de conservação, bem como o número de unidades de conservação vinculadas. O bioma Amazônia, por exemplo, que corresponde a 55% do território brasileiro e possui quase 50% das unidades de conservação federais passou de 4 para 5 CRs no contexto destas mudanças.

O Regimento Interno, publicado no final de 2018, também pode ser reconhecido como um avanço para o entendimento institucional sobre as competências das CRs, pois traz um melhor tratamento sobre o grau de subordinação entre as UCs e as CRs.

Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação - CNPCs

Descrição geral

O ICMBio conta com 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação - CNPCs, sendo 13 subordinados à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO e 1 subordinado à Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação - DISAT.

Os CNPCs são responsáveis por executar ações estratégicas para a conservação da biodiversidade brasileira, atuando principalmente nas seguintes linhas:

I - realizar e coordenar atividades de pesquisa científica e de monitoramento necessárias à conservação da biodiversidade e do patrimônio espeleológico e à definição, nas unidades de conservação federais, de ações de adaptação às mudanças climáticas;

II - apoiar técnica e cientificamente as ações de manejo para conservação e recuperação das espécies e dos ecossistemas ameaçados;

III - coordenar e apoiar a avaliação do estado de conservação da biodiversidade, a elaboração e a implementação de planos de ação para conservação das espécies ameaçadas e a identificação e a definição de áreas de concentração de espécies e ecossistemas ameaçados; e

IV - realizar e coordenar atividades de pesquisa científica e apoiar técnica e cientificamente a geração de produtos e serviços da sociobiodiversidade e a organização das populações tradicionais das Unidades de Conservação federais.

Os CNPCs, vinculados à DIBIO, atuam fortemente na elaboração do diagnóstico científico do estado de conservação das espécies da fauna, que subsidia a lista nacional de espécies ameaçadas e, a partir dela, uma série de políticas públicas do Governo Federal, especialmente: na elaboração e implementação dos planos de ação para espécies ameaçadas de extinção em que se priorizam estratégias e se articulam esforços de conservação e na identificação e definição de áreas de concentração de espécies ameaçadas. Os CNPCs atuam também, de forma estruturada, no monitoramento da biodiversidade direcionado à avaliação da efetividade das estratégias de manejo e conservação e na execução de pesquisas científicas relacionadas a esses temas. Os Centros atuam, ainda, na geração de subsídios para Autorização para o Licenciamento Ambiental - ALA de atividades de significativo impacto ambiental que afetem Unidades de Conservação federais e suas zonas de amortecimento e definição da compensação por impactos causados a cavidades naturais subterrâneas.

Além disso, os Centros também apoiam a elaboração de estudos e propostas para criação e de novas áreas protegidas e fornecem subsídios para o manejo de unidades de conservação. Outro conjunto de atividades refere-se ao suporte às questões críticas e emergenciais, como a epidemia de febre amarela, com forte atuação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros - CPB, e no caso específico do “desastre de Mariana/MG”, com forte atuação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas e da Biodiversidade Marinha do Leste - TAMAR e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais - CEPTA.

As ações do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT, subordinado à DISAT, visam promover a pesquisa científica em manejo e conservação de ambientes e territórios utilizados por povos e comunidades tradicionais, incluindo seus conhecimentos e modos de organização social. O CNPT gera estudos sobre formas de gestão dos recursos naturais, em apoio ao manejo das UCs federais e que contribuem para a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.

Mudanças ocorridas

Foram consolidadas as seguintes estratégias e subsídios para as atividades finalísticas do Instituto, relacionadas à atuação dos Centros subordinados à DIBIO. No ano de 2018, foi publicado o Livro Vermelho Da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article/10187>), que sintetiza todo o esforço do primeiro ciclo de avaliação do risco de extinção de mais de 12 mil espécies da fauna brasileira. Outro resultado foi a aprovação e publicação de 13 Planos de Ação Nacional para a Conservação das

Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs. Adicionalmente, também foram elaborados 7 Planos, totalizando 21 PANs até o final do exercício de 2018. Portanto, no cenário atual, das 1.173 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 781 (66,6%) estão contempladas em 45 Planos de Ação Nacional. Ainda, foi monitorado o andamento da implementação de 23 PANs, que totalizam mais de 3.000 ações.

Além disso, foi publicada a Instrução Normativa nº 21/2018, que atualiza os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão dos PANs em conjunto com a publicação: PAN - Elabore - Monitore - Avalie: Guia para Gestão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

O Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado - CBC tem atuado na sistematização de dados de ocorrência de espécies exóticas invasoras nas unidades de conservação e na definição de ações visando o controle dessas espécies. Em dezembro de 2018, foi publicado, sob coordenação do CBC, com contribuições de outros Centros, UCs e demais diretorias, o Guia de Orientação para o Manejo de Espécies Exóticas Invasoras em Unidades de Conservação Federais (disponível em: <https://bit.ly/2Wexdt5>). Também foi disponibilizado em 2018, o Painel com informações sobre espécies exóticas em UCs federais (disponível em <http://qv.icmbio.gov.br/>).

A relação de cooperação entre Centros e Unidades de Conservação federais seguiu o processo de fortalecimento com a implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora, em que as equipes dos Centros se envolvem na concepção, capacitação, análise de dados, mobilização informativa e na construção de conhecimentos e aprendizados coletivos, junto às equipes das UCs, comunidades locais e parceiros diversos (mais informações são fornecidas adiante, no item 5.4). O Subprograma Terrestre do Programa Monitora depende do envolvimento dos Centros de atuação continental (CENAP, CPB, RAN e CEMAVE); no subprograma Aquático-continental, há o envolvimento do CEPTA, CEPAM e RAN; no subprograma Marinho e Costeiro, em estruturação com recursos do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF MAR, tem-se o protagonismo do CEPNOR, CEPENE, TAMAR, CNPT e CEP SUL na proposição de um programa integrado, contemplando ações vinculadas à conservação de espécies ameaçadas, à gestão de UC e ao licenciamento ambiental.

Em relação ao CNPT, destaca-se o protagonismo na execução de diversos processos institucionais, tais como a execução em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA do edital para fortalecimento social e produtivo de sete Reservas Extrativistas dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins e o subcomponente 1.4 do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas - GEF MAR no âmbito da integração entre as comunidades no Sul da Bahia e no sul do Brasil.

O CNPT também apoiou iniciativas institucionais como a elaboração de planos de manejo, construção de termos de compromisso, constituição e fortalecimento de conselhos de Unidades de Conservação federais, implementação do programa de turismo de base comunitária, ações de educação ambiental, capacitação de servidores, parceiros e beneficiários de unidades de conservação de uso sustentável, bem como a criação de novas unidades de conservação. Em relação à criação de unidades de conservação, destaca-se o apoio a elaboração do estudo socioambiental que subsidiou a proposta de criação de três Reservas Extrativistas (Baía do Tubarão, Itapetinga e Arapiranga-Tromaí), envolvendo aproximadamente 14.000 famílias, direta e indiretamente, em uma área estimada de 255.350 hectares inclusos em áreas protegidas no ecossistema manguezal no estado do Maranhão.

O CNPT coordena ainda, o PAN Manguezal, um importante instrumento de abordagem ecossistêmica para conservação das espécies ameaçadas e aquelas de importância socioeconômica do ecossistema manguezal. O PAN é parte da estratégia assumida pelo governo brasileiro no tocante as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 e tem correspondência com as Metas Globais aprovadas pela Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Espera-se que no ano de 2019, a promoção de novas pesquisas aplicadas ao fortalecimento da sociobiodiversidade nas UCs e que elas viabilizem a consolidação de instrumentos de gestão, continuidade de apoio aos processos institucionais e a implementação das ações do PAN Manguezal.

Pretende-se também, consolidar e disponibilizar a Rede de Conhecimentos da Sociobiodiversidade, cujo objetivo é promover a cooperação entre instituições acadêmicas, governamentais e da sociedade civil, que integrarão por meio de plataforma virtual, seus bancos de dados relativos às UC e manejo de recursos, associados a povos e comunidades tradicionais, em todos os biomas brasileiros.

O CNPT tem buscado o empoderamento dos povos e comunidades tradicionais, tendo como pontos estratégicos, o papel da mulher e do jovem extrativista. Assim, planeja-se apoiar a criação da rede de mulheres para promover ações que fortaleçam o protagonismo feminino e juvenil nas UCs. Serão ainda atualizadas as demandas de pesquisa das UCs federais e a publicação de uma chamada para a composição de rede ampliada de servidores para apoio local das ações do CNPT.

Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio

Descrição geral

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por meio da Coordenação de Educação Corporativa - COEDUC, vinculada a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, coordena e investe na capacitação continuada dos servidores a fim de desenvolver as competências necessárias ao cumprimento da missão institucional: “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

A Política de Desenvolvimento de Pessoal - PDP/ICMBio (Portaria ICMBio nº 106, de 30 de dezembro de 2008), é executada por meio de uma série de ações, tais como:

1. Desenvolvimento e execução do Plano Anual de Capacitação - PAC, visando o desenvolvimento, a formação e a atualização de servidores;
2. Alinhamento das capacitações em instância colegiada com representação de todas as áreas institucionais - Comitê Gestor de Capacitação - CGCAP;
3. Manutenção e atualização de estruturas educadoras, ou seja, espaços físicos e virtuais para capacitação presencial e à distância, tendo como elementos centrais a Unidade Escola - Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio e FLONA de Ipanema, e o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA; e
4. Atualização e edição do arcabouço normativo referente a PDP/ICMBio.

O Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio é a instância de implementação da PDP/ICMBio, um espaço voltado para a promoção da conservação da biodiversidade por meio da construção do conhecimento pelo processo de ensino e aprendizagem. Instalada pela Portaria ICMBio nº 528, de 4 de setembro de 2009, a PDP visa efetivar a proposta do ICMBio em garantir e investir na capacitação permanente e continuada de seus servidores, por meio do desenvolvimento de competências.

Cabe à ACADEBio executar programas de desenvolvimento gerencial e técnico para o ICMBio; elaborar e executar programas de formação inicial para a carreira de Especialistas em Meio Ambiente, e apoiar a execução de eventos de capacitação em outros espaços educativos do ICMBio.

Mudanças ocorridas

O novo modelo de gestão proposto para a Unidade Escola está amparado na Lei nº 9.637, de 15/05/1998, marco legal das Organizações Sociais e do Contrato de Gestão, lei recentemente regulamentada pelo Decreto nº 9.190, de 1/11/2017, que instituiu o Programa Nacional de Publicização. Visa, por conseguinte, a publicização das atividades de formação e capacitação desenvolvidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio na ACADEBio e das atividades voltadas para o uso público da Floresta Nacional de Ipanema - FLONA de Ipanema por meio do Contrato de Gestão com entidade privada de interesse público, sem fins lucrativos.

Com o objetivo de realizar um salto estratégico na gestão das atividades desenvolvidas pela citada Unidade Escola e alcançar uma maior sustentabilidade financeira e administrativa, foi publicado o Chamamento Público nº 01/2018-ICMBio para seleção de pessoa jurídica sem fins lucrativos ou consórcio de entidades, com posterior constituição de entidade de propósitos específicos, para qualificação como Organização Social do ICMBio. O processo de seleção e qualificação ainda está

em curso, tendo sido concluída ao final do exercício de 2018, a etapa de seleção e classificação do consórcio Catavento 5 Elementos Ambiental, com a publicação do Relatório Conclusivo da Comissão de Avaliação do Chamamento Público com homologação da entidade selecionada.

As duas etapas seguintes, e que finalizam o projeto, tem previsão de conclusão em 2019 com a inscrição e habilitação, pela Comissão de Avaliação, da entidade selecionada e, posteriormente, o encaminhamento do consórcio Catavento 5 Elementos Ambiental à qualificação como Organização Social do ICMBio, mediante Decreto Presidencial.

Gestão para Resultados em áreas Protegidas - Edição Programa HCD

Em 2018, a ACADEBIO realizou o primeiro processo de capacitação orientado à formação de gestores que atuam na área ambiental em outros países. Realizado no mês de maio, o curso “Gestão para Resultados em Áreas Protegidas - HCD”¹ contou com a participação de 13 técnicos e gestores de Moçambique e São Tomé e Príncipe, e três servidores do ICMBio.

Promovido a partir de uma demanda da Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE, em articulação com a Cooperação Alemã, o curso é uma adaptação do já consolidado Ciclo de Formação em Gestão para Resultados do ICMBio, e abordou conteúdos sobre o modelo de excelência da administração pública brasileira; a gestão das áreas protegidas como organizações; os instrumentos de planejamento estratégico; liderança e desenvolvimento de equipes; gestão por processos; e ferramentas de facilitação. O curso também foi uma oportunidade para o compartilhamento de experiências afetas às questões de gestão de áreas protegidas entre o Brasil e os países envolvidos. A partir da experiência de capacitação, os cursistas elaboraram projetos com o propósito de produzir melhorias gerenciais em suas unidades organizacionais em Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAAF

Descrição geral

As Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAAF são responsáveis pela execução das atividades de suporte administrativo, orçamentário, financeiro e operacional das Unidades de Conservação, Centros Nacionais de Pesquisa e Coordenações Regionais, e têm por objetivo garantir a agilidade na solução de contratações de serviços de abrangência local e regional, e, especialmente, otimizar os processos de logística para atendimento das demandas do Instituto.

Mudanças ocorridas

Com a implantação da especialização das UAAFs, tem-se identificado maior agilidade no atendimento das diversas demandas das unidades descentralizadas do ICMBio, otimizando a atuação do Instituto para o atingimento de suas finalidades. Esse aprimoramento é um processo contínuo, na busca da excelência.

Unidades de Conservação - UCs

Descrição geral

A gestão das Unidades de Conservação - UCs visa promover a conservação ambiental e o desenvolvimento socioambiental dos espaços territorialmente protegidos de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Mudanças ocorridas

Em 2018, foram criadas 12 unidades de conservação, totalizando 334 UC e um incremento na área protegida de mais de 96 milhões de ha. Destas novas UCs, 8 são da categoria de uso sustentável, representando mais de 80,4 milhões de ha, e 4 de proteção integral com aproximadamente de 11,8 milhões de hectares.

¹ A capacitação insere-se no "Programa de Desenvolvimento de Capacidades HCD (Human Capacity Development)" promovido pela ABC e pela GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*), e compreende cursos de curta duração, realizadas no Brasil, com o objetivo de promover o desenvolvimento de capacidades humanas e técnicas de instituições da América Latina e Países da África de Língua Portuguesa (PALOPs).

As 12 UCs criadas em 2018 são APA da Ararinha Azul, APA do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz, APA do Arquipélago São Pedro e São Paulo, APA do Boqueirão da onça, MONA do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz e Monte Columbia, MONA do Arquipélago São Pedro e São Paulo, PARNA do Boqueirão da Onça, Reserva Extrativista - RESEX Apapiranga-Tromai, RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi, RESEX da Baía do Tubarão, RESEX Itapetininga e por fim Refúgio da Vida Silvestre - RVS da Ararinha Azul. Houve ainda a ampliação da RESEX do Lago do Cuniã.

Ressalte-se que, conforme será melhor explicado no capítulo seguinte, também foram instituídos 17 Núcleos de Gestão Integrada - NGI, que têm por objetivo promover melhorias na gestão das unidades de conservação.

2.4- Ambiente externo

O macro ambiente político no decorrer do exercício de 2018 trouxe ao ICMBio oportunidades e ameaças. Se, por um lado, alterações na legislação de regência do ICMBio proporcionaram oportunidades para a melhoria e inovação na gestão do Instituto, por outro, as iniciativas de tramitação de projetos de lei com a finalidade de diminuir ou alterar a categoria das áreas protegidas e de mudanças do próprio sistema de unidades de conservação podem resultar, caso aprovados, em retrocessos para a conservação da biodiversidade nas áreas envolvidas.

Destaca-se, ainda, a abertura de uma janela de oportunidade, perante à cúpula do Poder Executivo federal, para a criação e ampliação de Unidades de Conservação, o que resultou em um incremento de mais de 96 milhões de ha de áreas protegidas sob gestão do ICMBio.

São apresentadas a seguir informações das principais oportunidades e ameaças identificadas ao longo do exercício de 2018:

. Oportunidades

a) Aprovação da Lei nº 13.668/2018 pelo Congresso Nacional (Conversão da Medida Provisória nº 809/2017): esta Lei traz três importantes inovações que fortalecem a gestão relacionadas: (i) à operacionalização de recursos decorrentes da compensação ambiental, que a partir desta lei podem ser depositados pelos empreendedores em um Fundo administrado instituição financeira oficial; (ii) à contratação de pessoal temporário que poderá ser realizada por um período maior (até três anos) e para um escopo maior de atividades e; (iii) à concessão de serviços de apoio à visitação em Unidades de Conservação federais.

b) Criação e ampliação de Unidades de Conservação: a partir dos estudos técnicos conduzidos pelo Instituto (com ampla discussão com as comunidades interessadas, Ministérios e entes federativos) foram editados, pela Presidência da República, 12 decretos de criação e um de ampliação de Unidades de Conservação, localizadas nos mais variados biomas brasileiros, que representaram um acréscimo de mais de 96 milhões de hectares nas áreas protegidas do País (totalizando, em âmbito federal, 334 Unidades e mais de 171 milhões de hectares de áreas protegidas).

c) Ampliação do turismo em Unidades de Conservação: percebeu-se, no ano de 2018, um maior interesse por parte da sociedade na prática de visitação às Unidades de Conservação federais, estabelecendo o recorde de 12,4 milhões de visitantes registrados (aumento de 6,15% em relação à 2017).

Também se verificou, no ano, um maior interesse de outros órgãos do Governo Federal em atuar de forma articulada ao ICMBio no contexto de ampliar a visitação a algumas áreas, em especial em Unidades de Conservação que integram sítios reconhecidos pela UNESCO como patrimônios mundiais (naturais e culturais).

Nesse contexto, menciona-se a aproximação com o Ministério do Turismo - MTur com vistas a desenvolver, ordenar e promover os segmentos turísticos relacionados ao Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil, no âmbito da Política Nacional de Turismo.

. Ameaças

a) Iniciativas legislativas de desafetação e alteração de categorias de Unidades de conservação e de alteração da Lei: ao longo do exercício de 2018, tramitaram no Congresso Nacional alguns projetos que visavam alterar a configuração de algumas Unidades de Conservação geridas pelo Instituto, como

alterações de categorias e/ou desafetação de Unidades de Conservação. Houve ainda projetos que propuseram alterações no Sistema Nacional de Áreas Protegidas.

b) Ações de ameaça à integridade físicas das instalações e dos servidores do Instituto: ainda que tenham caráter episódico ou que estejam relacionados a determinadas regiões, em uma análise de ambiente externo, importa destacar que tais ações contra as estruturas físicas de algumas unidades de conservação, bem como seus servidores.

2.5- Modelo de Negócios e Cadeia de Valor

O atual planejamento estratégico do ICMBio, válido para o período 2015-2018, foi elaborado a partir da metodologia do *Balanced Scorecard* - BSC, e está consubstanciado no Mapa Estratégico apresentado no item 3.1.

Ocorre que, aquele planejamento não abrangeu a definição do Modelo de Negócios nem o estabelecimento da Cadeia de Valor do Instituto, o que impossibilita realizar uma sistematização apenas para fins deste Relatório.

Ressalte-se que este Instituto avaliará a possibilidade de desenvolver um novo planejamento estratégico que inclua tais componentes.

3- Planejamento estratégico e governança

3.1- Principais objetivos estratégicos

O Mapa Estratégico vigente entre 2015 e 2018 foi construído num contexto de reforma administrativa dos órgãos de governo e pela crise econômica-fiscal, o que obrigou o ICMBio a readequar sua estrutura e o planejamento de ações ao novo cenário, buscando preservar os serviços essenciais prestados à sociedade e atividades prioritárias de conservação da biodiversidade.



Figura 3: Mapa Estratégico 2015/2018.

Dentre os principais objetivos estratégicos, destacamos os que representam resultados diretos e mais palpáveis pela sociedade e ambiente. São eles: contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética; contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das unidades de conservação; e envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade.

Os resultados obtidos para os mencionados objetivos estratégicos estão descritos no item 5 - Resultados da Gestão. As informações dos resultados globais estabelecidos pela instância estratégica (por meio de indicadores e metas) são obtidos pela área de planejamento e gestão estratégica diretamente junto às Diretorias.

Assim, nesse cenário de aprimoramento, em 2017, a gestão estratégica do ICMBio foi desenvolvida tendo base em dois pilares: Painel Dinâmico de Informações e *Scaling Up*. Tais iniciativas foram a força motriz da gestão estratégica institucional também em 2018.

O Painel Dinâmico de Informações é uma ferramenta *Business Intelligence*, que veio possibilitar maior transparência para as atividades desenvolvidas pelo Instituto para a sociedade, e no âmbito gerencial permite acesso amplo aos dados institucionais, orientando as tomadas de decisões. O Painel pode ser acessado por meio do sítio na internet: <http://qv.icmbio.gov.br/>.

O *Scaling Up* foi um programa que visou agregar mais eficiência e economia aos seus procedimentos cotidianos, valendo-se especialmente, da construção de soluções que posicionassem o agir institucional em escalas que alcançassem maiores ganhos e resultados.

Dentre os principais resultados, destacamos as seguintes iniciativas:

- Implementação de novos arranjos gerenciais em Unidades de Conservação, os quais consistem na integração gerencial das UCs a partir de uma perspectiva territorial/regional, buscando alcançar ganhos gerenciais com a especialização das atividades e otimização dos recursos humanos e materiais. Para tanto é necessária uma reorganização do modelo de trabalho de forma que as equipes se especializem e foquem em áreas temáticas (processos de trabalho) e um estabelecimento de prioridades de atuação territorial. A avaliação inicial indica que o novo modelo vem demonstrando fortalecimento, em nível local, na organização gerencial institucional para o atingimento das finalidades das UCs;

- Aprimoramento da aplicação e execução dos recursos da compensação ambiental através da regulamentação e melhoria de seus mecanismos operacionais e dos processos de prestação de contas, o qual vai fortalecer a gestão das unidades de conservação administradas pelo ICMBio. A expectativa é que, com as mudanças na compensação ambiental, sejam disponibilizados cerca de R\$ 1,4 bilhão. As novas regras destravam a aplicação dos recursos da compensação ambiental, mecanismo por meio do qual empreendedores arcam financeiramente com impactos não mitigáveis ocorridos na implantação de empreendimentos e identificados no processo de licenciamento ambiental;

- Ampliação do prazo e o escopo da atuação dos brigadistas nas unidades de conservação, buscando instituir formas inovadoras de financiamento das contratações, com o tempo de contratação de brigadistas passando de 6 meses para 2 anos, prorrogável ainda por mais um ano, os brigadistas poderão desenvolver atividades no combate ao fogo por maior período e também poderão reforçar as medidas de prevenção, além da possibilidade de atuação em outras ações de conservação, como manejo e pesquisa de espécies ameaçadas; apoio a projetos de preservação, uso sustentável, proteção e apoio operacional à gestão de unidades; apoio à identificação à demarcação e consolidação territorial e apoio às ações de uso sustentável; e

- Definição de estratégia para atuar com maior protagonismo no desenvolvimento de parcerias institucionais de apoio à gestão das UCs federais por meio de autorizações, permissões, concessões, delegação de serviços e gestão compartilhada, a qual permitirá expandir a oferta dos serviços de apoio à gestão das unidades de conservação federais. Nas áreas de visitação, o ICMBio definiu estratégias de chamamento e identificação de novas parcerias para concessões desses serviços. Estão em andamento editais para concessão de serviços como: transporte interno, alimentação, hospedagem, atividades de

aventura, hospedagem, esporte de aventura, venda de produtos com a marca da unidade, estacionamento, entre outros.

Os demais resultados do programa *Scaling Up* podem ser acessados por meio do seguinte link: http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Relatorio_final_scaling.pdf.

Conforme informado no item 2.5, o ICMBio irá analisar as opções para o desenvolvimento de um novo planejamento estratégico, o qual deverá buscar o aprimoramento da gestão, eficiência e eficácia das ações desenvolvidas no âmbito desta autarquia, mediante utilização de instrumentos conceituais e ferramentas do processo de gestão estratégica, que prevejam, minimamente, os seguintes componentes: revisão do Mapa Estratégico; definição da Estrutura de Governança; estabelecimento da Cadeia de Valor e Modelo de Negócios, além da modelagem de processos considerados estratégicos pelo Instituto.

3.1.2- Envolvimento da alta direção (Diretores)

Historicamente, há grande e relevante envolvimento da alta direção do ICMBio na construção das estratégias institucionais. Em se tratando do exercício de 2018, cabe destacar o protagonismo dos Diretores e Presidente na execução das iniciativas do *Scaling Up*, cujos resultados destacamos no item 3.1.

Ressalta-se também o protagonismo da alta direção na construção e aprovação do Regimento Interno do Instituto, as quais contaram com o apoio do Comitê Gestor tanto na orientação das equipes técnicas durante os trabalhos de elaboração dos textos quanto na validação do texto final. A publicação do RI mereceu comemoração, uma vez que o processo de desenvolvimento se estendia desde meados de 2011.

3.2- Descrição das estruturas de governança

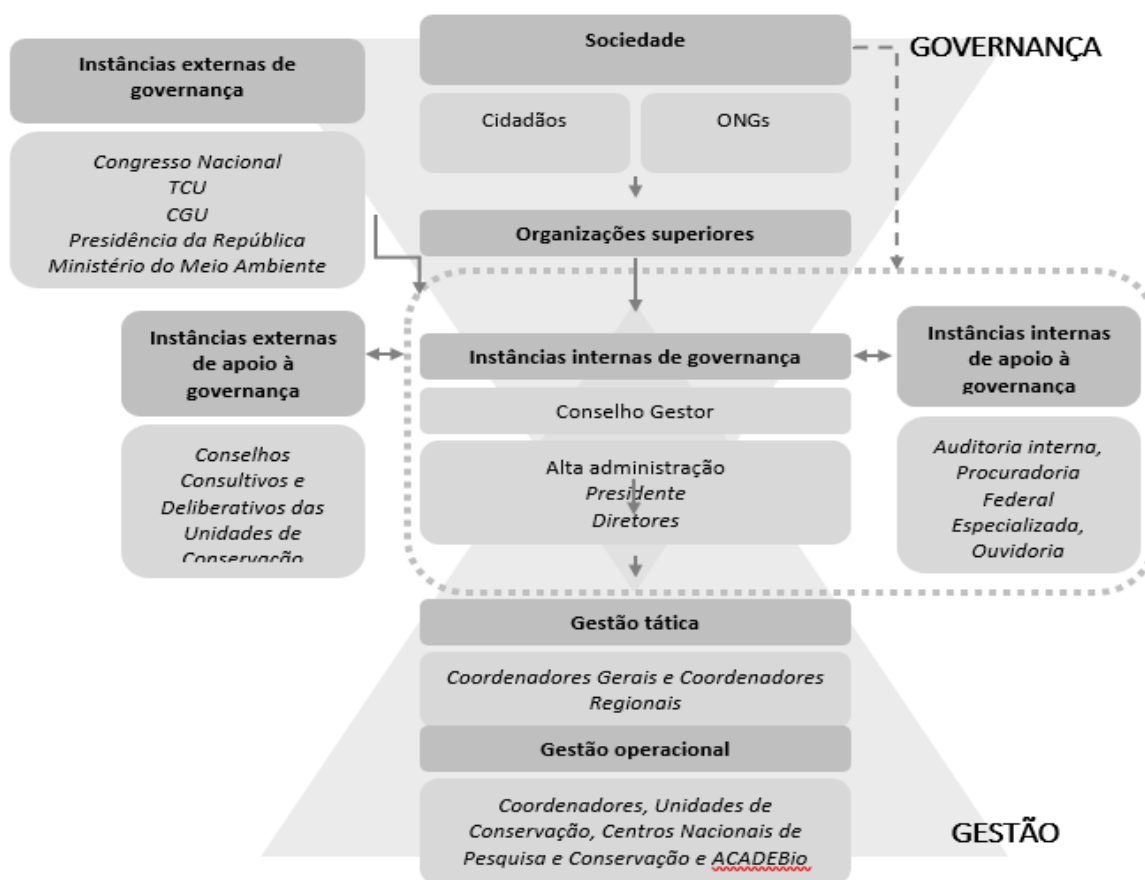


Figura 4: Descrição das estruturas de governança.

Legenda (segundo o Referencial Básico de Governança do TCU)			
Instâncias externas de governança	Instâncias externas de apoio à governança	Instâncias internas de governança	Instâncias internas de apoio à governança
Responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas a apenas uma organização.	Responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.	Responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

3.3- Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

No âmbito do ICMBio, os principais canais de relacionamento com a sociedade são a Ouvidoria e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC, ambos inseridos nas atividades da Auditoria Interna.

Ao longo dos últimos anos, percebeu-se a crescente interação da sociedade com o Instituto, demonstrada por meio dos resultados anuais de manifestações e solicitações apresentadas na Ouvidoria e no e-SIC.

Espera-se que a maior participação dos cidadãos nos assuntos competentes ao ICMBio, possibilitado pelo exercício da cidadania, por meio do controle social, contribua para a melhoria dos resultados do Instituto e para o seu reconhecimento pela sociedade.

OUVIDORIA

No exercício de 2018, foram recebidas no Instituto, por meio eletrônico, 1284 manifestações referentes a assuntos de ouvidoria (5% a mais se comparado ao exercício de 2017, que apresentou 1.223 manifestações).

O total de 1116 foram atendidas (87%), o que demonstra um ganho em relação ao exercício anterior, que teve 74% do total das manifestações atendidas. As 168 manifestações restantes (13%) encontravam-se em atendimento no dia 31/12/2017, conforme demonstra o quadro a seguir:

Informações sobre o atendimento (2018)					
Natureza da demanda	Qtde. de solicitações (A)	Concluídas (B)	Pendentes	Resultado (B/A)	
Consulta	987	856	131	87%	
Denúncia	7	7	-	100%	
Elogio	19	19	-	100%	
Reclamação	101	84	17	83%	
Solicitação (Fiscalização)	141	131	10	93%	
Sugestão	29	19	10	66%	
Total Geral	1.284	1.116	168	87%	

Tabela 1: Informações sobre o atendimento das manifestações da Ouvidoria do ICMBio em 2018. Fonte: Ouvidoria ICMBio. Dados extraídos em 31/01/2018.

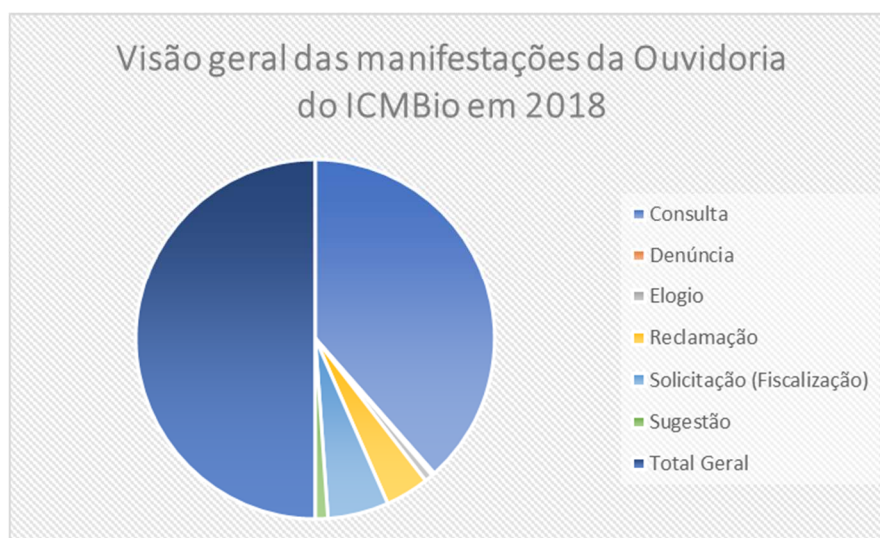


Gráfico 1: Visão geral das manifestações da Ouvidoria do ICMBio em 2018. Fonte: Ouvidoria ICMBio. Dados extraídos em 31/01/2018.

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

No que se refere ao Sistema e-SIC, o Instituto recebeu em 2018, 336 pedidos de informação, os quais foram plenamente atendidos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Informações sobre o atendimento SIC (2018)		
Pedidos recebidos*	Pedidos atendidos	Pedidos reencaminhados a outros órgãos
336	312	24

Tabela 2: Informações sobre o atendimento dos pedidos de informação do e-SIC do ICMBio em 2018. Fonte: e-SIC. Dados extraídos em 26/01/2019.

3.3.1- Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços do Instituto tem por objetivo facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços oferecidos, de forma a melhorar o controle social e a qualidade do atendimento do Instituto.

O documento está disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/carta_de_servicos_do_icmbio_2017.pdf.

3.3.2- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Com a edição do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, o ICMBio vem envidando esforços para iniciar o cumprimento do estabelecido no art. 20 do mencionado dispositivo.

Cabe mencionar que são franqueados canais como a Ouvidoria, o Fale Conosco, a Auditoria e o e-SIC para que os cidadãos possam expressar o grau de satisfação com o atendimento institucional. O e-SIC possibilita a aferição do grau de satisfação pelos usuários, cujos resultados da avaliação realizada pelos cidadãos foram os seguintes: Dos 312 (trezentos e doze) pedidos de informações atendidos pelo órgão, 81 (oitenta e um) foram avaliados. Os gráficos a seguir demonstram, respectivamente, as avaliações quanto ao grau de satisfação do atendimento do pedido e ao de compreensão da resposta fornecida pelo Instituto.

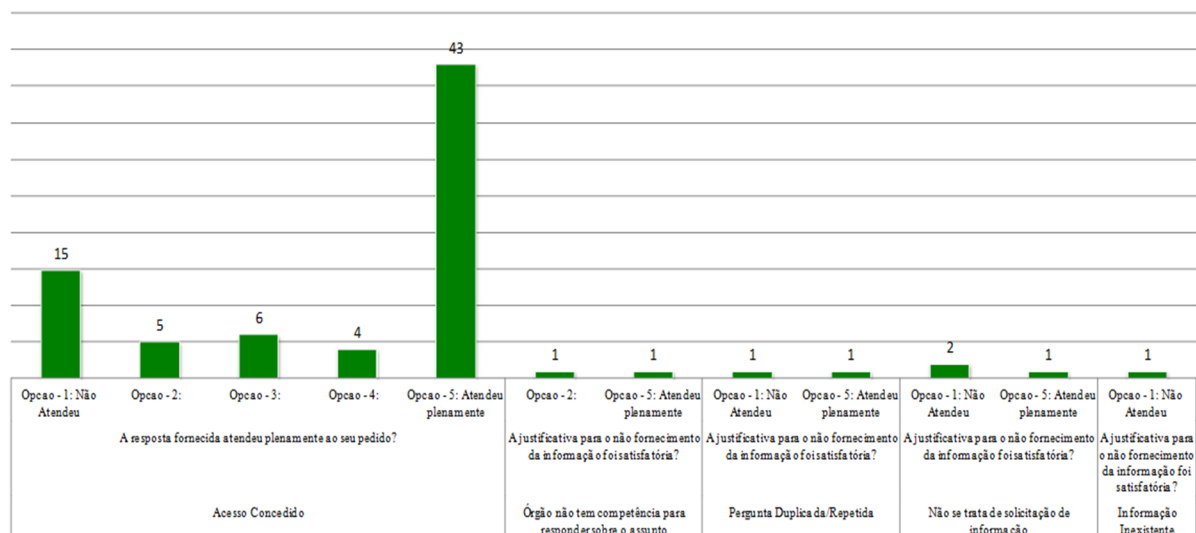


Gráfico 2: Avaliação do grau de satisfação do atendimento do pedido de informação. Fonte: e-SIC. Dados extraídos em 18/01/2019.

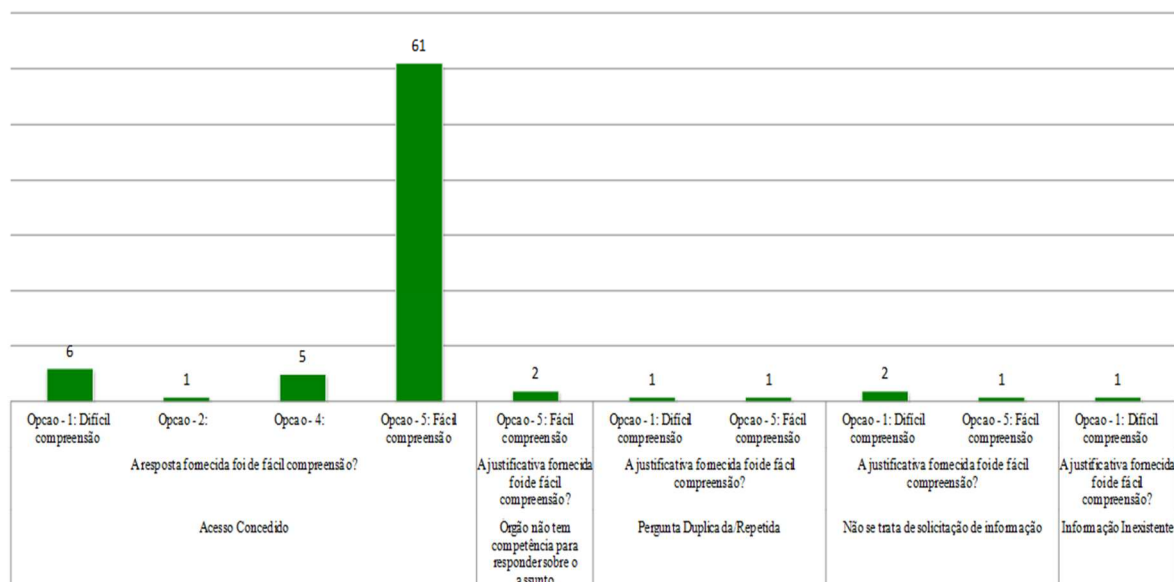


Gráfico 3: Avaliação do grau de satisfação quanto à compreensão da resposta fornecida pelo Instituto. Fonte: e-SIC. Dados extraídos em 18/01/2019.

3.3.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Acesso às informações do ICMBio		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Balanco financeiro	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/BF_Anuar_44207.pdf	Anual
Balanco orçamentário	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/BO_Anuar_44207.pdf	Anual
Balanco patrimonial	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/BP_Anuar_44207.pdf	Anual

Demonstrações dos fluxos de caixa	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/DFC_Anuar_Orgao_44207.pdf	Anual
Demonstrações das variações patrimoniais	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/DVP_Anuar_Orgao_44207.pdf	Anual
Notas explicativas	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/Notas_Explicativas_Demonstracoes_Contabeis.pdf	Anual
Declaração do Contador	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/Declaracao_Contador.pdf	Anual
Parecer da Auditoria	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/Parecer_da_Auditoria.pdf	Anual
Relatório Anual Sobre o Sistema de Controles Internos	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/Relatorio_anual_sobre_sistema_controles_internos_2019.pdf	Anual
Relatório de Atividades Correicionais	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_estao/relatorio2018/Relatorio_Atividades_Correicionais.pdf	Anual

4- Gestão de riscos e controles internos

4.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

A gestão do ICMBio preza pelo monitoramento constante do seu desempenho e do alcance dos objetivos organizacionais estabelecidos. Como parte dessa prática, o Instituto conta com o Comitê Gestor, composto pelo presidente, pelos diretores, pelo auditor interno, pelo procurador federal especializado e, por vezes, estendido à participação dos coordenadores das coordenações regionais. Na referida instância, as ações, as diretrizes e os planos específicos das áreas finalísticas, bem como as metodologias administrativas da “área meio”, são rotineiramente discutidos para manter o aperfeiçoamento da gestão, a maximização dos resultados e a prevenção de eventos que possam impactar o Instituto.

Nesse mesmo sentido, em atendimento ao estabelecido na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, e no intuito de contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos e de proporcionar maior qualidade, confiabilidade e agilidade das informações que dão suporte à decisão, o Instituto publicou no Diário Oficial da União, em 26 de março de 2018, a Portaria nº 182, de 22 de março de 2018, que institui a Política de Gestão de Riscos do Instituto. Por meio dessa política, os riscos poderão ser tratados para que sejam mantidos a níveis aceitáveis previamente estabelecidos e aumentar a eficácia dos controles internos. No entanto, enquanto não possui desenhada a sua matriz de riscos, o Instituto vem sempre em busca de soluções ágeis e providências tempestivas, com edições de normativos internos e proposições de legislações, no intuito de minimizar, a níveis aceitáveis, a exposição a tais riscos.

Cabe esclarecer que a notória capilaridade institucional e a deficiente quantidade de servidores frente ao universo de atividades demandadas pelo Instituto são desafios para o estabelecimento de um ambiente de controle ideal, o que reforça a constante necessidade de revisão e aperfeiçoamento dos controles. Diante desse cenário, a instituição procura orientar sua força de trabalho para que a consecução de suas atividades seja pautada nos princípios e na adequação dos controles internos.

As revisões e o aperfeiçoamento dos controles são práticas que contribuem para a formação de um ambiente institucional favorável à absorção efetiva dos instrumentos de controle, na medida em que as pessoas da organização entendam e tenham consciência que uma postura proativa diante

de suas responsabilidades, seus limites de atuação e suas competências perante às situações contribui para a formação de um ambiente que considera os riscos e seus mecanismos de controle.

5- Resultados da gestão

Em linhas gerais, os resultados obtidos em 2018 foram satisfatórios, considerando as limitações administrativas, financeiras e de pessoal do ICMBio.

O apoio de recursos externos oriundos de programas e projetos, como o Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA e Áreas Costeiras e Marinhas Protegidas - GEF MAR, e de parceiros, como a *United States Agency for International Development* - USAID, foram fundamentais para a consolidação dos resultados institucionais, especialmente para a criação e manutenção dos conselhos gestores e para promoção do manejo sustentável nas UC.

O processo de proteção ambiental das unidades de conservação apresentou melhorias consideráveis com redução de 28% nas áreas de desmatamento no interior das áreas protegidas federais e redução de 62,4% das áreas atingidas por incêndios também em unidades de conservação em relação ao ano anterior.

No que se refere ao escopo das espécies ameaçadas de extinção, o objetivo estratégico também vem sendo atendido de forma satisfatória por meio do desenvolvimento de programas de preservação e conservação da biodiversidade, dos quais destacam-se: i) elaboração do diagnóstico científico do estado de conservação da fauna brasileira e proposição da atualização da Lista Nacional oficial de espécies ameaçadas de extinção; ii) elaboração e implementação de programas e planos de ação nacionais para a conservação (PAN) e o manejo das espécies ameaçadas de extinção; e iii) desenvolvimento de instrumento direcionado à análise de atividades antrópicas específicas com relevante impacto sobre as espécies ameaçadas (PRIM).

A pesquisa e o monitoramento da biodiversidade têm contribuído para o envolvimento social na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade com o Programa Monitora e o Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento. As ferramentas previstas nesses dois importantes planejamentos permitem maior interlocução com a academia (Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC, chamadas de projetos com recursos de compensação e seminários) e envolvimento das comunidades (monitoramento participativo, protocolos de monitoramento) nas atividades do ICMBio. Além disso, do ponto de vista da melhoria da gestão, a análise de impactos sobre a biodiversidade se pautou em estabelecer uma dinâmica a fim de agregar maior celeridade e qualidade técnica ao processo de emissão de Autorização para o Licenciamento Ambiental - ALA, por meio da elaboração de um Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais e da modernização de ferramentas para gestão e emissão destas autorizações.

No que diz respeito ao processo de regularização fundiária no interior das UCs, apesar do resultado abaixo do esperado, a consolidação territorial no ICMBio foi incentivada e ações estruturantes foram implantadas, a exemplo do Fundo de Compensação Ambiental, apresentando uma perspectiva de ganho de escala e incremento das áreas regularizadas nos próximos exercícios. O investimento em capacitação de servidores, parceiros e beneficiários de UCs tem um relevante papel para o desenvolvimento institucional e de envolvimento da sociedade na conservação da biodiversidade.

Ressaltamos os bons resultados que o Programa de Voluntariado vem apresentando como um importante expoente de promoção do senso de pertencimento da sociedade para a agenda socioambiental.

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC tem sido fortalecido por meio da criação e ampliação das áreas destinadas a conservação ambiental. No de 2018, a organização e priorização institucional e o apoio de projetos internacionais (ARPA, GEF MANGUE e GEF MAR) permitiram a conclusão de 13 processos de criação e 9 processos de ampliação de unidades de conservação, totalizando o aumento de mais de 94 milhões de hectares de áreas protegidas. Essas áreas contribuem com a conservação de ambientes na Caatinga, como a APA e o REVIS da Ararinha

Azul, no Pantanal, como a ampliação do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, na Amazônia, como as Reservas Extrativista no litoral do Salgado Paraense, e também no ambiente marinho costeiro, como a APA e o MONA do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e APA e o MONA Ilhas de Trindade e Martim Vaz.

Outro instrumento de gestão que merece destaque é a publicação do Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo, alinhado ao desenvolvimento de uma nova metodologia. Esta nova metodologia de elaboração e revisão de plano de manejo, permitiu otimizar os recursos financeiros e humanos, reduzindo o levantamento de dados e favorecendo as análises técnicas, no âmbito do diagnóstico e do zoneamento, trazendo uma maior eficiência na consolidação desses instrumentos de planejamento das unidades de conservação.

Além disto, considerando o objetivo estratégico de envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade, indica-se a continua ampliação no número de visitantes em unidades de conservação, totalizando 12,4 milhões de visitantes, em 2018. O crescente aumento da visitação tem relação direta com o fortalecimento dos diferentes instrumentos de gestão, tais como a estruturação das normativas relacionadas a concessão de serviços, com destaque para a Lei n.º 13.668/2018.

Por fim, conclui-se que as metas institucionais vêm sendo atendidas por meio da composição de recursos orçamentários e de recursos externos oriundos de programas e projetos, os quais tem sido fundamentais para a consolidação dos resultados. Além disso vale ressaltar a importância das parcerias estabelecidas com a comunidade acadêmico-científica, outros órgãos do governo, setor privado e terceiro setor para execução destas atividades, que permitem ainda o intercâmbio de conhecimentos e práticas de conservação auxiliando no desenvolvimento e no aprimoramento de ferramentas para conservação da biodiversidade e seus ecossistemas.

5.1- Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética

Descrição geral

Pode-se considerar que a finalidade última do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é contribuir para a manutenção da diversidade biológica nacional, entendida como fundamental para manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Tal diversidade é considerada em três níveis: genética, de espécies e de ecossistemas.

Foram acolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo ICMBio no âmbito desse objetivo estratégico: (a) reduzir percentual da área atingida por incêndios em unidades de conservação federais; (b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com PAN e (c) Implementar ações de fiscalização em UCs federais.

Responsáveis	DIMAN DIBIO
---------------------	----------------

Gráfico de indicadores de resultado



Gráfico 4: Indicadores de resultado do objetivo estratégico: Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2017		2018		2019
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Reduzir percentual da área atingida por incêndios em unidades de conservação federais	10%	24,80%	10%	32%	10%
b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com PAN	50%	44%	58%	66,6%	70%
c) Implementar ações de fiscalização em UC federais	495	495	480	580	480

Tabela 3: Indicadores de resultado do objetivo estratégico: Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética.

A melhoria nos indicadores que tratam da área atingida por incêndios florestais e da taxa de desmatamento estão intrinsecamente ligados à maior interação entre diferentes atores internos, tais como a Coordenação de Fiscalização, Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios, as Coordenações Regionais e as Unidades de Conservação, bem como atores externos, ou seja, as parcerias entre o ICMBio e instituições fundamentais para a execução das atividades em campo, sejam elas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Comando da Aeronáutica, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, as Polícias Militares, e a Polícia Federal. Esta rede de atores permitiu a construção de estratégias melhor definidas para o combate às principais ameaças às Unidades de Conservação federais.

No que tange, especificamente, às ações de prevenção e combate aos incêndios florestais em unidades de conservação, intensificou-se a melhoria das estruturas de combate a incêndios, implementada pelo ICMBio desde 2010, e, conseqüentemente, a diminuição dos impactos negativos dos grandes eventos de incêndios, com redução do tamanho das áreas atingidas. Assim, a implementação do Manejo Integrado do Fogo - MIF, que prioriza as atividades de prevenção, a partir das dimensões ecológicas, socioculturais, de pesquisa e monitoramento, continuam a apresentar resultados positivos.

Em relação a meta institucional de reduzir², até 2019, 30% da área atingida por incêndio no interior de Unidades de Conservação federais, devido aos investimentos institucionais em capacitação e infraestrutura, o ICMBio reduziu em relação à média, em 2016, 24,8% da área atingida por incêndios, em 2017, 22,35% e em 2018, 32%. Se comparado ao ano de 2017, no ano de 2018 houve redução de 62,4% da área atingida por incêndios florestais em Unidades de Conservação federais.

Esta grande redução de um ano para outro se deu em decorrência da eficiência dos trabalhos, tanto preventivos como de combates aos incêndios, bem como por questões climáticas. Cabe destacar que o ano de 2018 não foi influenciado por nenhum fenômeno climático forte. Em todos os meses do ano ocorreram precipitações, o que amenizou o déficit hídrico e a ocorrência de incêndios florestais de comportamento extremo. Soma-se, também, o esforço institucional em proporcionar capacitação contínua aos servidores lotados nas Unidades de Conservação, a institucionalização de procedimentos de planejamento (Planos de Manejo Integrado do Fogo), o fornecimento de equipamentos diversos e

² A redução tem com base, a média da área atingida por incêndio nos anos 2010/2012/2014, o que representa um milhão e duzentos mil hectares.

necessários à realização dos trabalhos e a possibilidade de contratação de brigadistas por maior período (MP nº 809/2017, convertida na Lei nº 13.668/2018).

O objetivo estratégico vem sendo atendido no que se refere à definição e implementação de ações estratégicas para melhoria do estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção.

Na medida em que os PANs, ao serem elaborados, propõem as ações prioritárias para 66,6% do total de espécies da fauna ameaçadas de extinção, a implementação destas ações em campo contribui para redução das ameaças às espécies e ecossistemas, implicando numa melhoria do seu estado de conservação.

O diagnóstico do estado de conservação das espécies da fauna brasileira é atualizado periodicamente por meio da avaliação do risco de extinção das espécies, processo que subsidia a elaboração da Lista Nacional de Espécies da Fauna Ameaçada e norteia a proposição de novas estratégias de manejo e conservação das espécies. O Plano de Redução de Impactos sobre a Biodiversidade - PRIM é outra estratégia integrada ao processo, que associa análises das pressões e ameaças à biodiversidade visando subsidiar os processos decisórios e a gestão ambiental. O PRIM é uma ferramenta de apoio à decisão e gestão ambiental, que têm como principal objetivo gerar cenários de compatibilização entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento de atividades socioeconômicas, por meio da identificação de medidas objetivas de redução dos impactos potenciais e da busca de espaços geográficos onde se garanta a manutenção dos serviços ecossistêmicos e de populações viáveis de espécies, sem prejuízo da construção e operação de empreendimentos e atividades.

Em 2018, foram avaliadas 3.956 espécies da fauna brasileira, 177 espécies da fauna ameaçada de extinção tiveram PANs publicados. Um livro sobre a metodologia que foi desenvolvida para a execução da ferramenta PRIM e o PRIM de Infraestruturas Viárias Terrestres sobre a Biodiversidade também foram publicados. Além disso, foi aprimorada a metodologia de elaboração, implementação, monitoria, avaliação e revisão dos PANs, formalizada pela publicação da Instrução Normativa nº 21/2018, em conjunto com o Guia para Gestão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção a publicação: PAN - Elabore - Monitore - Avalie.

Os resultados e metas do processo vem sendo acompanhados por meio de indicadores quantitativos e análises qualitativas, que demonstram que as metas estão sendo atingidas e que há uma integração e retroalimentação entre os processos. A execução vem sendo realizada com recursos orçamentários e extra orçamentários, oriundos de projetos financiados pelo *Global Environment Fund* - GEF.

O ICMBio, de forma a conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação da biodiversidade, coordena o processo de autorizações para licenciamento ambiental quando os empreendimentos afetam diretamente as Unidades de Conservação federais. No ano de 2018, o Programa para Melhoria da Gestão do Processo Organizacional de Autorização para o Licenciamento Ambiental - PMG Licenciamento foi implementado com a finalidade de padronizar as análises de potenciais impactos decorrentes da instalação e operação de atividades e empreendimentos a serem licenciados em Unidades de Conservação federais.

Os objetivos principais do Programa foram: realizar micro gerenciamento dos processos; desenvolver protocolo padrão para análises técnicas; automatizar processos; e revisar os instrumentos normativos, o que resultou numa redução de 44% do tempo de análise dos processos de Autorização para o Licenciamento Ambiental.

Além disso, o ICMBio desenvolveu um Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais customizado para diferentes tipologias de empreendimentos, de forma participativa e incremental, com a contribuição de diferentes atores que participam do processo de licenciamento ambiental. O intuito foi definir os procedimentos e padronizar análise técnica dos empreendimentos de significativo impacto ambiental às Unidades de Conservação federais.

Simultaneamente, iniciou-se o processo de estruturação da automatização da análise de impacto ambiental, visando diminuir a discricionariedade, aumentar a segurança e reduzir o tempo de análise. Este processo foi desenvolvido em parceria com o então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no âmbito da Plataforma de Cidadania Digital e se encontra em processo

de personalização, com base no Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais. A plataforma tem o intuito de se tornar um canal único e integrado para a disponibilização de informações, solicitação eletrônica e acompanhamento de serviços públicos.

No que tange as ações de Fiscalização, indica-se a consolidação das ferramentas de planejamento (PFIS e PLANAF) e de monitoramento de resultados (Relatório Consolidado), o que vem permitindo a obtenção de dados e informações a respeito do número total de ações de fiscalização executadas em 2018 e de seus desdobramentos.

De acordo com a ferramenta de Planejamento de Ações de Fiscalização - PLANAF, em 2018 foram executadas 580 ações de fiscalização nas Unidades de Conservação federais. Destas, as principais tipologias atendidas foram as de fauna, seguida de flora e degradação. Houve 1.906 participações de agentes de fiscalização do ICMBio e 1.429 participações de policiais militares envolvidos nas atividades em campo. Mais de 50% das ações de fiscalização, em 2018, foram executadas no bioma Amazônia.

Destaca-se uma queda de 28% da taxa de desmatamento dentro das Unidades de Conservação federais (PRODES 2017). Esta queda é tão significativa que representa a segunda menor taxa de desmatamento registrada desde 1997 em relação às Unidades de Conservação.

Houve neste ano, também, o lançamento do painel dinâmico interno, cujo principal objetivo foi dar publicidade e facilitar acesso às principais informações do processo fiscalizatório e, assim, permitir o melhor acompanhamento e a análise das ações de fiscalização, fortalecendo a interação direta com as Coordenações Regionais e Unidades de Conservação.

A manutenção das ações da Operação Integração fortaleceu a estratégia de fiscalização, o que impactou positivamente na proteção das Unidades de Conservação federais. Foram realizadas ações frequentes nas Unidades de Conservação onde estão as maiores pressões de desmatamento em 5 Estados, sendo eles: Amazonas, Rondônia, Pará, Maranhão e Acre, que resultaram na aplicação de mais de 225 milhões de reais em multas e 13 milhões em bens apreendidos. Esse esforço garantiu uma redução significativa do desmatamento ilegal dentro das UCs.

Em 2018, também, houve o início da implementação do Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental - PPCFis, que capacitou 109 servidores. Este Programa é estruturado considerando as demandas por competência apresentadas pela temática de fiscalização ambiental nas Unidades de Conservação.

5.5.1- Perspectivas para os próximos exercícios.

No âmbito dos resultados atrelados às espécies ameaçadas de extinção, o ICMBio buscará aprimorar a definição de diferentes estratégias para a conservação das espécies ameaçadas, bem como a implementação de ações prioritárias e a avaliação dos resultados.

O diagnóstico do estado de conservação das espécies está em aperfeiçoamento por meio do uso e desenvolvimento do Sistema de Suporte para o Processo de Avaliação do Estado de Conservação das Espécies - SALVE, garantindo um grande avanço na sistematização da informação, tornando o processo mais ágil e permitindo um número maior de espécies avaliadas em menor tempo.

Para este exercício de 2019 serão concluídos o PRIM de Hidroelétricas da Amazônia sobre a Biodiversidade e o PRIM de Exploração de Petróleo e Gás sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira.

No que diz respeito às ações de redução do percentual da área atingida por incêndios e de fiscalização em Unidades de Conservação, o ICMBio buscará:

- manter o número de ações de fiscalização executadas e a redução das taxas de desmatamento nas Unidades de Conservação;
- dar continuidade e aprimorar da capacitação dos agentes de fiscalização do ICMBio para garantia de maior efetividade em campo;
- aprimorar as ferramentas dos sistemas de fiscalização para que atendam as demandas de maneira institucionalizada;
- dar continuidade ao apoio às ações de prevenção aos incêndios florestais na perspectiva do Manejo Integrado do Fogo;

- a contratação anual de servidores públicos temporários à luz dos preceitos da Lei nº. 13.668/2018;
- dar continuidade à capacitação de servidores para melhorar o planejamento e ações de prevenção e combate a incêndios florestais; e
- o planejamento de ações específicas nas áreas prioritárias com as maiores áreas atingidas por incêndios.

5.2- Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Descrição geral	
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC tem como executores, além do ICMBio, os órgãos ambientais estaduais e municipais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.	
Por ser o responsável pela gestão das Unidades de Conservação federais, o ICMBio se tornou um protagonista na construção e fortalecimento do SNUC. Esta ação pode ser feita tanto através de apoio aos estados e municípios com estudos, capacitações, guias metodológicos ou outros tipos de orientação, quanto pela implementação das Unidades de Conservação federais, de modo que estas cumpram seus objetivos de conservação ambiental e de desenvolvimento socioambiental.	
Foram definidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo Instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) hectares de terras regularizadas no interior de UC e (b) UC com Plano de Manejo publicado.	
Responsável	DIMAN DISAT

Gráficos de indicadores de resultados



Gráfico 5: Indicadores de resultado do objetivo estratégico: Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2017		2018		2019
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Hectares de terras regularizadas no interior de UC	1.700.000	584.346	200.000	145.493	200.000
b) UC com Plano de Manejo publicado	184**	182	190	195	208

Tabela 4: Indicadores de resultado do objetivo estratégico: Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A regularização fundiária nas UCs federais abrange todas as ações de desapropriação/indenização/incorporação de imóveis privados sobrepostos às unidades de conservação. No exercício de 2018, tramitaram cerca de 2.500 processos no ICMBio, abrangendo instrução para desapropriação, subsídios a ações judiciais, usucapião, perícia judicial, doação de imóveis para fins de compensação de reserva legal, verificação e consolidação dos limites, além de outras ações com vistas à consolidação territorial das UCs. Dentre as modalidades de regularização fundiária utilizadas estão o repasse das terras da União pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU ou Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o recebimento em doação por compensação de reserva legal, outras formas de compensação e a desapropriação por meio da indenização. Essas ações são regradas por atos normativos do ICMBio.

Os procedimentos para desapropriação estão definidos na Instrução Normativa 02/2009. Em 2018 essa ação foi executada basicamente com recursos de compensação ambiental. Foram desapropriados/indenizados, pela via administrativa e judicial, 3.605 hectares em UCs de domínio público, totalizando R\$ 17.174.266,00 em pagamento de imóveis (terras e benfeitorias). Além dessas áreas que efetivamente foram desapropriadas (escritura e registro em nome do ICMBio, e concretamente feito o pagamento), restou ainda os processos com toda a instrução realizada de 6 (seis) imóveis, no valor total de R\$ 21.092.978,00, que totalizam cerca de 10.598 hectares, cujos pagamentos serão concretizados no exercício de 2019, uma vez que não se teve prazo hábil para o pagamento no exercício de 2018.

O mecanismo da Compensação de Reserva Legal - CRL é um dos procedimentos que possibilita a regularização fundiária de UCs. A sua materialização ocorre através da doação de imóvel privado, localizado no interior de uma UC de domínio público ao seu órgão gestor. Os procedimentos para essa atividade estão definidos na Instrução Normativa 05/2016. Atualmente o ICMBio está atuando com o mecanismo de CRL em 40 UCs, atingindo o total de 300 imóveis habilitados, o que corresponde a aproximadamente 658.000 hectares, destes, cerca de 117.000 hectares foram habilitados apenas em 2018, o que corresponde a um incremento de 18% em um ano. No que tange à doação desses imóveis habilitados, em 2018 foram recebidos 28.151 hectares, acumulando um total histórico de 61.000 hectares de imóveis recebidos em doação pelo dispositivo da CRL, um incremento de 45% em apenas um ano.

Nos casos em que os imóveis sobrepostos às unidades de conservação são de origem e domínios públicos, o normativo prevê que esses imóveis, quando em nome da União, INCRA ou outros órgãos, sejam repassados ao ICMBio na forma de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU. Nessa modalidade, foram concedidos, em 2018, cerca de 113.737 hectares em 3 unidades de conservação. Ao longo dos últimos anos já foram incorporados/concedidos cerca de 17 milhões de ha em UCs federais.

Embora o ICMBio tenha empreendido esforços para dar celeridade aos processos de regularização fundiária, como normatização e padronização de procedimentos, terceirizações de atividades meio e aumento da equipe técnica, esta é uma atividade na qual o ICMBio não tem controle de todo o processo, uma vez que tanto a desapropriação quanto a compensação de reserva legal dependem do interesse do proprietário (desde a apresentação da documentação exigida, até o aceite de valores avaliados). Da mesma forma, os processos de incorporação das terras públicas tramitam também em outros órgãos/entidades como o INCRA e a SPU, o que extrapola o controle desta autarquia sobre a finalização de tais processos. No caso específico de 2018, devido a fatores externos, cerca de 10.000 hectares de imóveis privados e quase 500.000 hectares de terras públicas tiveram seus processos devidamente instruídos e finalizados administrativamente no âmbito da coordenação, mas ficaram para ser incorporados no exercício de 2019.

Áreas adquiridas/incorporadas 2018	
Unidade de Conservação	Área (ha)

Desapropriação	3.605
Compensação de reserva Legal	28.151
CDRU	113.737
Total	145.493

Tabela 5: Áreas adquiridas/incorporadas no ano de 2018.

Quanto aos planos de manejo das Unidades de Conservação federais, houve a continuidade e o aprimoramento dos procedimentos internos, especialmente para as normas gerais e zoneamento que compõem o plano de manejo das UC.

Em 2018 foram elaborados 11 planos de manejo de RPPN e 13 planos de manejo das demais categorias de unidades de conservação. Complementarmente foram realizadas 4 revisões gerais e 6 revisões pontuais de plano de manejo, além da definição de uma zona de amortecimento, da Estação Ecológica Guanabara - Portaria nº 765/2018.

Os planos de manejo elaborados foram das seguintes unidades de conservação: PARNA Serra da Mocidade; ESEC Niquiá; FLONA Humaitá; PARNA Nascente do Lago Jari; Reserva Biológica - REBIO do Abufari; RESEXMar de Soure; PARNA São Joaquim; FLONA de Pau Rosa; ESEC Cuniã; APA Serra da Mantiqueira; RESEX Lago do Cuniã; APA Baleia Franca; e PARNA Mapinguari.

Foram analisados e aprovados 11 planos de manejo de RPPN: RPPN Aves Gerais; RPPN Bico do Javaés; RPPN Grande Floresta das Araucárias; RPPN fazenda Rio dos Pilões; Rev. RPPN Mãe da Lua; RPPN Lagoa do Formoso; RPPN Meandros II; RPPN Meandros III; RPPN João Basso; RPPN Antenor Rival Crema; e RPPN Vilar.

Foram realizadas a revisão geral em 4 planos de manejo: FLONA de Capão Bonito; APA Cairuçu; PARNA Iguaçu; e REBIO Comboios.

Foram realizadas revisões pontuais em 6 planos de manejo: APA Costa dos Corais; APA do Planalto Central; PARNA Chapada dos Veadeiros; PARNA Serra da Bodoquena; PARNA Jamari; e PARNA Fernando de Noronha.

Ademais, destaca-se a elaboração do roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo, normatizada pela Portaria nº 1.163 de 27 de dezembro de 2018. Esta portaria propõe e apresenta diretrizes, normativas e roteiros metodológicos para a elaboração e revisão de planos de manejo que contemplem as especificidades das categorias de manejo das Unidades de Conservação federais, em articulação com as instâncias técnicas relacionadas.

Considerando o esforço da equipe da Coordenação de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo, o envolvimento de outros setores do ICMBio, o fortalecimento do apoio institucional e o apoio financeiro de projetos internacionais, tais como GEF MAR, ARPA e a Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia - PCBA, verificou-se o cumprimento integral das metas estabelecidas relacionadas a elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação.

Adicionalmente, acredita-se que o processo de estruturação e adaptação da metodologia para elaboração de plano de manejo, iniciado a partir da parceria PCBA em 2015, tenha relação direta com os resultados positivos no atendimento da meta institucional. Inicialmente com a padronização dos procedimentos, e avanços nas normativas e ampliação das discussões sobre elaboração e revisão de plano de manejo em articulação com outras instâncias técnicas.

Outra importante iniciativa que trouxe avanços, no ano de 2018, foi a implantação interna da plataforma do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão – SAMGe. O Sistema é uma metodologia de avaliação e monitoramento de gestão, de aplicação rápida e resultados imediatos, concebida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e institucionalizada pela Portaria ICMBio nº 306/2016.

Em que pese ser um sistema ainda em desenvolvimento, com ajustes a serem realizados nos relatórios disponibilizados, o Ciclo de Preenchimento do SAMGe 2018, cujo período de preenchimento foi entre 25 de outubro de 2018 e 31 de dezembro de 2018, registrou grande participação das equipes gestoras das Unidades de Conservação e Coordenações Regionais. Neste ciclo, foram consolidados 313

diagnósticos de gestão de UCs, o que compõe 94% do sistema federal. Estes números representam um crescimento na participação das UCs em cerca de 60% de 2017 para 2018.

A efetividade de gestão de unidades de conservação é analisada a partir das inter-relações entre os recursos e valores (o que se busca manter, os alvos de conservação), os usos (interfaces entre os alvos e a sociedade) e as ações de manejo realizadas pelo órgão gestor.

5.2.1 - Perspectivas para os próximos exercícios

Com o objetivo de organizar, padronizar e dar segurança às ações executadas no âmbito da Coordenação Geral de Consolidação Territorial - CGTER, está em fase final de ajustes e recebimento um sistema (SIGTERRA) para integrar numa única plataforma, a relação de documentos dos imóveis com processos na CGTER, bem como o georreferenciamento e o estágio da análise.

De modo complementar, uma ação estratégica adotada pela coordenação é a capacitação dos servidores. Em 2018 a CGTER promoveu cursos de Georreferenciamento e Demarcação, Avaliação de Imóveis e Elaboração de Cadeia Dominial, envolvendo cerca de 60 servidores. Para 2019, além da disponibilização (em plataforma de ensino à distância - EAD) de um curso completo de regularização fundiária de Unidades de Conservação federais, está prevista a realização de novos cursos presenciais da temática.

Para o fortalecimento da ação de regularização fundiária, foi criado o Fundo de Compensação Ambiental - FCA, previsto na Lei nº 13.688/2018. Regido por estatuto próprio, o fundo visa recepcionar e executar os recursos provenientes da Compensação Ambiental, previstos no artigo 36 da Lei nº 9985/2000. A Caixa Econômica Federal foi a instituição financeira selecionada para gerir o fundo. Espera-se com isso que o mecanismo da Compensação Ambiental ganhe agilidade e eficiência e que a regularização fundiária, sua principal ação em volume de recursos e complexidade de execução, tenha efetivo ganho de escala a partir de 2019.

No que diz respeito à elaboração e revisão de plano de manejo o ICMBio buscará:

- dar continuidade as atividades de elaboração e revisão de plano de manejo, em atendimento a meta institucional global;
- monitorar a implementação dos planos de manejo elaborados na nova abordagem;
- fortalecer o alinhamento institucional para a elaboração de planos específicos em consonância ao plano de manejo;
- aprimorar e institucionalizar o catálogo de produtos e serviços do ICMBio;
- implantar o sistema de gestão CITSMART para a organização dos processos administrativos.;
- dar continuidade ao processo de capacitação para a elaboração dos planos de manejo e de seus planos específicos; e
- desenvolver o módulo de elaboração e análise de planos de manejo no Sistema de Gestão da Categoria RPPN - SIMRPPN, de modo a otimizar o tempo e o esforço de análise.

5.3- Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das unidades de conservação

Descrição geral

Ao promover maior compreensão e aproveitamento do potencial econômico das unidades de conservação, pretende-se aumentar a conscientização da população quanto aos benefícios advindos da conservação, aumentando assim o interesse tanto pela manutenção e criação de novas áreas protegidas quanto pela conservação ambiental em sentido amplo, o que tende a gerar pressões conservacionistas nas diversas áreas de atuação pública e privada. Ademais, o maior aproveitamento econômico tende a aumentar a arrecadação do setor público federal, redundando em maior possibilidade de gerar serviços e políticas públicas à sociedade brasileira.

Foram destacados como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo Instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) estabelecer manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade em UC federais de uso sustentável; (b) visitantes registrados em UC (em

milhões); e (c) hectares de UC de Uso Sustentável com Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário - PMFS.

Responsável DIMAN
DISAT

Gráficos de indicadores de resultados



Gráfico 6: Indicadores de resultado do objetivo estratégico: Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das unidades de conservação.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2017		2018		2019
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Estabelecer manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade em UC federais de Uso Sustentável	15	17	18	18	19
b) Visitantes registrados em UC (em milhões)	8,5	10,73	11	12,4	11,5
c) Hectares de UC de Uso Sustentável com Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário	120.000	98.597	120.000	123.885	135.000

Tabela 6: Indicadores de resultado do objetivo estratégico: Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das unidades de conservação.

Para o estabelecimento do manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade em UCs federais de uso sustentável, estão sendo desenvolvidas diversas atividades envolvendo as cadeias de produtos da sociobiodiversidade, objetivando a promoção do uso sustentável em UCs federais. Destacam-se as seguintes cadeias produtivas: 1. Castanha do Brasil (RESEX Chico Mendes, RESEX Rio Ouro Preto, RESEX Rio Unini, RESEX do Rio Cautário, RESEX do Rio Ituxi, RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX do Rio Cajari, RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, RESEX Riozinho do Anfrísio, RESEX Médio Purus, FLONA Saracá-Taquera); 2. Jaborandi (FLONA Carajás); 3. Copaíba (RESEX Chico Mendes, RESEX Alto Juruá, RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX Ituxi, RESEX Médio Purus, RESEX Rio Cajari, RESEX Soure, RESEX Baixo Juruá, RESEX Médio Juruá, RESEX Cajari, RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, RESEX Rio Unini, RESEX Riozinho do Anfrísio, RESEX Corumbau, FLONA Amapá, FLONA Tapajós, FLONA Macauã, FLONA Tefé, e FLONA Crepori); 4. Açai (RESEX Verde para Sempre, RESEX Terra Grande Pracuúba, RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX Tapajós Arapiuns, RESEX Lago do Cuniã, RESEX do Rio Ouro Preto, RESEX Médio Juruá, RESEX Capanã Grande, RESEX Ituxi, RESEX Médio Purus, RESEX Gurupá-Melgaço-PA, RESEX Ipaú-Anilzinho, RESEX Rio Cajari, RDS Itatupã Baquiá, FLONA Tapajós, FLONA Macauã, FLONA Amapá e comunidades do entorno da FLONA Trairão, FLONA Itaituba I e FLONA Itaituba II); 5.

Andiroba (RESEX Médio Juruá, RESEX Médio Purus, RESEX Ituxi, RESEX Riozinho do Anfrísio, FLONA Tapajós e RDS Itatupã Baquia); 6. Buriti (RESEX Chapada Limpa e RDS Geraizeiras); 7. Cacau Nativo (RESEX Canavieiras, RESEX Chico Mendes, RESEX Arapixi e RESEX Médio Purus). 8. Seringa (RESEX Chico Mendes, RESEX Médio Juruá, RESEX Cazumbá-Iracema, FLONA Macauã RESEX Riozinho do Anfrísio, RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, FLONA Tapajós, FLONA Macauã e RESEX Tapajós Arapiuns). 9. Babaçu (RESEX Chapada Limpa, RESEX Ciriaco, RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, RESEX Riozinho do Anfrísio e RESEX Extremo Norte do Tocantins). 10. Mel de abelha nativa (FLONA Tefé e FLONA Crepori); 11. Jacaré (RESEX Lago do Cuniã); 12. Madeira (RESEX Verde para Sempre, RESEX do Rio Ituxi, RESEX Chico Mendes, FLONA Tapajós e FLONA do Purus); 13. Pirarucu (RESEX do Rio Ituxi, RESEX Médios Purus, RESEX Rio Unini, RESEX do Rio Jutáí, RESEX do Baixo Juruá, RESEX do Médio Juruá e RESEX Auati-Paraná); 14. Murumuru (RESEX do Médio Juruá, RESEX Alto Juruá e RDS Itatupã Baquiá); 15. Bacuri (RESEX Chapada Limpa); 16. Caranguejo-uçá (RESEX Delta do Parnaíba, 12 UCs do Salgado Paraense, RESEX Corurupu, RESEX Canavieiras, RESEX Bahia do Iguape, RESEX Cassuruba, RESEX Corumbau); 17. Lula (RESEX Arraial do Cabo); 18. Artesanato (RESEX Cazumbá Iracema, RESEX Chico Mendes, RESEX Mão Grande Curuça, RESEX Soure, RESEX Unini, RESEX Corumbau, RESEX Canavieiras, RESEX Bahia do Iguape, RESEX Baixo Juruá e FLONA Tapajós).

A parceria e apoio de projetos externos é fundamental para o desenvolvimento da temática no ICMBio. A partir de parceria técnica firmada entre o ICMBio e o Serviço Florestal dos Estados Unidos, com apoio da USAID, estão em curso diversas ações voltadas à melhoria da conservação e sustentabilidade das áreas protegidas da Amazônia brasileira. Mais especificamente no âmbito do componente de fortalecimento de cadeias de valor, e objetivando promover atividades produtivas das famílias beneficiárias das UCs de uso sustentável, está sendo priorizado apoio ao fortalecimento das cadeias do pirarucu, da castanha do Brasil, da madeira oriunda de manejo comunitário e do açaí. Com apoio do Projeto PNUD BRA/08/023, foi possível apoiar eventos e ações de planejamento, capacitações, a elaboração de instrumentos de gestão, a realização de estudos, a implementação de iniciativas de turismo de base comunitária, a publicação de materiais de divulgação e sensibilização, entre outros esforços. Ainda, com recursos orçamentários e apoio de diversos parceiros, foi possível viabilizar o fortalecimento de outras cadeias produtivas e capacitações relacionadas.

Os dados oficiais de visitação registraram, em 2018, um aumento significativo somando 12,4 milhões de visitantes em unidade de conservação federais, atendendo, assim, a meta institucional. Ressalta-se que o número de visitantes é monitorado apenas em uma parcela das unidades de conservação. Em 2018, 119 unidades de conservação contribuíram neste levantamento, que registrou 21 categorias de atrativos e 39 atividades distintas.

Adicionalmente indica-se o fortalecimento e a integração dos instrumentos de gestão relacionados a uso público nas Unidades de Conservação, como por exemplo, a elaboração de planos de uso público e produtos de interpretação ambiental, bem como o apoio ao Programa de Voluntariado em 43 UCs.

Além disto, o ICMBio focou suas ações em medidas preparatórias para implementação das concessões de uso para a prestação de serviços de apoio à visitação nos Parques Nacionais, a exemplo do desenvolvimento de diversos estudos de viabilidade econômica e modelagem jurídica os quais resultaram em 3 editais para a concessão já lançados no exercício passado (Parque Nacional de Pau Brasil, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional do Itatiaia), e elaboração de 9 projetos para concessão: Parque Nacional Aparados da Serra, Parque Nacional da Serra Geral, Floresta Nacional de Canela, Parque Nacional da Serra da Canastra, Parque Nacional do Caparaó, Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Parque Nacional de Jericoacoara, Parque Nacional de Ubajara e Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Com as concessões, o ICMBio pretende ampliar e disponibilizar melhores serviços de apoio à visitação e experiências aos visitantes, promover o aquecimento da economia da região onde as unidades estão inseridas, fortalecer o sentimento de pertencimento dos moradores do entorno e assim aumentar o número de aliados à conservação da biodiversidade, por meio das áreas protegidas.

A concessão de serviços em unidade de conservação foi regulamentada pela MP 809/2017, convertida na Lei nº 13.668/2018. Este marco regulatório foi essencial na obtenção dos resultados

positivos, quanto à visitação nas Unidades de Conservação, permitindo ampliar o uso público nas áreas protegidas.

Ainda no que tange a delegação de serviços de visitação foram elaboradas 5 portarias de autorização de serviços de apoio a visitação nas seguintes unidades: Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais, Parque Nacional da Serra da Canastra, Floresta Nacional de Brasília e Parque Nacional de Brasília. Complementarmente, foram elaborados 10 Estudos de Modelagem Econômico Financeira - EVE e dois Procedimentos de Manifestação de Interesse - PMI, que são preliminares a concessão de serviços de visitação.

O ICMBio realizou, até 2018, 2.061 autorizações (número acumulado) de condutores de visitantes, 749 autorizações para transporte motorizado de visitantes e 410 autorizações para atividades náuticas, tais como passeio embarcado ou mergulho.

No tocante a estruturação para visitação destaca-se ainda a implementação de 100 km de novas trilhas e mais 1.200 km de trilhas sinalizadas, além de 3 trilhas de longo curso inauguradas, sendo elas: Caminhos da Serra do Mar, Rota Darwin e Cora Coralina. Esta atividade proporciona melhor infraestrutura para visitação e fortalece o envolvimento da sociedade na gestão das Unidades de Conservação, já que sua implementação contou com o apoio de voluntários e parceiros.

No que tange a parcerias e capacitação, foram firmadas novas e fortalecidas antigas parcerias com ações em uso público, o que permitiu um incremento significativo nas oportunidades de capacitação para servidores e parceiros, tais como o I Seminário Internacional de Turismo em Áreas Protegidas da Amazônia e o I Encontro de Práticas de Turismo de Base Comunitária e capacitações internacionais.

Destaca-se ainda a publicação do Manual de Sinalização de Unidades de Conservação, o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação - ROVUC, o Manual de Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais, a Cartilha Parques do Brasil: Visitar é Proteger!, e Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017.

Em relação ao número de hectares de UCs de uso sustentável com Planos de Manejo Florestal Comunitário, cabe primeiramente registrar que Manejo Florestal Comunitário é assumido como um potencial para gerar renda e trabalho para os produtores familiares da Amazônia e contribuir para a manutenção das florestas. Sua promoção tem buscado a capacitação dos produtores em práticas de Exploração de Impacto Reduzido, organização em torno de cooperativas e associações e estratégias para a busca de mercados atrativos, incluindo a adoção de certificação. Atualmente estão em execução 11 PMFS Comunitários autorizados em 5 unidades de conservação federais das categorias RESEX e FLONA localizadas na região da BR 163 (FLONA Tapajós), interflúvio Tapajós/Xingu (RESEX Verde para Sempre), sul do estado do Amazonas (RESEX do Rio Ituxi e Flona do Purus) e na RESEX Chico Mendes, no estado do Acre. Além deste, outros 2 estão sob análise e avaliação, que são a RESEX do Baixo Juruá está localizada no município de Juruá/Amazonas e RESEX Tapajós Arapiuns no estado do Pará. Sob gestão do ICMBio, observa-se que há cerca de 123.885, 25 ha aprovados sob regime de manejo florestal (PMFS), o que poderá beneficiar até 459 famílias das comunidades locais.

Conforme observa-se no Gráfico 1, do ano de 2005 até 2018 os volumes e áreas autorizadas demonstram tendência crescente do número de autorizações. A exceção ocorreu apenas no ano de 2011, que se justifica pelo período de transição dos processos dos PMFS Comunitário do IBAMA para o ICMBio e pela ausência da solicitação de AUTEX por parte da COOMFLONA, cooperativa comunitária da Floresta Nacional do Tapajós, que tem se demonstrado referência de iniciativa comunitária para PMFS.

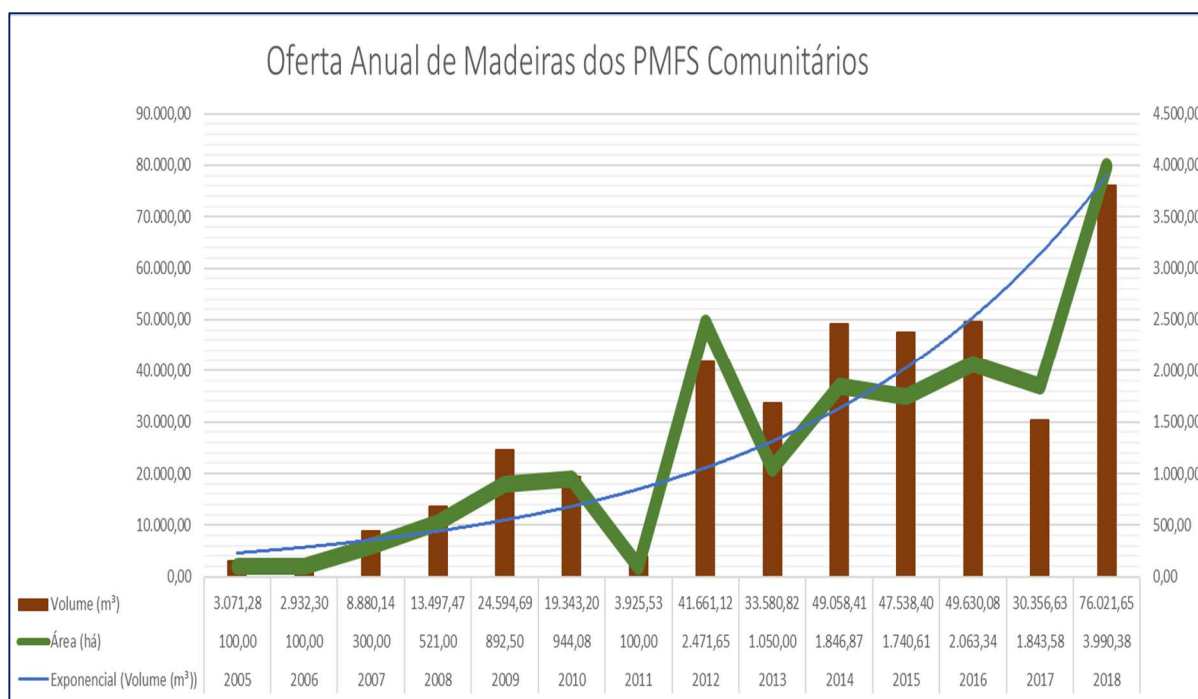


Gráfico 7: Oferta anual de madeiras dos PFMS Comunitários.

Na tabela abaixo, pode-se observar os valores absolutos, que levaram a construção do gráfico anterior. Nota-se que no primeiro ano das iniciativas de PMFS Comunitários, em 2005, houve autorização para exploração de área correspondente a 100 ha, que resultou na autorização de 3.017,28 m³ de volume de madeira em tora. Comparativamente, no ano de 2018, observa-se que houve autorização de 3.990,38 ha para exploração, resultando em um volume 76.021,65 m³ de madeira em tora, ou seja, aumento de 97,49% em termos de área autorizada e de 96,03% em volume.

Ano	Área (ha)	Volume (m ³)
2005	100,00	3.071,28
2006	100,00	2.932,30
2007	300,00	8.880,14
2008	521,00	13.497,47
2009	892,50	24.594,69
2010	944,08	19.343,20
2011	100,00	3.925,53
2012	2.471,65	41.661,12
2013	1.050,00	33.580,82
2014	1.846,87	49.058,41
2015	1.740,61	47.538,40
2016	2.063,34	49.630,08
2017	1.843,58	30.356,63
2018	3.990,38	76.021,65
Total	17.964,0106	404.091,7182

Tabela 7 - Valores absolutos comparativos de autorização em área e volume de PMFS Comunitário do ano de 2005 a 2018.

Neste contexto, importa sublinhar que o ICMBio continua investindo na agenda de manejo florestal sustentável comunitário e que a expectativa é de expansão consistente das áreas sob esse regime.

5.3.1- Perspectivas para os próximos exercícios

Sob a perspectiva de que a promoção do uso sustentável configura estratégia relevante de conservação da biodiversidade, o ICMBio deverá seguir buscando apoiar o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, especialmente em reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável e em florestas nacionais com população tradicional. Neste tocante, para que nos próximos anos seja possível o atingimento de resultados mais expressivos, será vital lograr sucesso na:

i) articulação de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais beneficiários destas áreas protegidas, tanto na esfera federal quanto nos planos estadual e municipal, de modo que os *déficits* na garantia de direitos fundamentais destas coletividades sejam progressivamente minorados, com desdobramentos positivos para as economias locais;

ii) capacitação de gestores das unidades de conservação e de representantes de associações e cooperativas comunitárias, para que possam desenvolver competências e atuar de maneira mais qualificada em espaços decisórios ou em processos relacionados à educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade;

iii) ampliação e consolidação de parcerias com instituições da sociedade civil, de modo que a atuação sinérgica de múltiplos atores estratégicos para os arranjos produtivos locais concorra para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis, em sintonia com preceitos de repartição justa e equitativa de benefícios, de valorização e respeito da diversidade cultural e dos conhecimentos tradicionais;

iv) articulação de possibilidades mais favoráveis à ampliação da capacidade de gestão de associações e cooperativas comunitárias, para que, por exemplo, reúnam condições de acessar linhas de crédito e oportunidades de subsídio e de financiamento diferenciadas voltadas ao fomento da produção e manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade, bem como para que logrem ampliar seu acesso a mercados locais, regionais, nacionais e internacionais; e

v) divulgação e promoção dos produtos da sociobiodiversidade, de modo que seja ampliado o reconhecimento público quanto ao valor dos produtos e serviços da sociobiodiversidade brasileira.

No intuito de ampliar o uso público nas Unidades de Conservação e fortalecer os instrumentos de gestão, indica-se como expectativa:

- consolidar a política para o estabelecimento de autorizações e de delegações de serviço de uso público com aperfeiçoamento das modelagens econômicas e parcerias não onerosas;

- fortalecer a estruturação para visitação das unidades de conservação apoiadas no Programa do Voluntariado;

- dar continuidade ao processo de regulamentação de delegação de serviços de apoio a visitação com a publicação de novos contratos de concessão de serviços;

- aperfeiçoar a normatização de uso público;

- desenvolver um sistema de gestão das informações sobre contribuição econômica da visitação em UC;

- ampliar e fortalecer o monitoramento do número de visitantes nas unidades de conservação;

e

- dar seguimento as capacitações em uso público.

5.4- Envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade

Descrição geral

As unidades de conservação federais existem para atender aos interesses da sociedade brasileira, em especial quanto à conservação da biodiversidade. Para a melhor consecução desses objetivos é importante promover e garantir o envolvimento da sociedade na gestão dessas áreas.

Em suas ações, o ICMBio busca promover a tomada de consciência da população quanto à importância das unidades de conservação e permitir melhor acompanhamento da atuação do poder público, contribuindo para o aumento de sua eficácia gerencial e potencializando os resultados buscados na conservação da biodiversidade.

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) UC com Conselho instituído e (b) projetos de pesquisa científica autorizados.

Responsável	DISAT DIBIO
--------------------	----------------

Gráficos de indicadores de resultados

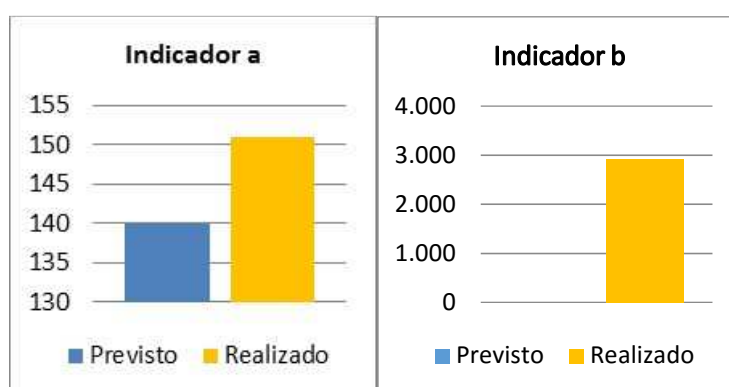


Gráfico 8: Indicadores de resultado do objetivo estratégico: Envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2017		2018		2019
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) UC com conselho gestor instituído*	280	281	140	151	160
b) Projeto de pesquisa científica autorizados**	-	2.740	-	2.923	-

Tabela 8: Indicadores de resultado do objetivo estratégico: Envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade.

* UC com conselho gestor instituído até 2017 e UC com reunião de conselho gestor realizada a partir de 2018.

** A autorização para projeto de pesquisa científica corresponde a uma prestação de serviço sob demanda da comunidade científica, o que impossibilita a fixação de metas.

O ICMBio continua atuando na instituição dos conselhos gestores em um número crescente de UCs e mais recentemente na avaliação da efetividade desse espaço de participação social. No momento são 9 unidades com processos de criação em curso, na maioria das restantes não há condições mínimas para viabilizar o instrumento, sejam por dificuldades estruturais (ligadas à gestão e a conflitos locais que não possibilitam a governança mínima) ou conjunturais (conflitos graves ou latentes, ou sobreposição), além das UCs recém criadas que estão em fases iniciais de formação de equipe e de processo de gestão. Nesse sentido, o indicador estabelecido a partir de 2018 refere-se à realização de reuniões de conselhos gestores das UCs.

Atualmente, existem 285 conselhos criados (eram 286 antes da desconstituição da Estação Ecológica de Iquê). No ano de 2018, foram realizadas, ao menos, 151 reuniões no período, ultrapassando a meta prevista em 2017. Este indicador é a forma mais simples de aferição do funcionamento destas instâncias tão importantes de participação social nas UCs.

Para além das ações de implementação dos conselhos gestores, considerando outras formas de envolvimento da sociedade, o ICMBio criou o seu programa de voluntariado, com adesão de 205 unidades (centros, Unidades de Conservação e sedes administrativas) e mais de 7 mil inscritos até dezembro de 2018, que elevam o potencial de participação e o senso de pertencimento da sociedade à agenda ambiental, ampliando e agregando força de trabalho de forma orientada e diversificada. A perspectiva é aumentar ainda mais a adesão e qualificar e aperfeiçoar a gestão do programa, gerando aprendizado e ampliando a atuação para que os voluntários contribuam de forma ativa e assertiva na conservação da biodiversidade.

Para a gestão integrada dos problemas do território com envolvimento da sociedade, uma das ações fundamentais é a elaboração e execução de um projeto político pedagógico orientado por processos de educação ambiental. São ações estruturantes, que mapeiam e organizam a ação dos diferentes atores no território, criando sinergia, governança e ações mais efetivas e integradas, atendendo de forma conjunto a muitos objetivos de conservação e aumentando o engajamento da sociedade. As agendas de educação ambiental buscam integrar atores estratégicos, como mulheres, juventude, extrativistas e conselheiros, num processo que visa qualificar a participação social nos processos de gestão do território, protegendo os recursos ambientais, buscam, ainda, promover de forma qualificada a educação ambiental, dando ênfase às comunidades escolares, à elaboração de projetos políticos pedagógicos (ação nos territórios) e a projetos junto às comunidades afetadas às unidades de conservação e centros de pesquisa, incluindo a qualificação dos conselhos gestores instituídos.

Outra importante forma de envolver a sociedade com a gestão das UCs é enfrentar adequadamente o passivo de uma grande quantidade de comunidades, muitas enquadráveis no conceito de “comunidades tradicionais”, que se consideram prejudicadas pela existência de Unidades de Conservação. Em levantamento finalizado em 2014, foi constatado que cerca de 70% das UC de proteção integral foram criadas incluindo ou bloqueando partes de territórios tradicionais de alguma comunidade. O ICMBio busca construir encaminhamentos que lidem adequadamente com estas situações, nas quais se verifica a existência de colisão de direitos: de um lado, o direito difuso de toda a população brasileira ao “meio ambiente equilibrado” previsto no Art. 225 da Constituição Federal, e de outro, direitos específicos de comunidades tradicionais, de acesso a recursos naturais indispensáveis aos seus “modos de criar, fazer e viver” também garantidos na Constituição. Encontrar encaminhamentos justos para estas interfaces territoriais tem se mostrado um caminho indispensável para viabilizar a gestão das UC onde há este tipo de situação, levando a que grupos que a viam como uma ameaça ou mesmo “um inimigo”, tornem-se parceiros da gestão, viabilizando o direcionamento dos esforços das equipes gestoras ao cumprimento dos objetivos de criação da UC, e em vários casos passando a contar com a colaboração da comunidade antes prejudicada.

As Unidades de Conservação federais resguardam o patrimônio natural do país para o usufruto das atuais e futuras gerações de brasileiros e, como espaços públicos, devem abrir-se à sociedade e contribuir com o desenvolvimento nacional. Assim, o ICMBio possui estratégias para ampliar a participação social na sua gestão e para ampliar a importância das UCs e da conservação da biodiversidade no desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

O investimento em ações de pesquisa e monitoramento da biodiversidade responde por uma parcela pequena do orçamento do ICMBio, mas desperta grande interesse público e, por isso, contribui fortemente com o alcance do objetivo estratégico de envolvimento da sociedade na gestão da biodiversidade. Além das informações geradas e divulgadas à sociedade e da participação direta de voluntários, estagiários, monitores, bolsistas e pesquisadores formados em ações de pesquisa, que levam a uma melhor compreensão do que são os espaços protegidos, sua importância e seus desafios, promove-se o envolvimento direto das instituições de pesquisa, também parte da sociedade brasileira,

em estudos e linhas de pesquisa que buscam aprimorar nossa compreensão e nossa capacidade de inovar no manejo da biodiversidade e na gestão das áreas protegidas.

O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora, instituído em 2017, aborda as políticas voltadas a coleta sistemática de dados de campo segundo protocolos elaborados em conjunto com os Centros de Pesquisa do ICMBio, parceiros institucionais, gestores de UC, a comunidade científica e atores locais que detêm o conhecimento ecológico local. Dividido em três subprogramas (Terrestre, Aquático-Continental e Marinho-Costeiro), suas diretrizes preveem a capacitação de monitores locais para atuação no registro de dados e nos demais processos que visam a implantação e consolidação do Programa, bem como na promoção de espaços para dialogar localmente sobre os resultados do monitoramento e a disponibilização de informações em formato que promova o engajamento da sociedade. Em 2018, foi finalizada e disponibilizada ao público a Estratégia do Programa Monitora (disponível em: <https://bit.ly/2WcabTO>), constituindo-se em um documento norteador, com as definições conceituais, as etapas, procedimentos e outros aspectos complementares a Instrução Normativa do Programa (disponível em: <https://bit.ly/2TmmfQq>), necessários para a compreensão dessa política.

O Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio - PEP-ICMBio, instituído em 2018 (disponível em: <https://bit.ly/2JElvph>), apresenta as linhas temáticas prioritárias a serem observadas nas ações de pesquisa fomentadas ou conduzidas pelo instituto, assim como um menu de temas de pesquisa para os pesquisadores externos que queiram contribuir com a gestão da biodiversidade. Além disso, o PEP-ICMBio planejou os produtos de gestão de conhecimento que a autarquia deve gerar para fortalecer o alcance dos objetivos estratégicos do ICMBio. Um vídeo sobre o PEP-ICMBio está disponível neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=cRU2rIZMHQw>.

Os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação participaram da concepção de ambos os instrumentos (PEP-ICMBio e Monitora) e as ações previstas demandam a participação deles em conjunto com as unidades de conservação, os atores locais e instituições parceiras.

Além de ter disponibilizado ao público as estratégias sobre pesquisa e monitoramento da biodiversidade, o ICMBio, em 2018, desenvolveu outras ações nesta temática que contribuem com o envolvimento da sociedade na conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação.

A Chamada 18/2017 CNPq/ICMBio/FAPs selecionou, em 2017, 24 projetos de 20 instituições de pesquisa, que iniciaram as atividades em 2018, em 19 unidades de conservação federais. O financiamento está se dando com recursos de compensação ambiental (R\$3,9 milhões) e de Fundações de Apoio à Pesquisa de alguns estados. Com isso, equipes constituídas por pesquisadores e estudantes de pós-graduação estão se envolvendo com a conservação da biodiversidade, investigando temas propostos pelas próprias unidades de conservação. O edital e outras informações podem ser acessados em <https://bit.ly/2OcSHDM>.

Ao longo de 2018, foram dados novos passos na consolidação dos três subprogramas do Programa Monitora. Graças à cooperação entre Centros e unidades de conservação, no âmbito Programa Monitora foram concluídos três protocolos para a avaliação da conservação das espécies pescadas e biodiversidade associada; foram realizados 16 cursos de capacitação e foram iniciadas atividades de monitoramento em 11 novas unidades de conservação.

A tabela abaixo apresenta os protocolos elaborados em 2018, os cursos, o número de pessoas capacitadas e o número de unidades de conservação que aderiram ao Programa:

Subprograma	Aquático-Continental	Marinho-Costeiro	Terrestre
Protocolos com elaboração concluída em 2018		Protocolo de produção pesqueira; Protocolo de observadores de bordo; Protocolo de biometria;	

Cursos (quantidade) em 2018	Automonitoramento da Pesca (10); Quelônios (1); Igarapés (1)	Componente Manguezal (2 cursos) e Pesca (1 curso)	Componente florestal (1)
Nº de pessoas capacitadas em 2018	564	61	27
Nº de Unidades de conservação onde passou a ser aplicado o protocolo em 2018	1 (automonitoramento da pesca)	3 (manguezais)	7 (florestal básico)
Número de unidades de conservação que aderiram ao Programa	21	35	45

Tabela 9: Protocolos elaborados em 2018, os cursos, o número de pessoas capacitadas e o número de unidades de conservação que aderiram ao Programa.

No que diz respeito ao Subprograma Terrestre de Monitoramento, os resultados obtidos foram detalhadamente publicados no Primeiro Relatório do Componente Florestal do Subprograma Terrestre do Programa de Monitoramento da Biodiversidade no triênio 2014-2016 (disponível em: <https://bit.ly/2PLhwpM>).

Eventos tais como seminários, encontros e afins, organizados para debater a pesquisa e o monitoramento da biodiversidade, privilegiam mais ainda as estratégias de envolvimento social na gestão, sendo que em 2018, foram organizados encontros de pesquisadores no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, Rebio Tinguá (disponível em: <https://bit.ly/2Y9eX6g>), Parque Nacional da Tijuca (disponível em: <https://bit.ly/2Y5otr3>), Estação Ecológica de Tupinambás/Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes e Parque Nacional da Serra dos Órgãos (disponível em: <https://bit.ly/2OeBHgw>). O I Seminário do Ciclo de Construção de Conhecimentos e Aprendizados Coletivos do Programa Monitora foi realizado com o intuito de aprimorar a troca de saberes (ecológico local e científico) a partir dos resultados das primeiras amostragens desse Programa. O X Seminário de Pesquisa e X Encontro de Iniciação Científica do ICMBio (disponível em: <https://bit.ly/1YmISUM>), realizado na sede do ICMBio em Brasília, contou com a participação de 194 pessoas. Na ocasião, concluíram o ciclo formativo 36 alunos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, conduzido em parceria com o CNPq, aumentando para 270 o número de estudantes cuja iniciação científica foi feita nas unidades do ICMBio desde 2009.

No intuito de coletar dados e informações, ordenar as ações, além de disponibilizar à sociedade as informações geradas no âmbito de pesquisa e monitoramento, o ICMBio atua no desenvolvimento de diversos sistemas de informação. Em 2018, a autarquia transferiu do IBAMA o banco de dados do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - Sisbio, o que permitiu o lançamento de uma nova versão desse sistema, com uma interface mais moderna e funcionalidades que facilitaram as solicitações e autorizações de atividades com finalidade científica ou didática em biodiversidade (<http://www.icmbio.gov.br/sisbio/>). As pesquisas autorizadas no âmbito do Sisbio integram um dos dois indicadores selecionados para avaliar o envolvimento da sociedade na gestão de unidades de conservação e na conservação da biodiversidade. Além disso, em 2018, o ICMBio e parceiros seguiram desenvolvendo sistemas para a gestão dados produzidos no Programa Monitora e para a recepção de dados de biodiversidade gerados no licenciamento ambiental federal (LAF-Sisbio).

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) UC com Conselho Gestor instituído e (b) projetos de pesquisa científica autorizados.

5.4.1- Perspectivas para os próximos exercícios

Pretende-se finalizar o protocolo de monitoramento e avaliação da efetividade dos conselhos gestores e realizar a sua aplicação ainda em 2019, com intuito de obter um diagnóstico focado no funcionamento e na efetividade destes fóruns nas unidades de conservação e seu território. Desta

forma, será possível elaborar materiais didáticos e capacitações para aprimorar o funcionamento baseado nos princípios de governança que levam a efetividade dos conselhos gestores.

Em relação às ações de educação ambiental, o eixo norteador das ações é a Instrução Normativa nº 19/2018, que regula a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos Mediados pela Educação Ambiental - PPPeA, e é na elaboração e implementação destes projetos que será dada ênfase no presente ano. Os processos de formação de educadores ambientais terão continuidade, tanto em capacitações na ACADEBIO quanto nos territórios das UCs, com temas sobre educação ambiental e formações sobre e para os conselhos gestores.

O Programa de Voluntariado terá continuidade sob a perspectiva de atualização do planejamento estratégico, focando nas ações relacionadas ao Plano de Capacitação, com formações para gestores e voluntários, assim como a promoção do reconhecimento e intercâmbio entre os atores envolvidos no 2º Seminário Nacional do Programa de Voluntariado.

Com as estratégias de pesquisa e monitoramento instituídas, as ações e produtos que foram previstos tanto no Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento, quanto no Programa Monitora deverão ser desencadeados. Assim, a gestão da pesquisa e do conhecimento deverá ser aprimorada com a constituição de um Comitê Assessor de Pesquisa para a Biodiversidade que avalie a geração dos produtos de conhecimento e o papel desse instrumental na ampliação das pesquisas de interesse do ICMBio, com o fortalecimento das estratégias institucionais. Os sistemas de informação cuja finalização está prevista para 2019 permitirão armazenamento e análise dos dados de monitoramento da biodiversidade (Sistema Monitora) e a integração dos dados de biodiversidade gerados no licenciamento ambiental federal com as bases de dados do ICMBio - LAF-Sisbio.

Em 2019, serão finalizados produtos e consolidados processos que visam à qualificação da participação social na pesquisa e no monitoramento da biodiversidade e, em última instância, na gestão ambiental. Está previsto o lançamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA do Programa Monitora, o que permitirá ampliar o público atendido pelas ações de capacitação, reduzindo-se os custos dessa atividade cotidiana. O AVA receberá um conjunto de materiais que vêm sendo produzidos no âmbito de diversos projetos, como manuais, protocolos, guias de campo, vídeos, dentre outros. O Sisbio também contará com uma capacitação à distância - o curso "Sisbio para operadores", com a meta de reduzir o tempo médio de análise das solicitações com finalidade científica ou didática e, assim, ampliar o nível de satisfação dos pesquisadores com o serviço prestado.

No tocante ao subprograma terrestre, está prevista a finalização do protocolo de monitoramento para ecossistemas campestres e savânicos, bem como a aplicação do protocolo florestal para cinco novas UCs. No subprograma marinho-costeiro, o monitoramento de manguezais e de pesca deverá se iniciar em cinco novas UCs cada. Será finalizada a estratégia de monitoramento da pesca nas Unidades de Conservação federais, como parte do Programa Monitora, em estreita relação com os desafios e ordenamento da pesca e fortalecimento das cadeias produtivas, visando o aporte mais robusto e continuado de recursos.

No primeiro semestre de 2019, está prevista a conclusão de 3 importantes produtos de consultoria ligados ao Projeto PNUD BRA/08/023: duas avaliações retrospectivas - uma do apoio a projetos de pesquisa e monitoramento conduzidos entre 2010 e 2015; e outra do Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC. Além disso, um terceiro produto (conduzido com a participação de outras diretorias) consistirá de um abrangente diagnóstico sobre a caça de subsistência de modo a subsidiar políticas sobre o assunto.

Em agosto, haverá o seminário de acompanhamento dos projetos aprovados na Chamada nº 18/2017 CNPq/ICMBio/FAPs, ocasião em que será avaliada a condução dos mesmos e propostas modificações (caso necessário) para a adequação dos mesmos aos objetivos postos no edital. Em setembro, será realizado o XI Seminário de Pesquisa e o XI Encontro de Iniciação Científica do ICMBio, em parceria com o CNPq, que propicia a discussão e atualização de temas chave para a conservação da biodiversidade.

6- Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

6.1- Gestão Orçamentária e Financeira

6.1.1- Contingenciamento de Despesas

O quadro abaixo explicita os Limites para Movimentação e Empenho e de Pagamento estabelecidos no exercício de 2018, para a execução das despesas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Os valores contingenciados resultam no impedimento de execução de parte das despesas previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA em função da insuficiência de receitas da União.

Em R\$ mil

Despesas fixadas LOA/2018	Cancelamento orçamentário		Despesas totais autorizadas/2018
708.413	Contingenciamento	13.399	688.739
	Outros	6.275	
	Total	19.674	

Tabela 10 - Valores absolutos comparativos de autorização em área e volume de PMFS Comunitário do ano de 2005 a 2018.

6.1.2- Execução Orçamentária e Financeira

No exercício de 2018, conforme LOA/2018, a dotação orçamentária atribuída ao Instituto Chico Mendes foi de R\$ 708.413 mil, entretanto houve o cancelamento de dotações na ordem de R\$ 19.674 mil, ajustando o orçamento/2018 para R\$ 688.739 mil, conforme destacado na Tabela precedente.

Integram a dotação orçamentária do ICMBio recursos originários da “Compensação Ambiental”, objeto de destaque específico no subitem 6.1.4 deste tópico de “Gestão Orçamentária e Financeira”.

. Execução Orçamentária

A execução Orçamentária do Instituto Chico Mendes ocorre nas Unidades Gestoras da Sede e nas Unidades Gestoras Descentralizadas.

Da dotação atualizada, disponibilizada ao ICMBio, no valor de R\$ 688.739 mil, foram concedidos destaques a outros Órgãos Federais no valor de R\$ 8.795mil, por meio de Termos de Execução Descentralizada - TEDs celebrados pelo Instituto, visando à execução de ações de interesse deste e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

Os valores empenhados da dotação atualizada foram de R\$ 666.105 mil, liquidados R\$ 610.111 mil e pagos R\$ 583.079 mil.

. Execução Financeira

Os valores pagos no exercício de 2018 totalizaram R\$ 612.299 mil, composto de R\$ 583.079 mil, relativos a pagamentos dos empenhos processados no exercício de 2018, e R\$ 29.220 mil de obrigações oriundas de empenhos processados em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados).

6.1.3- Dotação e execução das despesas relativas aos exercícios de 2018 e 2017

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017														
DETALHAMENTO	2018						2017						Em R\$ Mil	%
Grupo de Despesa	Dotação Atual (a)	Destaque Concedido (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	Pago (e)	RP Pago * (f)	Dotação Atual (g)	Destaque Concedido (h)	Empenhado (i)	Liquidado (j)	Pago (k)	RP Pago * (l)	Varição (m)=e-k	Varição (n)=e/k
Inversões Financeiras	15.528,95	582,38	14.946,57	14.946,57	14.946,57	-	366.687,28	325.814,08	9.047,73	8.434,48	8.434,48	-	6.512,09	77,21
Investimentos	29.908,43	-	27.443,13	2.008,86	2.008,66	8.305,96	30.392,35	-	14.660,76	4.986,31	4.986,31	942,99	- 2.977,64	-59,71
Outras Despesas Correntes	244.970,34	8.140,74	232.295,39	205.966,60	203.362,71	20.774,23	272.901,68	16.194,00	220.502,52	190.772,03	190.111,15	42.383,59	13.251,56	6,97
Pessoal e Encargos Sociais	398.331,14	71,89	391.420,49	387.188,92	362.760,84	140,07	388.261,63	-	380.676,77	380.393,64	380.221,80	544,42	- 17.460,96	- 4,59
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	198.421,07	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	688.738,85	8.795,00	666.105,57	610.110,95	583.078,78	29.220,26	1.256.664,00	342.008,08	624.887,79	584.586,46	583.753,74	43.871,00	- 674,95	- 0,12
Detalhamento	2018						2017						Em R\$ Mil	%
Programa de Governo	Dotação Atual (a)	Destaque Concedido (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	Pago (e)	RP Pago * (f)	Dotação Atual (g)	Destaque Concedido (h)	Empenhado (i)	Liquidado (j)	Pago (k)	RP Pago * (l)	Varição (m)=e-k	Varição (n)=e/k
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	71.167,31	-	70.957,59	70.789,02	65.238,46	-	60.774,99	-	60.280,02	60.273,32	60.273,32	-	4.965,14	8,24
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	654,26	654,26	-	-	-	-	335.548,66	335.548,66	-	-	-	-	-	-
Biodiversidade	-	-	-	-	-	134,56	-	-	-	-	-	1.557,29	-	-
Mudança do Clima	-	-	140,69	42,48	42,48	536,46	-	-	544,43	-	-	44,24	42,48	-
Segurança Alimentar e Nutricional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117,67	-	-
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	221.201,46	7.796,19	207.597,22	158.131,00	156.892,69	25.235,65	265.971,37	6.389,46	177.128,75	143.039,46	142.850,65	27.521,16	14.042,04	9,83
Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.558,70	-	-
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	395.715,83	344,55	387.410,08	381.148,46	360.905,16	3.313,59	395.947,92	69,96	386.934,58	381.273,69	380.629,77	13.071,94	- 19.724,61	- 5,18
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	198.421,07	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	688.738,85	8.795,00	666.105,57	610.110,95	583.078,78	29.220,26	1.256.664,00	342.008,08	624.887,79	584.586,46	583.753,74	43.871,00	- 674,95	- 0,12

* RP Pago: Restos a Pagar Processados e Não Processados Pagos

Tabela 11 – Execução orçamentária e financeira – exercícios de 2017 e 2018.

Observa-se na Tabela “Execução Orçamentária e Financeira - Exercícios de 2018 e 2017”, que o ICMBio no exercício de 2018 teve uma dotação orçamentária 45% menor que a de 2017 (R\$ 688.739 mil em 2018 e R\$ 1.256.664 mil em 2017), lembrando que essa perda se deve principalmente à ação orçamentária do governo “Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas”. A redução dessa despesa obrigatória justifica-se por não haver decisões que demandassem a alocação de recursos para o exercício de 2018 na mesma proporção. Em 2017 a dotação da mencionada ação totalizava R\$ 335.549 mil, passando para R\$ 654 mil em 2018.

Outro fator que contribuiu para a redução do orçamento do ICMBio em 2018, quando comparado a 2017, foi a Reserva de Contingência no valor de R\$ 198.421 mil, originária de recursos da compensação ambiental, os quais estavam nas contas escriturais da Caixa Econômica Federal e que em 2017 foram internalizados ao Orçamento Geral da União - OGU, inaugurando assim a execução dos recursos naquele exercício.

Na execução financeira, houve equilíbrio entre os valores totais executados e pagos nos exercícios de 2018 e 2017, considerando pagos R\$ 583.079 mil em 2018 e R\$ 583.754 mil em 2017.

Em 2018, verifica-se variação percentual positiva de 77,21% em relação a 2017, decorrente de despesas registradas em “Inversões Financeiras”, com “Aquisição de Imóveis”. Em 2017, este item apresentou saldo de R\$ 8.434 mil, enquanto no exercício de 2018 foi de R\$ 14.946 mil.

Em contrapartida, constata-se variação negativa de 59,71%, em relação a 2017, originária de gastos a menor com “Equipamentos e Material Permanente e Obras e Instalações”, integrantes do

grupo “Investimentos”, sendo que em 2018 estes investimentos foram de R\$ 2.009 mil e no exercício de 2017 de R\$ 4.986 mil.

Execução por Grupo e Elemento de Despesa - Exercício 2018						
Em R\$ 1.000						
Grupo da Despesa	Código	Elemento de Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
Inversões Financeiras	61	Aquisição de Imóveis	14.946,57	14.946,57	14.946,57	0,00
	Subtotal		14.946,57	14.946,57	14.946,57	0,00
Investimentos	51	Obras e Instalações	859,31	751,65	751,65	1.289,74
	52	Equipamentos e Material Permanente	26.488,12	1.161,80	1.161,60	6.716,22
		Outros	95,70	95,42	95,42	300,00
	Subtotal		27.443,13	2.008,86	2.008,67	8.305,96
Outras Despesas Correntes	04	Contratação por Tempo Determinado - Pes.Civil	14.546,49	14.505,80	13.585,50	0,00
	33	Passagens e Despesas com Locomoção	5.482,71	5.043,85	5.043,85	234,14
	37	Locação de Mão-de-Obra	91.288,99	81.440,53	81.213,31	8.882,36
	39	Outros Serviços de eTerceiros P'J - Op.Int.Orc.	62.224,32	49.552,71	49.544,61	10.453,50
	40	Serviços de Tecnologia da Informações e Comunicação - PJ	18.682,58	18.042,65	18.042,65	0,00
	46	Auxílio Alimentação	9.248,14	9.247,77	8.486,91	0,00
	92	Despesas de Exercícios Anteriores	7.760,04	7.381,50	7.368,01	161,86
	93	Indenizações e Restituições	7.712,55	7.584,58	7.267,40	71,93
		Outros	15.349,56	13.167,21	12.810,48	970,44
	Subtotal		232.295,39	205.966,60	203.362,71	20.774,23
Pessoal e Encargos Sociais	01	Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	60.615,37	60.450,87	55.567,86	0,00
	11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	257.882,01	257.549,31	239.283,53	2,33
	13	Obrigações Patronais	55.525,81	51.947,88	51.947,88	0,00
		Outros	17.397,31	17.240,87	15.961,57	137,74
	Subtotal		391.420,49	387.188,92	362.760,84	140,07
Total Geral			666.105,57	610.110,95	583.078,78	29.220,26

Tabela 12 – Execução por grupo e elemento de despesa - exercício de 2018.

Na Tabela “Execução por Grupo e Elemento de Despesa - Exercício de 2018”, são identificados os gastos de maior relevância executados pelo ICMBio. À exceção dos gastos com Pessoal, em valores executados e pagos no exercício, destacam-se os seguintes registros em “Outras Despesas Correntes”: “Locação de Mão de Obra”, no valor de R\$ 81.213 mil e “Outros Serviços de Terceiros PJ”, no valor de R\$ 49.545 mil.

6.1.4- Compensação Ambiental

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, como medida reparadora o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação. Essa reparação é denominada de “compensação ambiental”, prevista no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 e regulamentada pelos artigos 31 a 34 do Decreto nº 4.340/2002.

Até 2016, para executar os recursos de compensação ambiental destinados às Unidades de Conservação federais, o empreendedor optava por uma de duas modalidades de execução: “execução direta”, sendo esta a execução por meios próprios pelo empreendedor; ou “execução indireta”, por meio de depósito em contas escriturais de instituição financeira selecionada, sendo a execução realizada pelo ICMBio. Em ambos os casos, o Cumprimento de Compensação Ambiental - TCCA tinha um prazo de 12 meses.

Todavia, a partir das decisões do TCU, proferidas por meio dos Acórdãos nº 1.853/2003, 1.004/216 e 1.772/2016, restringiu-se o cumprimento da obrigação da compensação ambiental pelo empreendedor por meio da execução direta. Também em atendimento às determinações do TCU, os recursos que estavam nas contas escriturais da instituição financeira (Caixa Econômica Federal) foram internalizados ao Orçamento Geral da União - OGU, inaugurando, em 2017, a execução dos recursos pelo OGU.

Em dezembro de 2017, foi publicada a Medida Provisória nº 809/2017, autorizando o ICMBio a selecionar instituição financeira oficial para criar e administrar fundo privado a ser integralizado com recursos oriundos da compensação ambiental, vindo a ser convertida na Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018.

Desse modo, foi editada a Instrução Normativa ICMBio nº 3/2018, que revogou a Instrução Normativa ICMBio nº 10/2014. A partir desta nova normativa, o empreendedor passa a celebrar Termo de Compromisso para o TCCA com o Instituto Chico Mendes, podendo optar por uma das duas modalidades de execução: “execução direta”, executada por meios próprios do empreendedor; ou “execução pelo Fundo de Compensação Ambiental (FCA)”, por meio de aporte de recursos no fundo privado. Em ambos os casos, os TCCAs têm vigência de até 60 meses.

Em 2018, foi realizado processo seletivo de Instituição Financeira Federal, visando à execução da compensação pelo mencionado Fundo, do qual resultou vencedora a Caixa Econômica Federal - CEF.

Cabe ressaltar que o fundo foi registrado em cartório pela CEF em 27/12/2018, não tendo recebido qualquer aporte financeiro no exercício de 2018. Histórico relativo ao Fundo Privado integra as “Informações sobre a gestão do orçamento do fundo”, constante do item “10 - Outros Itens de informação” deste relatório.

Sendo assim, hoje encontram-se vigentes 3 (três) tipos de recursos de compensação ambiental:

- Execução via OGU³;
- Execução Direta; e
- Execução pelo Fundo de Compensação Ambiental.

. Execução via OGU

Integram a execução das despesas totais do Instituto, demonstradas na Tabela “Execução Orçamentária e Financeira - Exercícios de 2018 e 2017”, constante do subitem 6.1.3 precedente, os gastos com aplicações específicas, de que trata o art. 33 do Decreto 4.340/2002, realizados com recursos originários da compensação ambiental incorporados ao Orçamento Geral da União a partir do exercício de 2017.

No exercício de 2018, ocorreu a execução financeira de aproximadamente R\$ 30 milhões de reais dos recursos que se encontram internalizados ao OGU. A tabela e o gráfico abaixo mostram as despesas executadas de acordo com as ações de aplicação (art. 33 do Decreto 4.340/2002).

³ Ressalta-se que a “execução via OGU” se refere apenas ao passivo de recursos existentes no Orçamento Geral da União oriundos da antiga “execução indireta” tratada na Instrução Normativa ICMBio nº 10, de 05/12/2014, não sendo possível a celebração de novos TCCAs nessa modalidade

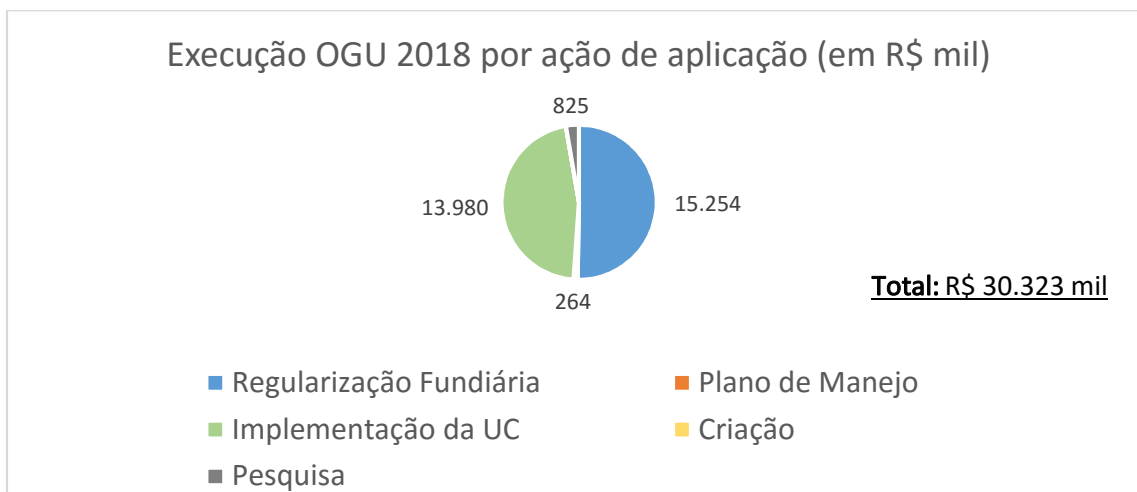


Gráfico 9 - Execução OGU 2018 por ação de aplicação.

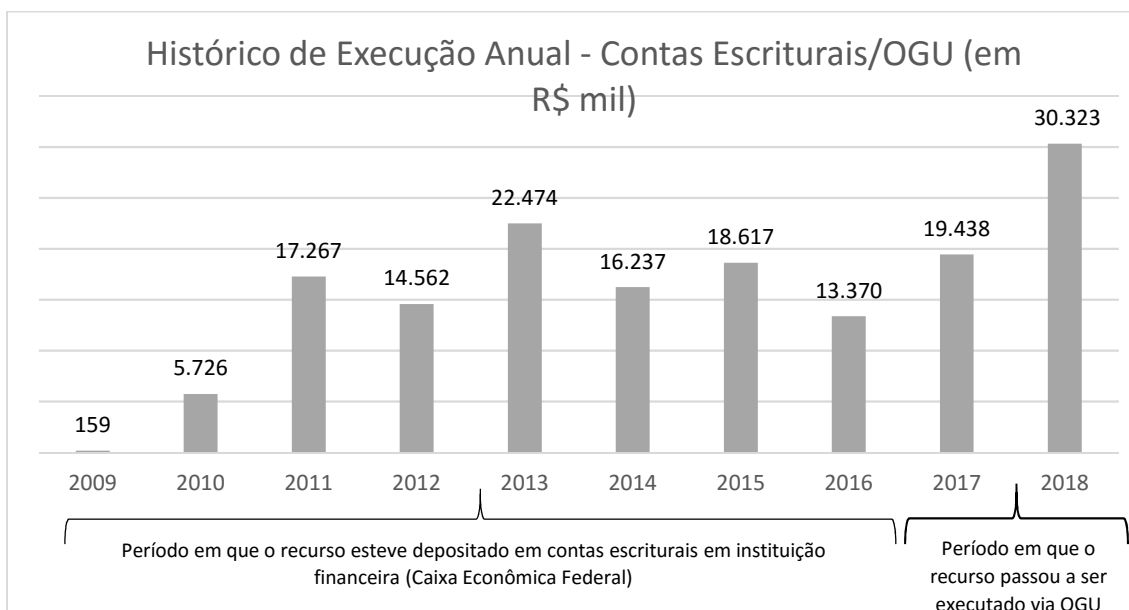


Gráfico 10 – Histórico de execução anual – Contas Escriturais/OGU.

. Execução Modalidade Direta

O exercício de 2018 foi marcado pela transição normativa, após a edição da Medida Provisória nº 809/2017, convertida na Lei nº 13.668/2018, e da Instrução Normativa ICMBio nº 3/2018. Diversos empreendedores manifestaram interesse em aderir à execução via Fundo de Compensação Ambiental, modalidade que não esteve disponível para firmar Termo de Compromisso durante o exercício, uma vez que o Fundo foi registrado apenas em 27/12/2018. A nova IN também impôs adequações à execução direta pelo empreendedor. Como resultado, apenas 1 TCCA foi celebrado em 2018 na modalidade direta.

Histórico de celebração de TCCA's na modalidade Direta

Número de TCCA's por exercício financeiro		
Até 2016	2017	2018
6	13	1

Tabela 13 – Histórico de celebração de TCCA's na modalidade direta.

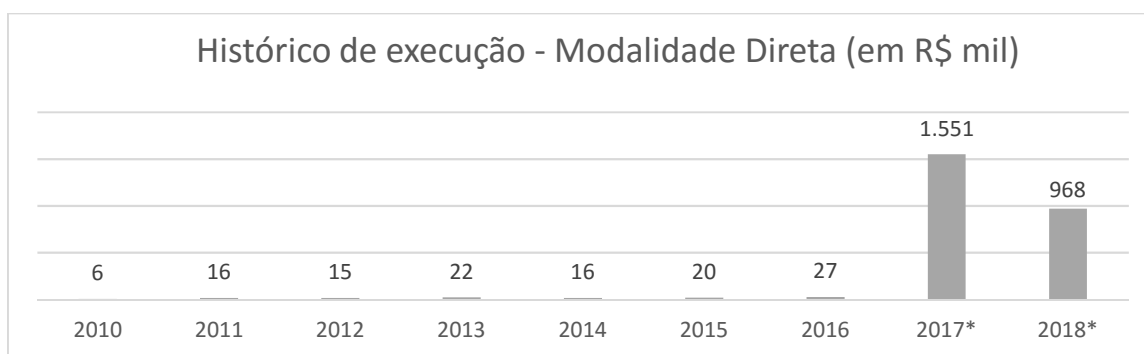


Gráfico 11 – Histórico de celebração de TCCA's na modalidade direta.

* Quanto à execução de 2017 e 2018, é importante destacar que os valores são passíveis de mudança, uma vez que existem demandas contabilizadas que estão pendentes de prestação de contas, assim como podem vir a serem apresentadas pelos empreendedores outras demandas executadas durante o período.

. Sistema de Compensação Ambiental

Em atendimento à recomendação da Controladoria-Geral da União - CGU realizada por meio do Relatório de Auditoria nº 201700866, referente ao exercício de 2016, está em desenvolvimento um sistema eletrônico, ferramenta de gestão informatizada dos recursos de compensação ambiental destinados às unidades de conservação federais, que incluirá a elaboração de propostas de aplicação de recursos e o monitoramento das etapas de celebração do termo de compromisso, execução e prestação de contas. Busca-se, a partir desse sistema, promover confiabilidade, rastreabilidade e segurança dos dados e procedimentos de compensação ambiental executados por este Instituto.

Por meio do sistema, todos os atores envolvidos no processo de compensação ambiental (setores diversos do Instituto Chico Mendes e empreendedor) terão acesso a uma mesma plataforma virtual, onde os procedimentos de propostas de aplicação, celebração, execução e prestação de contas serão realizados totalmente *on-line*.

O desenvolvimento dessa ferramenta é fruto do Acordo de Cooperação nº 19/2018 entre o Instituto Chico Mendes e o Instituto Conexões Sustentáveis – CONESXUS, utilizando-se de recursos externos provenientes do *Grant Award Letter Agreement # 7687* celebrado entre a *Gordon and Betty Moore Foundation* e a CONESXUS, em 5 de outubro de 2018. A perspectiva é que o sistema seja finalizado no primeiro semestre de 2019.

6.1.5- Conformidade da Gestão Orçamentária e Financeira

Os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelo ICMBio guardam total conformidade com as normas legais aplicáveis à matéria.

Orientações técnicas e normativas são tempestivamente divulgadas e atualizadas pelo Instituto. Atenção especial é dispensada às recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo a respeito do tema.

6.1.6- Arrecadação do ICMBio no exercício de 2018

Importante ressaltar os valores totais arrecadados pelo Instituto Chico Mendes no exercício de 2018, conforme detalhamento a seguir.

. Multas Aplicadas

Foram lavrados 1.291 (mil duzentos e noventa e um) autos de infração pelo ICMBio em Unidades de Conservação federais, totalizando um valor no ato da lavratura de R\$ 334.279mil. No ano de 2018, o ICMBio arrecadou R\$ 4.108mil, o que representa 1,22% do valor lavrado. Sintetizando as informações, temos:

Em R\$ mil		
Valor de autos lavrados	Valor arrecadado	Percentual arrecadado
334.279	4.108	1,22%

Tabela 14 – Valores arrecadados em autos de infração.

Nota-se, porém, que devido à ausência de um sistema informatizado em pleno funcionamento, o ICMBio não possui o valor total dos autos lavrados que foram confirmados em julgamento, assim, o campo “valor de autos lavrados” não considera eventual cancelamento, minoração ou majoração das multas lavradas.

Em relação à arrecadação total do ICMBio no exercício de 2018, as informações estão sintetizadas no quadro a seguir:

. Arrecadação Total no exercício de 2018

Fonte do recurso	Detalhamento	Valor	Em R\$ mil
			Percentual %
Fonte 0250 - Recursos próprios não-financeiros	Recursos arrecadados com concessões	72.488	59,04
Fonte 0250 - Recursos próprios não-financeiros	Demais receitas	42.690	34,77
Fonte 0174 - Taxas e multas pelo exercício do poder de polícia	Receitas decorrentes de Multas autos de infração	4.108	3,35
Fonte 0129 - Recursos de Concessões e Permissões	Receita Concessão Florestas Nacionais	3.487	2,84
Total	-	122.773	100

Tabela 15 – Arrecadação total no exercício de 2018.

Nota-se que a receita gerada com as concessões nas Unidades de Conservação federais representa mais da metade dos valores arrecadados pelo Instituto. Além dessa arrecadação, as concessões ainda geram empregos e rendas no entorno das Unidades, melhoram a experiência do visitante e diminui os gastos do governo. A tabela a seguir mostra os concessionários que mais repassaram valores ao ICMBio em 2018.

. Arrecadação oriunda dos Contratos de Concessão celebrados com o Instituto

Principais arrecadadores	Unidade de Conservação	Em R\$ mil
		Valor
Trem do Corcovado LTDA	Parque Nacional da Tijuca	20.327
Cataratas do Iguaçu S/A	Parque Nacional do Iguaçu	19.067
Paineiras-Corcovado LTDA	Parque Nacional da Tijuca	17.616
Belmond Brasil Hotéis S/A	Parque Nacional do Iguaçu	8.993
Ilha do Sol Agência Viagens LTDA	Parque Nacional do Iguaçu	4.701
Eco-Noronha S.A	Parque Nacional F. de Noronha	1.324

Tabela 16 – Arrecadação oriunda dos contratos de concessão celebrados com o Instituto.

Por fim, as Unidades de Conservação que mais arrecadaram em 2018 foram as seguintes:

Unidade de Conservação	Em R\$ mil
	Total Arrecadado
Parque Nacional do Iguaçu	62.863

Parque Nacional da Tijuca	37.918
Flona Tapirapé-Aquiri	4.550
Parque Nacional de Brasília	2.107
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	1.566

Tabela 17 – Unidades de Conservação federais que mais arrecadaram em 2018.

6.1.7- Desafios e Ações Futuras

Importante ressaltar como investimento futuro as concessões que estão acontecendo em função da Medida Provisória 809/2017, convertida na Lei nº 13.668/2018, e que o ICMBio vem atuando com o objetivo de ampliá-las. A mencionada Lei possibilita a concessão de serviços, áreas ou instalações em Unidades de Conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura, mediante procedimento licitatório.

Com o novo marco legal muda o cenário de gestão e prestação de serviços dos parques para a sociedade. A concessão de serviços de uso público está fundamentada na busca de soluções que viabilizem os investimentos privados complementares para o atendimento ao visitante, em formas e estratégias que tornem essas experiências em contribuições à conscientização e engajamento social na conservação dos ecossistemas protegidos.

Relevante destacar que concessão não é privatização. Com as delegações de serviço, as empresas ganham o direito de operar serviços de apoio à visitação por um determinado período de tempo e, em contrapartida, assumem compromisso de fazer investimentos nas unidades. Os serviços de gestão, conservação, proteção e pesquisa continuam sob o controle administrativo e territorial do governo, assim como o monitoramento do serviço concessionado. O objetivo é melhorar a qualidade dos serviços prestados aos visitantes das unidades de conservação, já que o ICMBio não tem como finalidade prestar serviços como hospedagem e alimentação.

Conforme já ressaltado em “Arrecadação Total no exercício de 2018”, constante do subitem “6.1.6 - Arrecadação do ICMBio no exercício de 2018”, precedente, as receitas originárias dessas concessões representaram mais da metade dos valores arrecadados pelo Instituto em 2018. As concessões ainda geram empregos e rendas no entorno das Unidades, melhoram a experiência do visitante e diminuiu os gastos do governo.

6.2- Gestão de pessoas

De modo a desenvolver atividades que visem cumprir a missão institucional, o ICMBio empreendeu esforços no sentido de tornar a sua Gestão de Pessoas - GP mais estratégica, com o objetivo de modernizar a sua política de Desenvolvimento Institucional.

O **Programa Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais** tem como objetivo fomentar, implementar e fortalecer uma cultura de relações interpessoais orientada por valores institucionais, por meio de processos de gestão, formação, mediação e comunicação para os servidores e colaboradores do ICMBio. Visando institucionalizar as ações a serem implementadas, foi criado o Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e de Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais - MEDIARE, que tem como premissa atuar na estratégia para fortalecimento do bem-estar integral dos servidores e colaboradores, gerindo e prevenindo conflitos pessoais e interpessoais manifestados internamente na Autarquia, ficando excluídos os conflitos havidos entre servidores/colaboradores e o público externo.

No ano de 2018, o Programa supracitado realizou 192 horas de formação, e executou um projeto aplicado de mediação no Parque Nacional Aparados da Serra, gravou um curso a distância que será disponibilizado em 2019, promoveu ações de comunicação/sensibilização e incluiu a temática conversacional, ética e ontologia da linguagem no Curso de Formação de Instrutores - CFI do ICMBio.

A **Gestão por Processos** se caracteriza pelo planejamento, monitoramento, avaliação e revisão dos processos da organização, e tem por objetivo a redução dos silos, aumento da eficiência e o compartilhamento das informações. Processos são atividades inter-relacionadas que entregam valor para os clientes ou apoia/gerencia outros processos.

Neste sentido, em 2018, a GP do ICMBio executou o Projeto de Mapeamento de Processos, que foi dividido em três fases: sensibilização, mapeamento e melhoria. Para a sensibilização foi realizado um *Workshop* com os colaboradores e chefias para identificação das diretrizes. Em seguida os colaboradores mapearam um total de 77 processos. Por fim, alguns servidores desenvolveram e implementaram melhorias associadas aos seus processos, como ocorreu com o redesenho do processo de insalubridade, por exemplo.

A **Gestão por Competências** - GPC é uma poderosa ferramenta de gestão que permite gerenciar a Lacuna de competências da organização. Em um primeiro momento ela atua na identificação da lacuna, resultado desse do Mapeamento das Competências. No momento seguinte, ela serve de subsídio para modernização das demais políticas e práticas de GP, visando impulsionar o desempenho individual e com isso alavancar os resultados institucionais.

No exercício de 2018, o ICMBio iniciou o Programa de Implantação da GPC com a celebração do Termo de Execução Descentralizada - TED 01/2018 com a Universidade Federal do Pará - UFPA, que teve como objetivo o Mapeamento de Competências. O Projeto de Mapeamento das Competências contou com a participação de 248 colaboradores, 8 eventos, totalizando uma carga-horária de 115 horas, e 1.309 servidores com alguma avaliação realizada (autoavaliação e avaliação do gestor da unidade) na aplicação dos questionários, o que representa 74,41% do quadro de servidores. As Lacunas de Competências identificados foram utilizados como insumo para a elaboração do Plano Anual de Capacitação - PAC de 2019, aprovado pela Portaria n. 1.113, de 18 de dezembro de 2018.

O **Desenvolvimento de Pessoal** refere-se ao aprimoramento das competências internas disponíveis na instituição, que ocorre tanto no nível individual, através da aprendizagem organizacional, quanto no nível organizacional.

Em 2018, foram investidos aproximadamente R\$ 996.626,85 em ações de capacitações previstas no Plano Anual de Capacitação – PAC, executados principalmente pela ACADEBIO para servidores da Autarquia e parceiros, tendo sido capacitadas 950 pessoas, sendo 658 servidores do ICMBio e 292 parceiros externos. Para o desenvolvimento de cursos a distância foram investidos aproximadamente R\$ 157.227,15 por meio do Projeto BRA/08/023 - PNUD, que possibilitou o planejamento e contratação de conteudistas para mais de 20 novos cursos, que serão executados na plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA a partir de 2019, sendo disponíveis não só para servidores do Instituto, mas muitos deles também para a sociedade, servidores municipais, estaduais e federais, bem como parceiros nacionais e internacionais. Para aprimoramento e apoio aos servidores da Autarquia, a educação corporativa preocupou-se em publicar Portaria de Licença para Capacitação para realização de atividade voluntária, previsto no Art. 4º da Portaria nº 704/2017. Também em dezembro de 2018, foi publicada a Portaria nº 1.127, que estabelece critérios e quantitativo de vagas para fins de participação de servidores do ICMBio em programa de pós-graduação *stricto sensu* e *latu sensu*, no país ou no exterior, com afastamento ou sem afastamento, para os exercícios de 2019 a 2022, assim como as formas de compartilhamento da experiência e conhecimentos adquiridos com o Instituto. Além disso, incentivou 7 servidores com horário especial de estudante para conclusão de cursos de graduação e pós-graduação.

O **Planejamento da Força de Trabalho** é um processo de avaliação das necessidades de pessoal, abrangendo a dimensão quantitativa e qualitativa. Um bom Dimensionamento da Força de Trabalho é de suma importância para que a instituição possa atender as suas necessidades atuais e futuras.

Informamos que no decorrer do ano de 2018, foram feitas gestões junto ao então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, para que haja a autorização de concurso público em âmbito nacional, para os cargos de Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental e Técnico Administrativo, em especial para ocupação de cargos na Amazônia Legal, face a extensa abrangência e notória importância ambiental, e ainda, por ser uma região que apresenta grande déficit de servidores. Em que pese os motivos detalhados em documentos específicos, não houve autorização

para a realização de concurso público. Cumpre-nos destacar que este Instituto está aprimorando sua política de pessoal, avaliando a conveniência, oportunidade e exequibilidade e criando incentivos para a alocação, remoção e permanência de servidores.

Nesta linha, foram realizados recrutamentos para remoção para Unidades de difícil lotação, tendo servidor removido por período determinado. Com base na Portaria nº 193-MP, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 04/07/2018, foram realizadas solicitações de servidores com perfis técnicos específicos para atuarem em diversas unidades da federação. Em que pese o esforço da Administração de melhor aproveitar a Força de Trabalho disponível, foram realocados neste primeiro momento, apenas 3 (três) servidores de outros órgãos para atuação na Autarquia. Nesta mesma linha de aproveitamento de servidores no âmbito da Administração Pública federal, foram realizadas tratativas, com intuito de disponibilizar o exercício de servidores pertencentes ao quadro de pessoal dos Ex-Territórios (Amapá e Rondônia) para o ICMBio. Por fim, em continuidade as atividades iniciadas no ano de 2017, permaneceu a manutenção e consolidação dos exercícios dos empregados públicos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero em exercício no Instituto.

O **Teletrabalho** é uma forma de exercer o trabalho utilizando ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação, em um local distante do escritório central da organização. A relação existente entre Teletrabalho e Qualidade de Vida no Trabalho é muito estreita, pois ele pode preencher algumas lacunas que os programas assistencialistas não têm preenchido no serviço públicos, como a ausência de flexibilidade no horário de trabalho, a dificuldade de mobilidade, e o estresse, por exemplo.

No decorrer do ano de 2018, o Teletrabalho foi executado na modalidade experiência-piloto, em 3 macroprocessos (Plano de Manejo, Regularização Fundiária e Avaliação de Impactos) exercendo parte de suas atividades de maneira remota. Foram realizadas avaliações trimestrais do desempenho dos servidores em teletrabalho, com ganho médio de produtividade acima de 30% em relação aos servidores que desempenham as mesmas atividades de maneira presencial nas instalações da Autarquia. Finalizado o período de experiência-piloto, ocorreu a efetivação da modalidade e expansão para atuação também no macroprocesso de Julgamentos de Auto de Infração em 2ª Instância. Considerando o ganho de produtividade, a efetivação e expansão da modalidade de trabalho, inicialmente essa modalidade foi utilizada por 15 servidores e atualmente são 27 servidores em Teletrabalho, o que representa 1,7% dos servidores ativos do ICMBio, número esse com grande potencial de expansão.

A política de **movimentação de pessoal** no Instituto é o processo que envolve as atividades de remoção e redistribuição de pessoal, conforme estabelece a Lei nº 8.112/90.

Em 2018, foi efetuada a alteração da redação do art. 27 da Instrução Normativa - IN nº 06, de novembro de 2014, que regulamenta a remoção no Instituto, com o intuito de ajustar a lotação com o exercício dos servidores, o que significa que os servidores que possuem cargos em unidades distintas ao da sua lotação, quando da sua exoneração poderão manter-se em exercício no mesmo local.

6.3- Gestão de licitação e contratos

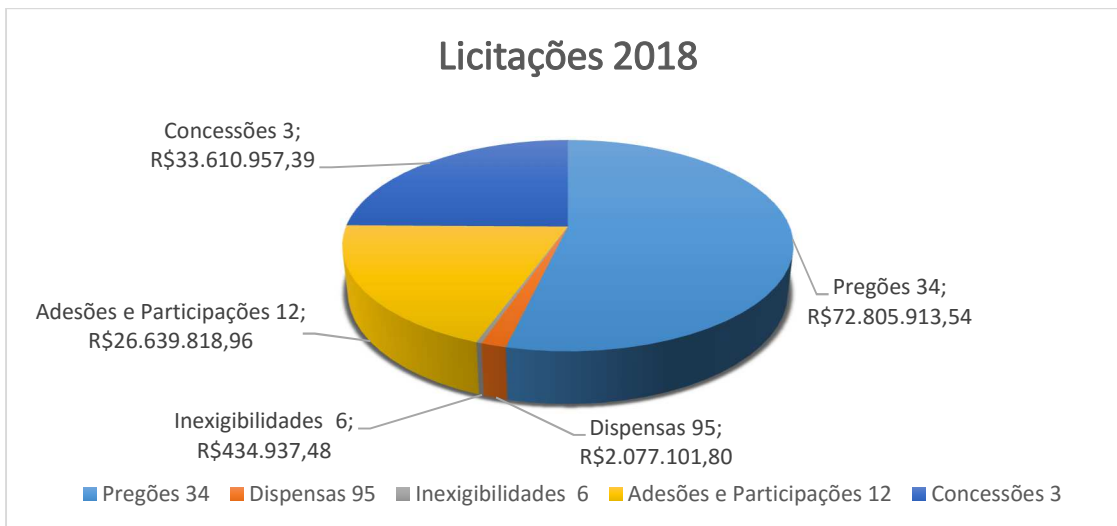
. Licitações e Compras

Diversas são as demandas de contratação para as unidades organizacionais do Instituto Chico Mendes, mas em face do quadro da crescente redução da força de trabalho, as contratações de serviços com disponibilização de mão de obra exclusiva têm crescido em relevância. Em 2018, foram realizadas licitações voltadas à contratação de serviços como porteiro/vigia, vigilância armada, limpeza e conservação, apoio administrativo e transporte de servidores.

Destacam-se também as contratações relativas à Tecnologia da Informação para o funcionamento administrativo do ICMBio. Justificam-se as contratações relevantes de TI pela necessidade de prover sistemas de informação para o ICMBio e suas Unidades e prover a infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais das Unidades na Sede e Unidades descentralizadas, cujo detalhamento será abordado em tópico específico.

PRINCIPAIS MODALIDADES LICITATÓRIAS DAS CONTRATAÇÕES DIVERSAS	QUANTITATIVOS
Pregão Eletrônico	34
Dispensa de Licitação	95
Inexigibilidade de Licitação	6
Adesões/Partícipe	12
Concorrência (Concessão)	3

Tabela 18 – Principais modalidades licitatórias das contratações diversas.



Gráficos 12 e 13 – Licitações realizadas no ano de 2018.

. Contratações Diretas - Justificativas

Entre as contratações diretas, destacam-se serviços de Tecnologia de Informação - TI, especialmente para atender a Coordenação de Tecnologia da Informação. A dispensa de licitação dessas contratações justifica-se pela manutenção da continuidade da prestação dos serviços de produção de sistemas e suporte técnico necessário, e baseiam-se no inciso XVI, do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.

Além dos serviços de TI, destacam-se as contratações com fornecedoras de energia elétrica e água, justificadas pelo fornecimento exclusivo.

Vale ressaltar que as dispensas para aquisições diversas foram realizadas por meio de Cotação Eletrônica no Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet.

Detalhamento dos gastos das contratações por tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

TIPO DE SERVIÇO	VALORES EMPENHADOS EM 2018
Vigilância Ostensiva	R\$ 47.210.062,86
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	R\$ 27.922.012,07
Limpeza e Conservação	R\$ 15.149.235,67
Serviços de Almojarifado Virtual	R\$ 9.029.541,80
Locação de Imóveis	R\$ 8.135.286,13
Serviços de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações e telefonia	R\$ 5.496.307,00
Passagens e despesas com locomoção	R\$ 4.867.255,69
Fretes e transportes de encomendas	R\$ 3.605.802,25
Manutenção e conservação de veículos	R\$ 3.048.847,26
Manutenção e conservação de bens imóveis	R\$ 2.894.286,03
Fornecimento de alimentação	R\$ 851.331,64
Serviços de copa e cozinha	R\$ 757.214,88
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R\$ 172.099,11

Tabela 19 – Detalhamento dos gastos das contratações por tipo de serviços contratados para o funcionamento administrativo. Fonte SIAFI - Excluídas informações contratuais sobre Tecnologia da Informação

. Conformidade legal

As unidades contratantes do ICMBio contam com assessoria jurídica da Procuradoria Federal Especializada - PFE/AGU, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente, com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e à IN 05/2017 (SLTI/MP).

. Objetivos estratégicos

- Aprimorar modelo de gestão institucional; e
- Prover e gerenciar de forma eficiente a infraestrutura.

. Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações

O principal desafio da gestão de licitações e contratos no ICMBio consiste nas diferentes e específicas particularidades e necessidades de cada unidade do ICMBio, em face de sua capilaridade, para atendimento das 334 unidades de conservação, acrescentando-se Centros de Pesquisa, Coordenações Regionais e Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAFs.

Outro enfrentamento é a recorrente restrição orçamentária no âmbito da Administração Pública Federal, o que exige contínua adaptação das unidades contratantes a fim de manter a qualidade dos serviços prestados dispendendo de menos recursos financeiros.

Além desses, acrescenta-se como dificuldades enfrentadas pelo ICMBio na gestão de licitações e de contratos a falta de pessoal qualificado para atuar na área administrativa; o elevado número de servidores administrativos evadindo por diversas razões, dentre elas a relevante quantidade de aposentadorias concedidas ou iminentes; instabilidades nos sistemas governamentais; recorrentes mudanças da legislação; e a inexistência de incentivos para exercício de funções de alta responsabilidade, como a de pregoeiro por exemplo.

6.4- Gestão patrimonial e infraestrutura

Desde o final de 2017, iniciou-se a realização de ação voltada ao envio de processos para levantamento dos bens móveis, inclusive os inservíveis, em todas as Unidades de Conservação - UCs, Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAFs, Coordenações Regionais - CRs e Centros de

Pesquisa e Conservação. De acordo com manual elaborado para padronização das informações, o levantamento tem como objetivo principal controlar o acervo patrimonial em sua totalidade, realizando os devidos cadastros, bem como subsidiar informações necessárias à aquisição e desfazimento de bens. Até o momento, dos 353 levantamentos solicitados, foram obtidos 258 levantamentos, frente aos 80 obtidos em 2017, o que corresponde a um aumento de 322%.

Quantidade de levantamentos obtidos

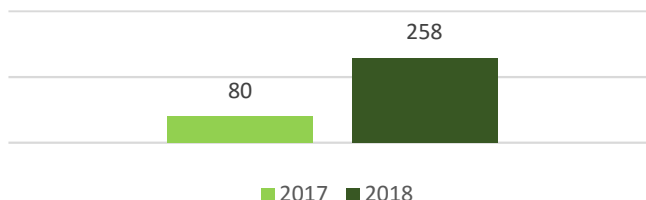


Gráfico 14 – Levantamentos dos bens imóveis realizados em 2017 e 2018.

Com os levantamentos recebidos foi possível dar início ao cadastro dos bens e à emissão dos respectivos termos de responsabilidade às unidades envolvidas. Aquelas que ainda não tiveram seus bens incorporados, estão tendo suas planilhas tratadas, isto é, está sendo catalogada a origem dos bens e todas as informações necessárias para o cadastro. Do total de 258 levantamentos recebidos, 37 já foram tratados e 7 já tiveram os seus bens incorporados ao atual sistema de gestão patrimonial do Instituto. Os demais ainda não foram incorporados em razão da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS, que é resultado de uma parceria entre o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, o que possibilitará a migração de dados direto das planilhas de levantamento.

Tratamento dos dados

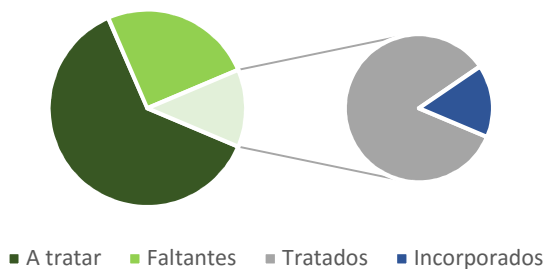


Gráfico 15 – Tratamento dos dados de levantamentos dos bens móveis.

A implantação deste sistema no âmbito do ICMBio tem como finalidade sanar as pendências que ainda existem em relação à sua gestão patrimonial, principalmente em relação aos registros contábeis dos bens.

Em 2018, também foi concluído o processo de desfazimento de bens do Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPESUL, chegando a cerca de R\$ 157.344,23 em ativos desfeitos.

Durante aquele ano, suspendeu-se a alienação de bens devido às restrições impostas pelo período eleitoral. No entanto, trabalhou-se junto às unidades a importância da separação e catalogação dos bens inservíveis e irrecuperáveis para que o Instituto pudesse dar andamento aos procedimentos de desfazimento assim que possível. Registre-se que, até o momento, 16 portarias de

desfazimento foram publicadas e 4 estão em fase de elaboração. Além disso, foram realizadas as seguintes atividades:

- Tratativas para realização de leilões dos bens móveis inservíveis de todo o ICMBio.
- Acompanhamento junto ao IBAMA para saneamento de pendências relativas ao recebimento de transferências de bens móveis de 25 unidades de conservação, bem como de renovação de cessões de uso de imóveis que haviam expirado sua vigência.
- Cadastro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet de 88 imóveis incorporados pelo Instituto no decorrer do exercício.
- Diversos saneamentos de processos relativos à regularização fundiária.
- Registro de 25 requerimentos de imóveis da união por meio do Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis - SISREI da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.
- Atribuição de competências relativas ao controle dos bens imóveis à extinta UAAF Atibaia, atualmente denominada Núcleo de Patrimônio em Atibaia, bem como treinamento dos servidores lotados na unidade para exercício desta atividade. Tal divisão de atribuições teve como objetivo especializar e centralizar as demandas relativas ao patrimônio, dividindo-as em bens móveis para a Sede e bens imóveis para o Núcleo.
- Publicação da Portaria nº 697/2018 para designação de competência aos servidores do Núcleo de Patrimônio em Atibaia para representar o ICMBio junto ao INCRA e à Receita Federal do Brasil - RFB, com objetivo de otimizar o fluxo processual, bem como definir e formalizar as competências das partes.
- Foi publicada a nova Instrução Normativa do ICMBio nº 23/2018 que estabelece normas e procedimentos gerais relativos à organização, controle e responsabilidade sobre os bens móveis e imóveis pertencentes ao acervo patrimonial do ICMBio.

6.5- Gestão da tecnologia da informação

. Conformidade Legal

O ICMBIO, enquanto órgão seccional do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, atua na implantação direta das ações de TI e colabora com a coordenação e desenvolvimento das políticas, normas e diretrizes do sistema. Dessa forma, a conformidade legal da gestão de TI é observada na aplicação das regras e normas estabelecidas pelo Governo Federal no aprimoramento das mais diversas atividades executadas na área de Tecnologia da Informação, quais sejam: aquisições de produtos e serviços, gestão e fiscalização de contratos, gestão da segurança da informação, desenvolvimento de aplicações e disponibilização de serviços públicos digitais, entre outros.

. Modelo de Governança de TI



O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do ICMBio, alinhado ao Decreto nº 8.638/2016, que instituiu a Política de Governança Digital nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tem como principal instância o Comitê de Governança Digital - CGD. O CGD tem como objetivo aprovar políticas de tecnologia da informação, aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação,

aprovar as políticas de segurança da informação, decidir sobre as estratégias e ações para a oferta de serviços e informações digitais aos cidadãos e sobre a priorização da aplicação de recursos em

tecnologia da informação. O Comitê de Governança Digital é composto pelo Presidente do Instituto Chico Mendes, que o preside; pelos Diretores e pelo titular da unidade de tecnologia da informação.

Há ainda duas outras instâncias subordinadas ao CGD: o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC e o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - CSIC. O CGTIC é constituído pelos Coordenadores-Gerais do ICMBio e tem a finalidade de propor ao Comitê de Governança Digital as estratégias, políticas e ações de TI. O CSIC, formado por dois representantes de cada Diretoria, é a instância responsável por tratar e deliberar a respeito de temas na área de Segurança da Informação e Comunicações.

O ICMBio possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Política de Segurança da Informação e Plano de Dados Abertos alinhados às diretrizes do governo federal.

. Montante de recursos aplicados em TI

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2018		
Tipo Despesa	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Pagas (R\$)
Investimento	4.580.198,82	542.068,80
Custeio	21.154.596,45	19.691.782,18
Total	25.734.795,27	20.233.850,98

Tabela 20 - Montante de recursos aplicados em TI.

. Contratações mais relevantes de recursos de TI

Modernização e Serviços de TI		
Bem ou Serviço de TI	Nº	Valor em R\$
Outsourcing de Impressão	08/2015	207.912
Certificado Digital	83/2018	206.280
Rede de Longa Distância - MPLS	11/2016	13.593.271
Central de Serviços de TI	18/2017	3.676.894
Acesso Internet	17/2017	436.701
Manutenção de Equipamentos	22/2018	184.200
Equipamentos para rede SAN	33/2018	278.069
Equipamentos para rede LAN	34/2018	264.000
Equipamentos para rede LAN	88/2018	884.250
Equipamento e Insumos para Backup	73/2018	132.017
Aquisição de Computadores Básicos	98/2018	2.606.988
Aquisição de Computadores Avançados	99/2018	626.220
Aquisição de Computadores Portáteis	100/2018	351.329
Aquisição de Monitores	101/2018	453.144
		23.901.275

Sustentação de recursos utilizados para prover os serviços de tecnologia da informação ao cidadão e governo

Ferramentas de Escritório e Serviço em Nuvem		
Ferramenta	Nº	Valor em R\$
Office 365/Correio Eletrônico	27/2017	5.357.561
Office 365/Correio Eletrônico	27/2018	133.058
		5.490.619

Aquisição e renovação de licenças de ferramentas de escritório que aumentam a produtividade das áreas internas em cumprimento à missão institucional, bem como prover recursos otimizados e eficientes de comunicação com o governo e o cidadão

Sistemas e Portais		
Serviço de TI	Nº	Valor em R\$
Desenvolvimento/Manutenção de Portais	74/2018	2.901.528
Desenvolvimento/Manutenção de Sistemas	75/2018	3.454.213
Aferição de Pontos de Função	02/2019	83.656
Consulta Cadastros CPF e CNPJ	08/2018	204.142
		6.643.539

Contratações direcionadas para o desenvolvimento, manutenção e aferição de sistemas e portais que visam o controle dos dados de unidades de conservação e biodiversidade

Tabelas 21, 22 e 23 - Contratações mais relevantes de recursos de TI.

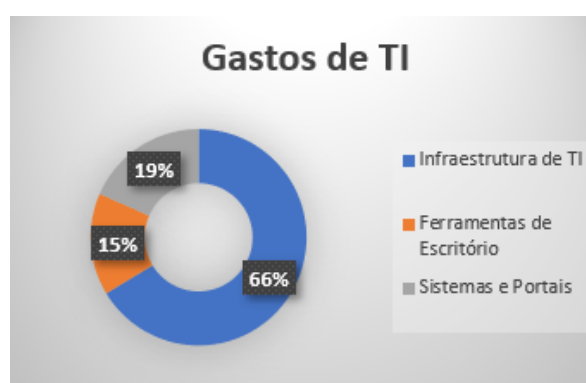


Gráfico 16: Percentuais de gastos de Tecnologia da Informação.

. Principais iniciativas - sistemas e projetos - e resultados na área de TI por cadeia de valor

Objetivo Estratégico	Principais Iniciativas	Resultados

Modernizar tecnologicamente o Instituto	Implantação da Nova Intranet do ICMBio	Mais dinamismo nas publicações da Intranet que podem ser feitas diretamente por cada coordenação.
	Implantação do Office 365	Aumento da produtividade das áreas administrativas e finalísticas do ICMBio possibilitando o compartilhamento de documentos, links com informações úteis, serviços de tecnologia (inclusive a Intranet), streaming de vídeos, reuniões virtuais e ferramentas de escritório.
	Publicação de serviços do ICMBio no serviços.gov.br	Transparência na divulgação das informações sobre os serviços públicos federais de atendimento do ICMBio.
	Disponibilização do Portal de Serviços do ICMBio	Dinamicidade no fluxo de trabalho de vários processos de negócio do Instituto.
	Publicação do Plano de Dados Abertos	Acesso aos dados abertos do ICMBio sem necessidade de nenhum pedido ou autenticação.
Prover e Gerenciar de forma eficiente a infraestrutura	Adesão à RNP (Rede Nacional de Pesquisa)	Acesso de alta capacidade a unidades do ICMBio, permitindo um melhor desempenho nos serviços prestados ao cidadão.
	Renovação do parque tecnológicos (computadores pessoais)	Promover a constante atualização do parque tecnológico da Instituição, disponibilizando equipamentos que possibilitem melhorias na prestação dos serviços à população.
	Infraestrutura para cópias de segurança	Melhoria no processo de guarda e recuperação de cópias de segurança das informações digitais.

Tabela 24: Principais iniciativas - sistemas e projetos - e resultados na área de TI por cadeia de valor.

. Segurança da Informação

Segurança da Informação

Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - CSIC

Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes - ETIR

O ICMBio tem publicada a Política da Segurança da Informação e Comunicações - POSIC que tem como escopo a instituição de diretrizes estratégicas visando assegurar a integridade de dados, informações e documentos do ICMBio, contra ameaças e vulnerabilidades, de modo a preservar os seus ativos, inclusive sua imagem institucional.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC é a instância estratégica responsável por tratar e deliberar a respeito de temas na área de Segurança da Informação no ICMBio,

observadas as diretrizes da Política de Segurança da Informação estabelecidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O CSIC é formado por representantes de todas as diretorias (membros titulares e suplentes) e pelo Gestor de Segurança da Informação e Comunicações - GSIC.

O ICMBio, por meio da Portaria nº 193/2018, instituiu a Equipe de tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais - ETIR. A equipe é formada por membros da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTEC e os seus trabalhos são guiados por padrões e procedimentos técnicos e normativos no contexto de tratamento de incidentes de rede orientados pelo Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes de Computadores da Administração Pública Federal - CTIR GOV.

. Principais desafios e ações futuras

O maior desafio da gestão de TI é o atendimento às demandas internas e externas face à estrutura organizacional deficitária e à insuficiência de servidores especializados na área de Tecnologia da Informação. Esse cenário provoca situações de risco como as citadas abaixo:

- As instruções processuais para aquisição são complexas e seguem um processo burocrático e custoso de efetivação o que consome muito tempo das equipes responsáveis pelas contratações;

- O reduzido número de servidores especializados na área de Tecnologia da Informação sobrecarrega a gestão e fiscalização de contratos de TI. A alta rotatividade desses servidores prejudica a retenção do conhecimento sobre o negócio gerando retrabalho, interrompendo, atrasando ou mesmo impedindo o desenvolvimento de projetos;

- Outro grande desafio é conciliar a governança de TI com os aspectos operacionais rotineiros, sempre no viés de que os projetos precisam ser priorizados, para conciliar os recursos humanos disponíveis com as demandas de execução; e

- A busca pela estrutura organizacional mínima de Tecnologia da Informação capaz de atender às demandas do ICMBio com eficiência, eficácia e efetividade também é uma tarefa desafiadora e continuada, pois atualmente não há uma setorização estrutural das atividades e competências no âmbito da área de Tecnologia da Informação.

Atrelado aos fatores acima citados, a falta de orçamento específico para TI e a sua restrição refletem de maneira direta nas ações de TI, limitando a execução de vários projetos, o que leva à priorização das situações que envolvam o maior risco.

Como ações futuras, visamos a implantação de projetos utilizando infraestrutura como serviço (IaaS) a fim de reduzir a quantidade de contratos de manutenção de serviços de infraestrutura. Essa redução possibilita a priorização de investimento dos recursos existentes na transformação digital dos serviços públicos ao cidadão e na desburocratização dos processos de trabalho internos do Instituto.

6.6- Gestão de custos

O Instituto Chico Mendes dispõe de ferramenta operacional própria, atualmente disponível para agregação de informações da gestão orçamentária e financeira da instituição.

A sistemática de apuração de custos utilizada tem suporte no Sistema Integrado de Gestão - SIG-ICMBio, cuja base de dados é composta também por dados extraídos diariamente do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

O SIG-ICMBio permite que todas as informações relacionadas à execução orçamentária e financeira, bem assim a programação anual de cada contrato, sejam registradas no sistema.

O mencionado sistema permite agregar as informações dos custos operacionais de funcionamento de cada uma de suas unidades administrativas finalísticas, quais sejam, as Unidades de Conservação Federais, os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e as Coordenações Regionais.

6.7- Sustentabilidade ambiental

Abaixo, segue quadro com informações referentes aos aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação	
	SIM	NÃO
1 Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2 Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3 As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4 A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5 A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6 O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7 O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
8 Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		

Tabela 25: Sustentabilidade ambiental.

Por força do Termo de Compromisso nº 11/2012, os itens recolhidos na coleta seletiva são destinados para a Cooperativa de Reciclagem Ambiental Construir.

Em tempo, registre-se que cabe retificação às informações prestadas no âmbito do Relatório de 2017 em razão do seguinte equívoco: a empresa que administra o condomínio onde fica situada a Sede desta Autarquia implantou em 2017 o seu Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, beneficiando indiretamente o Instituto. Entretanto, a medida aplicou-se tão somente ao edifício sede.

O Instituto Chico Mendes trabalha atualmente na elaboração do seu Plano de Logística Sustentável.

7- Demonstrações contábeis

7.1- Declaração do Contador

A Declaração do Contador responsável pelo ICMBio encontra-se disponível em: http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Declaraçao_Contador.pdf.

7.2- Demonstrações contábeis

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis - DCON do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público -

NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As DCONs foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial - BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP;
- Balanço Orçamentário - BO;
- Balanço Financeiro - BF; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC.

BALANÇO PATRIMONIAL							
R\$ mil				R\$ mil			
ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		353.779	306.855	PASSIVO CIRCULANTE		382.889	28.170
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	136.491	90.654	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	04	23.000	23.476
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	214.715	213.682	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	05	3.145	4.384
Estoques		2.573	2.519	Demais Obrigações a Curto Prazo	06	356.745	309
ATIVO NÃO CIRCULANTE		9.469.811	9.785.535	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		382.889	28.170
Ativo Relizável a Longo Prazo		2.115	1.312				
Créditos a Longo Prazo e Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		2.115	264	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	03	9.467.528	9.784.055	Resultados Acumulados		9.440.700	10.064.220
Bens Móveis		73.764	70.295	Resultado do Exercício		-622.485	626.270
Bens Móveis		104.532	96.071	Resultados de Exercícios Anteriores		10.064.220	9.446.632
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-30.769	-25.776	Ajustes de Exercícios Anteriores		-1.035	-8.681
Bens Imóveis		9.393.764	9.713.759	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	07	9.440.700	10.064.220
Bens Imóveis		9.423.639	9.736.133	TOTAL DO PASSIVO + PL		9.823.590	10.092.390
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-29.875	-22.373				
Intangível		168	168				
TOTAL DO ATIVO		9.823.590	10.092.390				

Tabela 26: Balanço Patrimonial.

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução em 2018 em relação a 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Instituto Chico Mendes, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido - PL representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
R\$ mil			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.565.233	2.341.752
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	1

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	08	84.742	442.666
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		15	0
Transferências e Delegações Recebidas		1.367.910	1.812.649
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		77.295	85.476
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	09	35.270	960
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2.187.717	1.715.482
Pessoal e Encargos	10	342.814	347.766
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10	72.542	56.330
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	11	556.910	208.025
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		956	192
Transferências e Delegações Concedidas		1.205.111	1.100.043
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		6.250	579
Tributárias		1.348	1.363
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.786	1.183
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	12	-622.485	626.270

Tabela 27: Demonstração das Variações Patrimoniais.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
R\$ mil							
RECEITA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITAS CORRENTES	13	94.725	94.725	121.502	26.776		
Receita Patrimonial		20.425	20.425	30.247	9.822		
Receita Agropecuária		550	550	1.244	694		
Receitas de Serviços		66.473	66.473	56.740	-9.734		
Transferências Correntes		4.000	4.000	-	-4.000		
Outras Receitas Correntes		3.277	3.277	33.271	29.994		
SUBTOTAL DE RECEITAS		94.725	94.725	121.502	26.776		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		94.725	94.725	121.502	26.776		
DEFICIT				544.604	544.604		
TOTAL		94.725	94.725	666.106	571.380		
DESPESA							
R\$ mil							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	15	674.991	643.301	623.716	593.156	566.124	19.585,60
Pessoal e Encargos Sociais		391.448	398.331	391.420	387.189	362.761	6.910,65
Outras Despesas Correntes		283.543	244.970	232.295	205.967	203.363	12.674,95
DESPESAS DE CAPITAL	16	33.422	45.437	42.390	16.955	16.955	3.047,68
Investimentos		12.794	29.908	27.443	2.009	2.009	2.465,30
Inversões Financeiras		20.628	15.529	14.947	14.947	14.947	582,38
SUBTOTAL DAS DESPESAS	14	708.413	688.739	666.106	610.111	583.079	22.633,28
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		708.413	688.739	666.106	610.111	583.079	22.633,28
TOTAL		708.413	688.739	666.106	610.111	583.079	22.633,28

Tabela 28: Balanço Orçamentário

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

R\$ mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		8.445	30.014	20.474	20.391	12.373	5.695
Pessoal e Encargos Sociais		433	283	67	2	433	280
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		8.012	29.730	20.407	20.388	11.940	5.414
DESPESAS DE CAPITAL		1.253	10.288	8.306	8.306	1.279	1.956
Investimentos		1.253	9.674	8.306	8.306	1.279	1.343
Inversões Financeiras		-	613	-	-	-	613
TOTAL	17	9.698	40.301	28.780	28.697	13.651	7.651

Tabela 29: Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

R\$ mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		2.868	869	524	1.018	2.196
Pessoal e Encargos Sociais		-	172	138	5	29
Outras Despesas Correntes		2.868	697	386	1.013	2.166
DESPESAS DE CAPITAL		39	-	-	0	39
Investimentos		39	-	-	0	39
TOTAL	18	2.908	869	524	1.018	2.235

Tabela 30: Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

Demonstração do Fluxo de Caixa

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		70.798	20.565
INGRESSOS		1.471.525	1.707.177
Receitas Derivadas e Originárias		121.502	444.800
Outros Ingressos das Operações		1.350.023	1.262.377
DESEMBOLSOS		-1.400.727	-1.686.611
Pessoal e Demais Despesas		-533.517	-559.461
Transferências Concedidas		-53.820	-53.800
Outros Desembolsos das Operações		-813.389	-1.073.350
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-24.961	-14.364
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-24.961	-14.364
Aquisição de Ativo Não Circulante		-24.866	-14.095
Outros Desembolsos de Investimentos		-95	-268
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		45.836	6.202
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		90.654	84.453
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		136.491	90.654

Tabela 31: Demonstração do Fluxo de Caixa

Balanço Financeiro

R\$ mil

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		121.502	444.800
Ordinárias		-	337.676
Vinculadas		122.773	112.819
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		122.773	112.819
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.271	-5.695
Transferências Financeiras Recebidas		1.349.616	1.262.210
Resultantes da Execução Orçamentária		1.214.219	1.096.199
Repasso Recebido		538.321	510.579
Sub-repasso Recebido		675.701	585.619
Sub-repasso Devolvido		197	2
Independentes da Execução Orçamentária		135.397	166.011
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		76.085	74.185
Demais Transferências Recebidas		38	1.524
Movimentação de Saldos Patrimoniais		59.274	90.302
Recebimentos Extraorçamentários		83.434	41.301
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		27.032	833
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		55.995	40.301
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		407	165
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0	1
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0	-
Restituições a Pagar		-	1
Saldo do Exercício Anterior		90.654	84.453
Caixa e Equivalentes de Caixa		90.654	84.453
TOTAL DOS INGRESSOS		1.645.206	1.832.764

Tabela 32: Balanço Financeiro

Dispêndios

DISPÊNDIOS	NE	R\$ mil	
		2018	2017
Despesas Orçamentárias		666.106	624.888
Ordinárias		517.359	486.148
Vinculadas		148.747	138.740
Seguridade Social (Exceto Previdência)		501	27.831
Recursos de Receitas Financeiras		27.599	-
Operação de Crédito		-	300
Doações		617	4.463
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		120.030	106.146
Transferências Financeiras Concedidas		810.457	1.071.834
Resultantes da Execução Orçamentária		682.840	593.233
Repasso Concedido		6.692	6.459
Sub-repasso Concedido		675.701	585.619
Repasso Devolvido		250	1.153
Sub-repasso Devolvido		197	2
Independentes da Execução Orçamentária		127.617	478.602
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		62.341	44.659
Demais Transferências Concedidas		1.784	2.157
Movimento de Saldos Patrimoniais		63.493	431.785
Despesas Extraorçamentárias		32.152	45.387
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		524	11.216
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		28.697	32.655
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		408	170
Outros Pagamentos Extraorçamentários		2.524	1.346
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		2.519	1.346
Demais Pagamentos		5	-
Saldo para o Exercício Seguinte	01	136.491	90.654

Caixa e Equivalentes de Caixa		136.491	90.654
TOTAL DOS DISPÊNDIOS		1.645.206	1.832.764

Tabela 33: Balanço Financeiro

7.3- Notas explicativas

Nota 01 – Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalente de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do Instituto e para os quais não haja restrições para uso imediato, que no exercício totalizou **R\$ 136.491mil**.

Nota 02 – Ativo Circulante - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo apresenta um saldo de **R\$ 214.715mil**. Deste valor, **97,51%** refere-se a **Créditos a Receber**, decorrentes de ato de infração, o qual corresponde a um acréscimo de **0,48%** em relação ao exercício de 2017.

Nota 03 - Imobilizado: Bens Móveis e Imóveis

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Importante registrar que em relação aos bens móveis, conforme ressalva constante da Declaração do Contador, a depreciação dos bens continua sendo registrada mensalmente no SIAFI desde o exercício de 2010, com suporte em informações extraídas de planilhas em Excel atualizadas manualmente.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017, verificando-se decréscimo de **3,34%**, considerando as totalizações de **R\$ 9.467.528mil** em 2018 e **R\$ 9.784.055mil** em 2017.

Imobilizado - Composição

	R\$ mil	
Bens Móveis/Bens Imóveis	31/12/2018	31/12/2017
Bens Móveis	73.764	70.295
(+) Valor Bruto Contábil	104.532	96.071
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-30.769	-25.776
Bens Imóveis	9.393.764	9.713.759
(+) Valor Bruto Contábil	9.423.639	9.736.133
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-29.875	-22.373
Total	9.467.528	9.784.055

Tabela 34: Imobilizado – Composição. Fonte SIAFI/2017/2018.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Instituto, em **31/12/2018**, totalizaram **R\$ 73.764mil** e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, verificando-se acréscimo de **4,70%** em relação ao valor de **R\$ 70.295mil** em 2017.

Bens Móveis – Composição

	R\$ mil	
Bens Móveis	31/12/2018	31/12/2017
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	17.499	16.400
Bens de Informática	16.070	14.700
Móveis e Utensílios	11.283	11.147
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.031	1.991
Veículos	55.349	49.533
Bens Móveis em Andamento	0	1
Armamentos	2.153	2.153
Demais Bens Móveis	149	148
Subtotal	104.532	96.071
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	-30.769	-25.776
Total	73.764	70.295

Tabela 35: Bens Móveis – Composição. Fonte SIAFI/2017/2018.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão totalizaram **R\$ 9.393.764mil** em 31/12/2018, e estão distribuídos em várias contas contábeis, destacando-se as relacionadas na tabela a seguir, da qual se verifica decréscimo de **3,41%** quando comparados ao valor de **R\$ 9.713.759mil** em 2017.

Bens Imóveis – Composição

	R\$ mil	
Bens Imóveis	31/12/2018	31/12/2017
Bens de Uso Especial	9.396.110	9.710.392
Bens Imóveis em Andamento	23.209	21.420
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1.224	1.224
Instalações	3.096	3.096
Subtotal	9.423.639	9.736.133
Depreciação / Amortização Acumulada	-29.875	-22.373
Total	9.393.764	9.713.759

Tabela 36: Bens Imóveis – Composição. Fonte SIAFI/2017/2018.

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do ICMBio são constituídos de Fazendas, Parques e Reservas, Terrenos e Glebas, Edifícios, Imóveis Residenciais e Comerciais, Aeroportos, Estações e Aeródromos, conforme demonstrado a seguir. Destaca-se que para os valores computados não foram consideradas as respectivas depreciações.

Bens de Uso Especial – Composição

	R\$ mil	
Bens de Uso Especial	31/12/2018	31/12/2017
Fazendas, Parques e Reservas	7.995.586	8.326.193
Terrenos, Glebas	259.580	243.689
Aquartelamentos	484	484

Edifícios	104.474	104.452
Complexos, Fábricas e Usinas	80	80
Imóveis Residenciais e Comerciais	907.506	907.322
Outros Bens Imóveis Não Registrados	78.555	78.555
Aeroportos, Estações e Aeródromos	49.846	49.618
Total	9.396.110	9.710.392

Tabela 37: Bens de Uso Especial – Composição. Fonte SIAFI/2017/2018.

Cabe salientar que o decréscimo havido em 2018 em relação aos registros dos bens imóveis do Instituto, comparados aos valores computados no exercício de 2017, decorre dos lançamentos efetuados em 2018, pela unidade gestora da sede do ICMBio, por intermédio das Notas de Lançamentos nºs **2018NL800053** (R\$ 53.070mil), **2018NL800054** (R\$ 9.218mil), **2018NL800055** (R\$ 313.987mil), **2018NL800056** (R\$ 14.994mil) e **2018NL800057** (R\$ 101mil), por meio das quais foram repassados os bens ao Ministério do Meio Ambiente, para que este promovesse a correta destinação dos bens, em consonância com as disposições da Portaria Interministerial nº 436, de 2 de dezembro de 2009, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Meio Ambiente.

Desta forma, como os bens imóveis objeto daqueles registros foram incorporados aos bens imóveis do ICMBio no exercício de 2017, e o repasse dos mesmos ao Ministério do Meio Ambiente, no montante de **R\$ 391.370mil**, ocorreu em 2018, este valor representou um decréscimo de **3,34%** dos bens imóveis registrados em 2018 em relação ao exercício de 2017.

Depreciação

A partir do exercício de 2010, passou-se a realizar a depreciação dos bens adquiridos, cujos valores são registrados mês a mês após os cálculos realizados manualmente por meio de planilhas em Excel, utilizando-se os seguintes critérios: (1) a depreciação é efetuada a partir do mês seguinte da aquisição e o registro no SIAFI é realizado na conta correspondente ao bem adquirido, na unidade gestora contratante; (2) utiliza-se o método de depreciação linear; (3) vida útil mensal; e (4) as taxas também foram definidas conforme Macro Função SIAFI 020330.

A conta do Imobilizado apresenta um saldo de **R\$ 9.528.171mil**, sendo que **R\$ 104.532mil**, de Bens Móveis, os quais foram depreciados no valor de **R\$ 30.769mil**, equivalente a **29,44%** do total dos Bens Móveis, e **R\$ 9.423.639mil** de Bens Imóveis, os quais foram depreciados no valor de **R\$ 29.875mil**, equivalente a **0,32%** do total dos Bens Imóveis.

Nota 04 - Passivo Circulante - Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo

A conta Salários, Remunerações e Benefício apresenta um saldo de **R\$ 22.875mil**. Este valor corresponde a **99,46%** das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, cuja regularização ocorreu em janeiro de 2019 com o pagamento da folha de pessoal de dezembro de 2018, com os devidos recolhimentos.

Nota 05 - Passivo Circulante - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Ao final do exercício a Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo apresentou um saldo de **R\$ 3.145mil**. Considerando o saldo de **R\$ 4.384mil** em 2017, observa-se um decréscimo de **28,27%**.

A totalidade dos Fornecedores de Contas Pagar de Curto Prazo refere-se aos Fornecedores Nacionais.

A tabela, a seguir, demonstra as Unidades Gestoras Executoras do ICMBio contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de **31/12/2018**.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

R\$ mil		
Unidade Gestora	31/12/2018	AV %
1) 443033 – ICMBio - SEDE – BRASÍLIA	2.239	71,19
2) 443036 – UAAF TERESÓPOLIS – RJ	407	12,93
3) 443055 – UAAF RIO DE JANEIRO – RJ	142	4,53
4) 443054 – UAAF MANAUS	124	3,93
5) 443035 – UAAF ATIBAIA - SÃO PAULO	115	3,67
Demais	118	3,75
Total	3.145	100

Tabela 38: Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante. Fonte SIAFI/2017/2018.

As Unidades Gestoras 1 e 2 são responsáveis por **84,12%** do total a ser pago.

Nota 06 - Passivo Circulante – Demais Obrigações a Curto Prazo

O valor registrado na conta Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de **R\$ 356.745mil** corresponde na quase totalidade a **Precatórios de Terceiros**, no valor de **R\$ 352.550mil**, representando a **98,82%** do total da conta. A seguir é demonstrada a origem dos valores registrados na conta de Precatórios de Terceiros.

Os registros de **Precatórios** foram efetuados na Unidade Gestora Executora **443032 – ICMBio Sede** (Seccional Orçamentária, Financeira e Contábil), e são originários de lançamentos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais, cujos registros são identificados na Tabela a seguir.

Precatórios de Terceiros

R\$ mil		
218911300 - PRECATORIOS DE TERCEIROS		
UG/GESTÃO EMITENTE	ÓRGÃO	VALOR
090049 / 00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIAO	6.820
090049 / 00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIAO	345.366
090048 / 00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIAO	331
090051 / 00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIAO	32
TOTAL		352.550

Tabela 39: Precatórios de Terceiros. Fonte SIAFI/2017/2018.

Importa acrescentar que, em relação aos Precatórios, houve ainda o registro do valor de **R\$ 97mil** de **Precatórios de Pessoal**, conforme detalhado a seguir.

Precatórios de Pessoal

R\$ mil

211110300 - PRECATORIOS DE PESSOAL		
UG/GESTÃO EMITENTE	ÓRGÃO	VALOR
090051 / 00001	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIAO	97
TOTAL		97

Tabela 40: Precatórios de Pessoal. Fonte SIAFI/2017/2018.

Consolidação dos Precatórios

PRECATÓRIOS		R\$ mil
218911300 - PRECATORIOS DE TERCEIROS		352.550
211110300 - PRECATORIOS DE PESSOAL		97
TOTAL		352.647

Tabela 41: Consolidação dos Precatórios. Fonte SIAFI/2017/2018.

Nota 07 – Patrimônio Líquido

O resultado do **Patrimônio Líquido** de **R\$ 9.440.700mil** tem a sua representatividade garantida pelo **Imobilizado** do Instituto, já que este, no valor de **R\$ 9.467.528mil**, supera o Patrimônio Líquido em **2,83%**.

Nota 08 – Variações Patrimoniais Aumentativas - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

A conta Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos apresenta um saldo de **R\$ 84.742mil**, sendo que deste o valor de **R\$ 83.205mil** refere-se à Exploração de Bens, Direitos e Serviços, decorrente de arrecadação de receitas realizadas no exercício, correspondendo a **98,53%** da conta em destaque.

Nota 09 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Outras Variações Patrimoniais Aumentativa

Na conta Outras Variações Patrimoniais Aumentativa no montante de **R\$ 35.270mil**, o valor da restituição de **R\$ 29.923mil** refere-se à recuperação de receitas de exercícios anteriores e corresponde a **84,84%** do valor da conta.

Nota 10 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Os valores de **R\$ 342.814mil** e **R\$ 72.542mil** registrados na conta de Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais, respectivamente, correspondem aos gastos totais de pessoal e benefícios no **exercício de 2018**, verificando-se um decréscimo de **1,42%** em relação aos gastos com **Pessoal e Encargos em 2017**, e um acréscimo de **22,35%** em referência aos gastos com **Benefícios Previdenciários e Assistenciais de 2017**. Este acréscimo tem sua representatividade no número de servidores aposentados no exercício de 2018.

Nota 11 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Neste item constam as despesas com manutenção das unidades administrativas do Instituto e de sua sede, os valores correspondentes à depreciação dos bens móveis e imóveis, bem assim os

valores registrados como Precatórios de Terceiros. Importa destacar que, do valor total registrado de **R\$ 556.910mil**, o valor mais representativo é de **R\$ 543.067mil** correspondente a serviços em geral, sendo que deste valor o montante de **R\$ 352.209mil** refere-se a Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, decorrente do registro de Precatórios realizado no exercício de 2018.

Nota 12 – Resultado Patrimonial do Exercício

O Resultado Patrimonial **negativo** do exercício, no valor de **R\$ 622.485mil**, decorre do registro no valor de **R\$ 352.209mil** relativo a Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, referente ao registro de Precatórios realizado no exercício de 2018, que constitui uma variação patrimonial diminutiva, conjugado com o valor de **R\$ 391.370mil** de decréscimo patrimonial, relacionado aos registros dos bens imóveis efetuados em 2017 no patrimônio do Instituto e repassados ao Ministério do Meio Ambiente em 2018. Cabe salientar que os valores citados já foram informados nas **Notas 11 e 03** precedentes.

Nota 13 – Receitas Correntes

O Balanço Orçamentário do ICMBio registra a Previsão da Receita Atualizada no montante de **R\$ 94.725mil** e das Receitas Realizadas de **R\$ 121.502mil**, observando-se um acréscimo de **22,04%** de excesso de arrecadação. Cabe destacar que mencionado excesso foi em função da restituição de **R\$ 29.923mil** referente à recuperação de receitas de exercícios anteriores.

Nota 14 – Despesas Orçamentárias

A Despesa Empenhada no exercício, no valor de **R\$ 666.106mil**, corresponde a aproximadamente **96,72%** da Dotação Atualizada. Desta forma, o saldo da Dotação Orçamentária Atualizada remanescente foi de **R\$ 22.633mil**.

Nota 15 – Despesas Correntes

As Despesas Correntes Pagas, no valor de **R\$ 566.124mil**, representam aproximadamente **90,77%** das Despesas Empenhadas, sendo **58,16%** com Pessoal e Encargos Sociais e **32,60%** com Outras Despesas Correntes.

Nota 16 – Despesas de Capital

As Despesas de Capital Pagas, no valor de **R\$ 16.955mil**, representam aproximadamente **40%** das Despesas Empenhadas, sendo **4,74%** com Investimentos e **35,26%** com Inversões Financeiras.

Nota 17 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Os Restos a Pagar Não Processados Pagos no exercício, no valor de **R\$ 28.697mil**, representam aproximadamente **57,40%** dos valores inscritos nos exercícios anteriores. Considerando que dos valores inscritos foram cancelados o montante de **R\$ 13.651mil**, que equivale a **27,30%** dos valores inscritos nos exercícios anteriores, resta pendente o saldo de **R\$ 7.651mil**, equivalente a **15,30%**.

Nota 18 – Execução dos Restos a Pagar Processados

Os Restos a Pagar Processados Pagos no exercício, no valor de **R\$ 524mil**, representam aproximadamente **13,87%** dos valores inscritos nos exercícios anteriores. Considerando que dos valores inscritos foram cancelados o montante de **R\$ 1.018mil**, que equivale a **26,95%** dos valores inscritos nos exercícios anteriores, resta pendente o saldo de **R\$ 2.235mil**, equivalente a **59,18%**.

8- Outras informações relevantes

8.1- Determinação da materialidade das informações

O ICMBio desenvolveu o presente Relatório de Gestão a partir dos 4 objetivos estratégicos que atendem à perspectiva “Sociedade e Ambiente”, conforme Mapa Estratégico apresentado no item 3.1. São eles: Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética; Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das unidades de conservação; e Envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade.

Os resultados dos indicadores dos mencionados objetivos são os que melhor refletem os objetivos finalísticos desta autarquia. Ademais, estes objetivos estratégicos são aqueles que o Instituto tem apresentado à sociedade com maior destaque nos últimos anos.

Não obstante, este Relatório de Gestão também apresenta informações sobre o alcance de outros objetivos estratégicos relacionados às demais perspectivas previstas no mencionado Mapa Estratégico, em especial daqueles cujos resultados se relacionam diretamente (ou indiretamente) aos objetivos previstos na perspectiva “Sociedade e Ambiente”.

8.2- Tratamento das determinações e recomendações do TCU

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
ACÓRDÃO Nº 6722/2018 - TCU - 1ª Câmara	9.4.1	determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que 9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, relativamente ao ex-servidor Herundino de Ramos, nos termos dos art. 39 da Lei 8.443/1992 e art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;	Em atendimento a determinação desse órgão de controle temos a informar que o foi cadastrado no Sistema de Atos de Pessoal desse Tribunal de Contas o Ato de nº 59671/2018 em substituição ao ato de Aposentadoria número SISAC-10010998-04-2012-000067-4, conforme documento de ID nº 3771753.
	9.4.2	determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, emita e submeta o novo ato, livre da irregularidade apontada, ao Tribunal pelo sistema vigente, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, e do art. 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;	
	9.4.3	determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento.	Todavia, temos a informar que o erro identificado por esse Tribunal de Contas que ocasionou na ilegalidade do ato de aposentadoria do ex-servidor Herundino de Ramos foi realizado apenas no cadastramento da referida vacância no

			antigo módulo SISAC desse Tribunal de Contas, pois foi informado que os proventos foram proporcionalizados em 33/35 avos, enquanto que o correto seria a proporção a que o servidor tem direito é de 32/35 avos.
ACÓRDÃO Nº 10085/2018 - TCU - 1ª Câmara	1.7.1.1	Dar ciência ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no pregão eletrônico 6/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: desclassificação indevida de licitantes em virtude de falhas formais nas propostas de preços que poderiam ser sanadas em sede de diligência, desde que não impliquem majoração dos preços da proposta inicial (acórdão 719/2018-TCU, Revisor: Ministro Benjamin Zymler, acórdãos 830/2018 e 2546/2015, ambos da relatoria do Ministro André de Carvalho, 187/2014, Relator: Ministro Valmir Campelo, 1811/2014, Relator: Ministro Augusto Sherman, todos do Plenário);	O ICMBio tomou conhecimento do teor do Acórdão e doravante irá adotar as medidas para evitar ocorrências semelhantes.
	1.7.1.2	desclassificação indevida de licitante em virtude de não ter apresentado, em conjunto com a documentação de habilitação, cópia dos contratos referentes aos atestados (item 8.8.1.5 do edital do pregão eletrônico 6/2018), em desacordo com a relação taxativa dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 e com a jurisprudência do TCU (acórdão 1224/2015-TCU-Plenário, Relatora: Ministra Ana Arraes); e	
	1.7.1.3	desclassificação indevida de licitante em virtude de não ter apresentado, em conjunto com a documentação de habilitação, cópia dos contratos referentes aos atestados (item 8.8.1.5 do edital do pregão eletrônico 6/2018), em desacordo com a relação taxativa dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 e com a jurisprudência do TCU (acórdão 1224/2015-TCU-Plenário, Relatora: Ministra Ana Arraes); e	
	1.7.1.4	recusa sumária de intenção de recurso em inobservância à jurisprudência do TCU, segundo a qual, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar, antecipadamente, no mérito da questão (acórdão 602/2018-TCU-Plenário Relator: Ministro Vital do Rego).	

Tabela 42 - Situação de atendimento das demandas do TCU

9- Anexos e apêndices

Este capítulo não se aplica ao Relatório de Gestão de 2018.

10- Outros itens de informação

10.1. Rol de Responsáveis:

http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Rol_Responsaveis.pdf

10.2- Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna:

http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Parecer_da_Auditoria.pdf

10.3- Relatório de Instância ou Área de Correição:

http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Relatorio_Atividades_Correicionais.pdf

10.4- Declaração de Integridade:

http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Declaração_Integridade.docx

10.5- Relatório Anual sobre o Sistema de Controles Internos:

http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Relatorio_anual_sobre_sistema_controles_internos_2019.pdf

10.6- Relatório Espelho do Monitoramento - Simplificado do PPA 2016-2019:

http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/PPA_2016_2019.pdf

10.7- Informações sobre a Gestão do Orçamento do Fundo:

http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio2018/Compensacao_Ambiental.pdf